



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 901

Quarta-feira - 04 de Janeiro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	6
Antônio Carlos .....	25
Biguaçu .....	27
Braço do Trombudo .....	29
Caçador.....	34
Camboriú.....	51
Campo Alegre .....	51
Campos Novos .....	55
Capinzal .....	58
Catanduvas.....	61
Coronel Martins.....	63
Curitibanos .....	67
Ermo .....	70
Forquilha.....	70
Fraiburgo.....	72
Garopaba.....	105
Herval do Oeste .....	107
Imbituba .....	110
Iomerê.....	114
Irineópolis .....	115
Itaiópolis .....	116
Joaçaba.....	116
Lages .....	126
Lauro Muller .....	126
Leoberto Leal.....	127
Lindóia do Sul .....	127
Luzerna .....	128
Macieira.....	144
Meleiro .....	144
Navegantes.....	144
Novo Horizonte .....	151
Paulo Lopes .....	151
Porto Belo.....	152
Porto União.....	153
Salto Veloso.....	157
Santa Terezinha do Progresso .....	157
São Bento do Sul.....	158
São Lourenço do Oeste.....	158
Schroeder.....	161
Tunápolis.....	163
Turvo .....	165
Vidal Ramos.....	166
Videira.....	167

### Consórcios

ARIS .....	174
CIGA .....	175
CIS/AMARP .....	175

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 171/2011

DECRETO Nº 171/2011 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011  
"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nos termos do § 4º, do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, constituída a Comissão Permanente de Licitação do Município de Água Doce, composta pelos seguintes membros:

I - Camila Raquel Macagnan, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 048.074.679-64.

II - Maria Tereza Macagnan, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 044.683.349-59.

III - Cristiano Savaris da Silva, brasileiro, solteiro, funcionário público efetivo do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliado neste Município, CPF nº 005.614.419-95.

IV - Gláucia Regina Varaschin, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 006 597 239-21.

V - Tania Caron dos Santos, brasileira, casada, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 028.668.909-06;

Parágrafo único: A presidência da Comissão Permanente de Licitações, será exercida pelo senhor Cristiano Savaris Da Silva, e a secretária será a senhora Tânia Caron dos Santos.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações executará suas atribuições em estrita obediência à Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993 e seus serviços têm prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3º. A Comissão de Licitações poderá ser representada no curso da sessão de licitações por no mínimo três membros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº 179/2010, de 29/12/2010, bem como as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de dezembro de 2011.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

### Decreto Nº 172/2011

DECRETO Nº 172/2011- DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.835,00.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do departamento de trânsito.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO  
3.3.90.00.0.1.0000.0/180 Aplicações Diretas 2.835,00

TOTAL 2.835,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, serão utilizados provável excesso de arrecadação identificado na rubricas de recursos Próprios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de DEZEMBRO de 2011.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

### Decreto Nº 173/2011

DECRETO Nº 173/2011- DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.285,00 (onze mil, duzentos e oitenta e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do PASEP.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS  
28.846.000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP  
3.3.20.00.0.1.0000.0/11 Transferências a União 11.285,00  
Total 11.285,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de dezembro de 2011.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

### Portaria 001/2012

PORTARIA Nº 001/2012 de 02 de Janeiro de 2012;  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias aos funcionários (a) da Secretaria Educação, Cultura e Esportes, abaixo nominados no período de 02/01/2012 a 31/01/2012:

- 10/11 Adilson Pereira
- 10/11 Adriana Grotto Percisi
- 10/11 Adriana Maria Tonial
- 10/11 Amelia Eger Ribeiro
- 10/11 Andrea de Oliveira
- 10/11 Andreia Lucy Tonial
- 10/11 Andreia Renata do Amaral e Silva
- 10/11 Andriana Wensel Totti
- 10/11 Angela Raquel Lucietti Rossa
- 10/11 Antonia Teresinha de Lima
- 10/11 Arlete Lucia Venturim dos Santos
- 10/11 Berenice Conceição dos Santos Zanchetta
- 10/11 Carmelina Alves Paz
- 10/11 Carmem Guisleni da Fonseca
- 10/11 Clair Trento
- 10/11 Claiton Luiz de Souza Pinto
- 10/11 Claudete Aparecida Silva Cachoeira
- 10/11 Claudete Comunelo Signori
- 10/11 Claudete Dulcinea Dall'Acosta
- 10/11 Claudia Favero Bocalon
- 10/11 Cleunice de Fatima de Oliveira
- 10/11 Cleuci Fatima dos Santos
- 10/11 Darilene Casara de Tomin
- 10/11 Dayane de Moraes
- 10/11 Debora Lucia Zanatto
- 10/11 Eleonora Beal Cecconelo
- 10/11 Elisabete Salvador
- 10/11 Elisete Aguiar Vieira Balestrin
- 10/11 Eliseu Geraldo Boschetti
- 10/11 Erna Shinaider
- 10/11 Evandra Regina Macagnan
- 10/11 Evandro Carlos Zanatto
- 10/11 Ezequiel Meira Sagaz
- 10/11 Fabiana Provin Zenatti
- 10/11 Fabiane Aparecida Pereira
- 10/11 Fatima Bortolini Pontel
- 10/11 Flavia Aparecida Zanini
- 10/11 Geana Pellicoli Antunes

- 11/12 Gilson de Oliveira
- 10/11 Gilson Talis Percisi
- 10/11 Giovana Rosa Sari Maccagnan
- 10/11 Gissele Brezolin Ghidorsi
- 10/11 Gladis Izabel de Matos
- 10/11 Gladis Miranda Cahichioli Menegat
- 10/11 Graciema Macante Bartz
- 10/11 Hilda Vieira
- 10/11 Isabel Cristina Mendes Tonial
- 10/11 Jacqueline Maria Celso
- 10/11 Jaime Jose Fiel
- 10/11 James Franciso Beal
- 10/11 Jocerlei Judith Z. Ribeiro
- 10/11 Joelma Tonial
- 10/11 José Vargas
- 10/11 Juciana Souza de Araujo Soares
- 10/11 Jucimar Antonio de Lima
- 10/11 Juliana Luzia dos Passos
- 10/11 Juliana Pereira de Souza Katschor
- 10/11 Juliano Cecconello
- 10/11 Julita Reetz Maccagnan
- 10/11 Jussara Karsak
- 10/11 Karen Padilha Klotz
- 10/11 Karine Nornberg Mendes
- 10/11 Keila Lucia da Silva Arruda
- 10/11 Laerte Nivaldo dos Santos
- 10/11 Lorena e Rampazzo
- 10/11 Luana Signori Colombo
- 10/11 Luci Mara Anssolin Luchese
- 10/11 Luciane Welter
- 10/11 Marcia Ines Johann
- 10/11 Marcia Rosana Dozoretz
- 10/11 Mari Paula Tonett
- 10/11 Maria de Fatima Cordeiro
- 10/11 Maria Luiza Luchese Piaia
- 10/11 Marines Lucia Casagrande Tonial
- 10/11 Marines Lucia Fioreze
- 10/11 Marisa de F. Saretto de Oliveira
- 10/11 Marisete Kochem
- 10/11 Marisete Maria Pantano Guisleni
- 10/11 Maristela Zanardi
- 10/11 Marivete Toigo Ambrosio
- 10/11 Marjorie Jeane Setti
- 10/11 Nadia Salvador
- 10/11 Naimo Balestrin
- 10/11 Neidete Espindola Barbosa
- 10/11 Neusa Aparecida dos Santos
- 10/11 Raquel Heberle
- 10/11 Rosa Maria Cordeiro
- 10/11 Rosane Correa Pereira
- 10/11 Rosane Maria Signori
- 10/11 Roseli Fontana Oselame
- 10/11 Roseni Linhares Veloso Mocelin
- 10/11 Rubia Neiva Zatta Beal
- 10/11 Salete Zarpelon Parenti
- 10/11 Sandra Iara Giaretta
- 10/11 Sideles Carmem Tortelli Viera
- 10/11 Tania Mara Zanata
- 10/11 Tatiana Guerra de Barros
- 10/11 Tatiane Aparecida Paz
- 10/11 Tereza Ana Tonet
- 10/11 Vanise Danizete Freski
- 10/11 Veneri Rampazzo
- 10/11 Vera Lucia Daros Balestrin
- 10/11 Vilmar Belan
- 10/11 Waleska Porto Lima de Souza
- 11/12 Miguel C. Cavalli
- 10/11 Zelaine Aparecida Pelicioli

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

Nelci Fátima Trento Bortolini Alexander de Carvalho Fabro

Prefeita Responsável pelo RH.

### **Portaria 002/2012**

PORTARIA Nº 002/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Rosane Correa Pereira, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 02/01/12 a 31/01/2012 referente à 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

### **Portaria 003/2012**

PORTARIA Nº 003/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Valdérleia Aparecida Prestes Pereira, ocupante do cargo efetivo de assistente administrativo no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

### **Portaria 004/2012**

PORTARIA Nº 004/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de

suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Ana Paula Rossa Cavalli, ocupante do cargo efetivo de psicóloga no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

**Portaria 005/2012**

PORTARIA Nº 005/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Valdir Alves, ocupante do cargo efetivo de motorista no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

**Portaria 006/2012**

PORTARIA Nº 006/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Ariela Augustim, ocupante do cargo efetivo de odontóloga no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

**Portaria 007/2012**

PORTARIA Nº 007/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Claudia Maria David Beal, ocupante do cargo efetivo de psicóloga, no período de 02/01/12 a 31/01/2012 referente à 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

**Portaria 008/2012**

PORTARIA Nº 008/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Janete Reetz Mores, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

**Portaria 009/2012**

PORTARIA Nº 009/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Atilio Tonet, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, no período de 02/01/2012 a



31/01/2012 referente a 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

#### **Portaria 010/2012**

PORTARIA Nº 010/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), João Maria dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

#### **Portaria 011/2012**

PORTARIA Nº 011/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Nilson Lins, ocupante do cargo efetivo de Carpinteiro, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

#### **Portaria 012/2012**

PORTARIA Nº 012/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Nelson Lins, ocupante do cargo efetivo de Carpinteiro, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

#### **Portaria 013/2012**

PORTARIA Nº 013/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Eleandra Lucia Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

#### **Portaria 014/2012**

PORTARIA Nº 014/2012 de 02 de Janeiro de 2012

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Iria Godinho Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012 referente a 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

#### **Portaria 015/2012**

PORTARIA Nº 015/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Hilário Bartz, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Mecânico, no período de 02/01/12 a 31/01/2012 referente à 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

#### **Portaria 016/2012**

PORTARIA Nº 016/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE RETORNO DAS ATIVIDADES NORMAIS DE TRABALHO A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder retorno ao trabalho, no cargo efetivo de Professor a partir de 01 de Janeiro de 2012 ao funcionário Miguel Cesar Cavalli, que se encontrava afastado.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

#### **Portaria 017/2012**

PORTARIA Nº 017/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de

suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Priscila Sartori Sari, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria da Saúde, no período de 02/01/12 a 31/01/2012 referente à 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI  
Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo RH.

#### **Portaria 018/2012**

PORTARIA Nº 018/2012 de 02 de Janeiro de 2012  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) João Leocir Fabiano, ocupante do cargo efetivo de agente operacional, no período de 02/01/12 a 31/01/2012 referente à 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Janeiro de 2012  
Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita

Alexander de Carvalho Fabro  
Responsável pelo RH.

## **Alto Bela Vista**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Complementar Nº 046, de 15 de Dezembro de 2011.**

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ALTO BELA VISTA, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXAM OBJETIVOS E DIRETRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar.

TÍTULO I  
CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES  
CAPÍTULO I

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Alto Bela Vista, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Alto Bela Vista, visa instituir a política habitacional do município com o objetivo de promover o acesso à moradia digna, especialmente aos estratos de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento e anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Alto Bela Vista abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a política de desenvolvimento, com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade e a Lei Federal N.º 11124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, definindo.

I - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;

II - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

III - as regras para promover acesso à moradia digna e redução de déficit habitacional.

Parágrafo Único. A interpretação da presente Lei e seus anexos serão realizados de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS OBJETIVOS**

Art. 3º. Visando Orientar a articulação dos meios e o equacionamento dos programas habitacionais que integram o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Alto Bela Vista, os objetivos foram construídos segundo os aspectos: Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social, Infraestrutura e Socioeconômico e Ambiental.

A - São objetivos do Aspecto de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social:

I - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e equipamentos sociais básicos;

II - garantir a sustentabilidade dos programas habitacionais de interesse social, associando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;

III - promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes pro-motores da Política de Habitação de Interesse Social, Plano Municipal Habitação de Interesse Social, de acordo com as características diferenciadas da demanda, estimulando o associativismo e a auto-gestão na implementação de projetos;

IV - aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes;

V - garantir no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade, em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão;

VI - coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo;

VII - priorizar ações nas áreas de risco;

VIII - organizar e manter programas de aquisição de Imóveis e terras para Habitação de Interesse Social;

IX - oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política habitacional;

X - incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais;

XI - desenvolver mecanismos de negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias;

XII - manter informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, através da criação de um Observatório Habitacional e Urbano;

XIII - fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas habitacionais, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

XIV - propiciar a participação da população moradora e dos movimentos que lutam por moradia, bem como das universidades, ONGs e entidades empresariais, na definição das ações e prioridades e no controle social da política habitacional;

XV - instituir o Conselho Municipal de Habitação e demais instância de participação;

XVI - fornecer gratuitamente assessoria jurídica, bem como de engenharia e arquitetura, a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social;

XVII - reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e aos portadores de deficiências, físicas ou mentais;

XVIII - articular de forma democrática as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis;

XIX - garantir na legislação do Plano Diretor áreas relativa a ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social;

XX - viabilizar, através dos instrumentos do estatuto da cidade, recursos para investimentos em programas Habitacionais de Interesse Social;

XXI - estimular a diversidade de soluções e a adequação dos projetos as condições do meio físico, visando melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

XXII - considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos habitacionais coerentes com suas necessidades;

XXIII - adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas e de lazer, dentre outros.

B - São objetivos do Aspecto de Infraestrutura:

I - integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o fornecimento de meios de transporte coletivo de qualidade, o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem;

II - garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a atual tendência de expulsão da população de baixa renda para as periferias não

dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.

#### C - São objetivos do Aspecto Socioeconômico:

I - articular a melhoria das condições de habitação com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano;

II - preocupar-se com a sustentabilidade econômica de suas intervenções, articulando-se à política socioeconômica e a programas de capacitação profissional, geração e trabalho e renda voltados para as comunidades beneficiadas;

III - criar incentivos fiscais e urbanísticos para implantação de atividades econômicas, pequenos centros de negócios e serviços, e investimentos em projetos estruturantes e de fortalecimento da comunidade;

IV - vincular a inclusão em Programas Habitacionais de Interesse Social à contrapartida de participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização nas famílias que possuam desempregados e analfabetos.

#### D - São objetivos do Aspecto Ambiental:

I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades do município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

II - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

III - aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

IV - conscientizar sobre a importância da proteção de fontes e nascentes.

#### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º. Para que se atinja o objetivo básico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Alto Bela Vista, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizada ou subutilizada, inseridas na malha urbana;

III - utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social;

IV - sustentabilidade econômica, financeira e social os programas e projetos elencados;

V - incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade;

VI - adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

VII - observar mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como de menor renda;

VIII - desenvolvimento Institucional para que a atuação local tenha cada vez mais institucionalidade para que possa contar com os meios administrativos, técnicos e financeiros necessários para o desenvolvimento de ações que reduzam a problemática habitacional;

IX - implantar no município os eixos estratégicos de desenvolvimento elencados e definidos com a participação popular, definidos como programas prioritários para o programa de PMHIS - Alto Bela Vista:

1 - Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social;

2 - Programa de Infra-Estrutura;

- 3 - Programa Sócio-Econômico;
- 4 - Programa Ambiental.

#### TÍTULO II PROGRAMA DE HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

##### CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 5º. O Programa tem por definição promover o direito à moradia. Como direito social básico, incorporando o direito ao serviço público e infraestrutura e serviços. Como direito social através da política habitacional induzir o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de Habitação de Interesse Social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 6º. O Programa tem por objetivos:

I - mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda; reduzindo o déficit habitacional do município;

II - facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis;

III - combater os fenômenos da segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

##### CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 7º. O Programa de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura social têm como medidas prioritárias:

I - implantação de programas de construção de unidades habitacionais isoladas ou em conjunto para redução do déficit habitacional na área urbana e rural;

II - implantação de programa de reforma e ampliação das unidades habitacionais na área urbana e rural, para redução do déficit habitacional;

III - implantação de programa de regularização fundiária;

IV - incentivo à criação de novos loteamentos;

V - criação de um observatório habitacional;

VI - melhoria e ampliação dos equipamentos nas principais comunidades;

VII - implantação de áreas de lazer na área urbana;

VIII - ampliação e melhoria da infraestrutura das escolas;

IX - melhoria e ampliação do quadro de profissionais na área da saúde.

##### CAPÍTULO III DO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS SEÇÃO I DAS AÇÕES E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO

Art. 8º. No âmbito do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o atendimento das necessidades habitacionais compreende as seguintes ações:

I - produção de unidades habitacionais;

II - urbanização das áreas ocupadas precariamente;

III - regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente;

IV - melhoria das condições de habitabilidade.

Parágrafo Único: A atuação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social abrange situações de legislação, substituição, inadequação, reposição e superação de deficiências da unidade e do espaço coletivo, podendo atuar no âmbito da casa, do parcelamento, do assentamento, do bairro ou mesmo cidade.

Art. 9º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social



estabelecerá os seguintes critérios para a priorização do atendimento:

- I - predominância de população com renda familiar mensal até três salários mínimos em situação de risco social, com alta incidência de criminalidade;
- II - incidência de problemas ambientais graves, como insalubridade, degradação natural, poluição atmosférica ou por despejos industriais e domésticos;
- III - alto risco para a segurança da população residente, com probabilidade de inundações, deslizamentos de encostas e desmoronamento de edificações precárias;
- IV - estar residindo no município a mais de 3 anos;
- V - famílias com pessoas desempregadas e/ou analfabetas deverão participar de programas de qualificação e/ou alfabetização.
- VI - famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais, doenças crônicas e/ou idosos;
- VII - famílias em situação de coabitação;
- VIII - não ter sido beneficiado por programa habitacional;
- IX - não ser proprietário de imóvel residencial em qualquer município;
- X - morar em área de risco, situação irregular e/ou invasão;
- XI - famílias com maior número de filhos;
- XII - preferência a mulheres chefes de famílias;
- XIII - ter terreno legalizado para ser beneficiado por programa de reforma e ampliação.

## SEÇÃO II DA PRODUÇÃO DA MORADIA

Art. 10. O atendimento às necessidades habitacionais requer a construção de novas unidades atendendo as seguintes diretrizes:

I - construção de habitação de Interesse Social - HIS diretamente pelo poder público ou por entidades a ele conveniadas, abrangendo:

- a) desenvolvimento de padrões tipológicos urbanísticos e habitacionais adequados às condições morfológicas do sítio, climáticas;
- b) exigência de que pelo menos 20% das unidades construídas satisfaçam aos critérios de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- c) incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com ação de métodos construtivos mais eficientes, com melhores índices de produtividade e qualidade;
- d) criação de mutirão.

- II - incentivo à autoprodução de moradias;
- III - estímulo à ação do setor privado na produção de habitação ao alcance das faixas de renda mais baixas;
- IV - implantação de programas de assistência técnica, voltados para a elaboração e implantação de projetos de construção.

§ 1º. A produção de unidades habitacionais de que trata o inciso I deve assegurar a:

- I - redução do preço final das unidades imobiliárias;
- II - a destinação exclusiva a quem não seja proprietário de outro imóvel residencial.

§ 2º. Visando a orientação e o apoio aos casos de que tratam os incisos II, III e IV, o Executivo municipal estruturará um banco de projetos de casa populares, projeto padrão quando da criação do observatório municipal habitacional.

## SEÇÃO III DA URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS PRECARIAMENTE

Art. 11. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infraestrutura e serviços urbanos, sistema viário e

acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - a urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia;
- II - as obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número de remoções e remanejamentos, desde que seja possível garantir condições mínimas e adequadas de mobilidade, salubridade e saneamento;
- III - a intervenção deve preservar espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades.

## SEÇÃO IV DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS OCUPADAS

Art. 12. O Executivo municipal deverá promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos de interesse social, por meio dos seguintes instrumentos:

- I - Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- II - concessão de direito real de uso, de acordo com o Plano Diretor do Município;
- III - assistência técnica, urbanística, jurídica e social gratuita.

## SEÇÃO V DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE MORADIAS

Art. 13. Visando a melhoria das condições de habitabilidade do Poder Público Municipal promoverá gestões junto aos agentes financeiros, para que, em conjunto com o Município, possam ser ampliadas as possibilidades de acesso ao crédito destinado à melhoria e à ampliação da moradia.

Parágrafo Único: No oferecimento de crédito será priorizado o atendimento ao direito à moradia, flexibilizando-se as condições de empréstimos e subsídios que considerem:

- I - a capacidade de endividamento da clientela;
- II - a instabilidade socioeconômica das famílias devido à instabilidade e informalidade dos postos de trabalho;
- III - a necessidade de dilatação dos prazos e do estabelecimento de acordos nos casos de inadimplência.

## SEÇÃO VI DA ATUAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. O atendimento às necessidades habitacionais prevê intervenções pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readequações de uso e tratamento das áreas remanescentes, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável.

Parágrafo Único: O Executivo municipal elaborará um plano de atuação em áreas de risco, incluindo os seguintes aspectos:

- I - oferecimento de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco;
- II - realização de obras de contenção de risco;
- III - prevenção da reocupação das áreas de risco que foram atendidas por programas habitacionais, mediante a destinação para outros usos imediatamente após o término da desocupação;
- IV - prevenção da ocupação de novas áreas de risco e de proteção ambiental.

## CAPÍTULO IV DA GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO

Art.15. A gestão da questão Habitacional de Interesse Social no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na produção da moradia, abrangendo os órgãos públicos, os segmentos do mercado imobiliário, os sindicatos patronais e de trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida nos programas habitacionais, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão da moradia, visando, prioritariamente, a redução do déficit habitacional situado nos segmentos de menor renda, compreendendo, entre outras, as seguintes medidas:

a) implantação e regulamentação do Fundo Municipal de Habitação, instituído pela Lei nº 395/2008 e do Conselho Municipal de Habitação, instituído pela Lei Complementar nº 020/2008, para o qual serão dirigidos os recursos destinados à Habitação de Interesse Social;

b) formação, treinamento e capacitação de agentes promotores e financeiros não-estatais, tais como as cooperativas e associações comunitárias autogestionárias e, pequenas e microempresas de construção para implementação de projetos habitacionais de interesse social.

II - desburocratização do setor financeiro-imobiliário, dos procedimentos cartoriais e dos aprobatórios da administração municipal, especialmente no que tange ao licenciamento de construções e emissão de alvará e habite-se, de modo a tornar mais ágil a análise e aprovação dos processos e diminuir custos de legalização, sem prejuízo das precauções legais quanto à legitimidade da propriedade e do respeito às normas instituídas para o uso e ocupação do solo;

III - estímulo à adoção dos processos de autogestão e co-gestão de equipamentos coletivos, serviços sociais, infra-estrutura urbana e habitações coletivas, tanto na implementação dos programas e execução das obras, como na preservação e manutenção das áreas urbanizadas;

IV - promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de habitação, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

V - estruturação de um sistema de informações habitacionais, articulado ao sistema de informação municipal, bem como, estruturação de um banco de projetos de casas populares - Projeto Padrão.

Art.16. A participação da população e de entidades relacionadas com a questão habitacional deve permear cada etapa da implementação e avaliação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, com as seguintes diretrizes:

I - institucionalização de canais de participação e controle social por meio de:

- a) Conferência Municipal de Habitação;
- b) Conselho Municipal de Habitação;
- c) Audiências Públicas;
- d) a gestão orçamentária participativa.

II - criação de mecanismos de controle social que incorporem representantes dos vários agentes públicos e privados e dos grupos sociais envolvidos, organizando moradores e grupos carentes de moradia para elaboração de propostas habitacionais subsidiadas e em parceria com o Poder Público;

III - garantia de participação da comunidade envolvida na regulamentação e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, bem como no processo de elaboração de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;

IV - apoio à criação e fortalecimento de organizações coletivas, a exemplo de cooperativas, para a potencialização de fundos próprios ou outros elementos de geração de recursos financeiros.

## SEÇÃO I

### DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 17. São objetivos da conferência municipal de habitação:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da Política Pública Habitacional do Município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da Política Habitacional do Município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar a atividade do Conselho Municipal de Habitação visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como medidas prioritárias.

Art. 18. A Conferência Municipal de Habitação deverá, dentre outras atribuições:

I - avaliar a implementação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e programas da Política Habitacional de Interesse Social deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades;

II - debater os relatórios bianuais de gestão da política habitacional, apresentando críticas e sugestões;

III - sugerir ao Executivo municipal adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - sugerir propostas de alteração desta Lei, no que se refere à questão habitacional, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Parágrafo Único: A conferência Municipal de Habitação ocorrerá ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 19. A conferência Municipal de habitação terá regimento próprio elaborado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, por este revisto sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - as competências e matérias de deliberação;

II - a forma de organização e funcionamento da Conferência;

III - a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 20. O Fundo Municipal de Habitação - FMH - é criado pela Lei nº 395/2008, e a Lei Complementar nº 20/2008 institui o Conselho Municipal de Habitação - CMH.

Art. 21. O Conselho Municipal de Habitação de Alto Bela Vista será órgão integrante do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Alto Bela Vista e terá como atribuições:

I - promover estudos e divulgações de conhecimento relativo às

ações no que se refere a Habitação de Interesse Social;  
II - colaborar com a equipe técnica municipal encarregada da área habitacional do município, encaminhando sugestões, crítica e reivindicações e emitir pareceres sobre os mesmos;  
III - zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Municipal de Habitação;  
IV - realizar bianualmente a Conferência Municipal de Habitação para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social revendo as diretrizes e os rumos da política para:

- 1 - redução do déficit habitacional;
  - 2 - redução do desemprego;
  - 3 - garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
  - 4 - integrar as diferentes políticas sociais.
- V- participar e acompanhar a implantação do novo Plano Diretor do Município;  
VI - aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa;  
VII - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;  
VIII - definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;  
IX - elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;  
X - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;  
XI - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, para que os mesmos estejam de acordo com a política habitacional do Município;  
XII - zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo.

§ 1º O Conselho Municipal de Habitação de Alto Bela Vista integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho Municipal de Habitação de Alto Bela Vista será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso IX deste artigo.

Art. 22. O Conselho será formado pela totalidade dos titulares do Conselho Municipal de Habitação de Alto Bela Vista e por membros representativos da sociedade e poder público, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação a cada dois anos.

Art. 23. O Poder Executivo apresentará cada dois anos à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Habitação relatório das ações realizadas contidas na Tabela de Propostas do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

### SEÇÃO III DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 24. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, as-sociado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e tem por objetivos:

- I - a cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Alto Bela Vista;
- II - promover debates sobre temas de interesse da Política Habitacional com a população e associações representativas dos vários

segmentos da comunidade;  
III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;  
IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

- 1 - organizações e movimentos populares;
- 2 - associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
- 3 - associações de classe;
- 4 - fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais .

Art. 25. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como no processo de sua implantação.

Parágrafo Único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 26. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo Único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 27. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

### SEÇÃO IV DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 28. No âmbito do Município de Alto Bela Vista, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa tendo por objetivos:

- I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;
- II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 29. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo Único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

### CAPÍTULO V DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 30. Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização

urbanística, fundiária e à produção, manu-tenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social, HIS.

Art. 31. As Zonas Especiais de Interesse Social tem como objetivos:

I - promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as di-mensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas, garantindo a permanência da população;

II - assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamentos informais ao conjunto da cidade;

III - incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas Habitacionais de Interesse Social;

IV - permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;

V - promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;

VI - proteger os assentamentos ocupados pela população de baixa renda da pressão do mercado imobiliário.

Art. 32. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são aquelas discutidas e definidas com a participação popular definidas no Plano Diretor do Município de Alto Bela Vista.

Art. 33. Atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, novas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, poderão ser criadas mediante indicação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Planos Específicos, ou de Programas Habitacionais.

Parágrafo Único: A criação e a delimitação de novas ZEIS, por constituir em alteração do Zoneamento do Município, serão feitos obrigatoriamente por Lei Municipal.

Art. 34. Poderão ser criadas ZEIS na área rural, especialmente na ocorrência de formação de vilas e de situações já consolidadas.

Art. 35. Com a criação das ZEIS rurais, poderá ocorrer o desmembramento de lotes rurais a ser definido na lei de criação da ZEIS.

### TÍTULO III PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 36. O Programa tem por definição promover a melhoria da Infraestrutura Urbana e Rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da Área Urbana com a Área Rural.

Art. 37. O Programa tem por Objetivos:

I - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infra-estrutura na área rural;

II - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;

III - implantar sistema adequado de saneamento básico.

### CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 38. O programa de Infraestrutura tem como medidas prioritárias:

I - melhoria e alargamento das estradas municipais;

II - ampliação da pavimentação das ruas;

III - implantação de passeios públicos e adequação dos espaços públicos de acordo com a Lei de Acessibilidade;

IV - viabilização da construção do acostamento da SC 461;

V - articulação para melhoria da telefonia fixa e móvel no interior;

VI - articulação para ampliação dos serviços de internet;

VII - articulação para melhoria e manutenção da iluminação pública;

VIII - captação de recursos para implantação de rede e estação de tratamento de esgoto;

IX - implantação de programa de instalação de fossas, filtros e sumidouros individuais nas residências, principalmente na área rural;

X - melhoria da captação e qualidade da água;

XI - ampliação da rede de abastecimento de água no interior;

XII - ampliação da frequência da coleta de lixo nas principais comunidades;

XIII - viabilização do aumento do efetivo policial;

XIV - captação de recursos para construção de capela mortuária.

### TÍTULO IV PROGRAMA SÓCIOECONÔMICO CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 39. O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 40. O Programa tem por objetivos:

I - qualificar a mão-de-obra;

II - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;

III - apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

### CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 41. O programa sócio-econômico tem como medidas prioritárias:

I - diversificação da atividade industrial e viabilização da implantação de novas indústrias para geração de emprego e renda;

II - ampliação e manutenção dos incentivos agrícolas;

III - implantação de programas de incentivo a agricultura familiar;

IV - ações voltadas a fixação da população na área rural;

V - fortalecimento do comércio local (através de incentivos);

VI - viabilização para parcerias para implantação de cursos de qualificação profissional.

### TÍTULO V PROGRAMA AMBIENTAL CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art.42. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas;

Art.43. O programa tem por objetivo:

I - preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água, bem como a flora e a fauna ribeirinha;

II - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio-ambiente e dos ecossistemas;

III - implantar a rede de atendimento de tratamento do esgoto;

IV - implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos.



**CAPITULO II**  
**DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS**

Art.44. O programa ambiental tem como medidas prioritárias:

- I - programa de recomposição e reforço da mata ciliar;
- II - programa de conscientização ambiental.

**TÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 45. Fica definido o tempo de quatro anos para as ações de curto prazo, sete anos para as ações de médio prazo e dez anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na Tabela do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo 1, parte integrante desta lei.

Art. 46. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

- I - de cento e vinte dias, para o Poder Executivo Municipal promover reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como os instrumentos de indução à redução do déficit habitacional e de gestão democrática.
- II - de cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;
- III - de cento e oitenta dias, para que se propiciem as condições para instalação do Conselho Municipal de Habitação de Alto Bela Vista, com as atribuições previstas no Art. 21º da presente Lei.

Parágrafo Único: As medidas previstas nos incisos I, II e III não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 47. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Alto Bela Vista deverá ser revisado após dez anos de sua entrada em vigor.

Parágrafo Único: Qualquer alteração no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

Art. 48. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integra o anexo:

Anexo I - Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Alto Bela Vista.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.50. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/ SC, 15 de Dezembro de 2011.  
SERGIO LUIZ SCHIMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.  
Responsável Pelas Publicações

TABELA DE PROPOSTAS ALTO BELA VISTA PRAZOS: Curto – 4 anos; Médio – 4,1 a 7 anos; Longo: 7,1 a 10 anos

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
ASPECTO HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL	OBJETIVO 1 – REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL				
	1.1 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE 30 UNIDADES HABITACIONAIS NA ÁREA URBANA ISOLADAS OU EM CONJUNTO PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL,	10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO	FEDERAIS– OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
		10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODO O MUNICÍPIO	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	MÉDIO	
		10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODO O MUNICÍPIO	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS	LONGO	
	1.2 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE 30 UNIDADES HABITACIONAIS NA ÁREA RURAL ISOLADAS OU EM CONJUNTO PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL,;	15 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODA A ÁREA RURAL	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO	FEDERAIS– OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
		15 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODA A ÁREA RURAL	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	MÉDIO	
		15 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODA A ÁREA RURAL	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS	LONGO	

ASPECTO HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	1.3 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 45 UNIDADES HABITACIONAIS NA ÁREA RURAL E 10 UNIDADES NA ÁREA RURAL PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL;	3 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA URBANA	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS	CURTO	FEDERAIS— OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
		15 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA RURAL		MÉDIO	
		3 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA URBANA			
		15 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA RURAL		LONGO	
		4 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA URBANA			
		15 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA RURAL			
	1.4 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	MÉDIO LONGO	ESTADUAIS – PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA MUNICIPAIS
	1.5 INCENTIVO A CRIAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS	EM TODA A ÁREA URBANA	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – OGU FGTS ESTADUAIS MUNICIPAIS - PARCERIA PÚBLICO / PRIVADO
	1.6 CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO HABITACIONAL	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO	MUNICIPAIS

	<i>AÇÃO</i>	<i>LOCAL</i>	<i>RESPONSÁVEL</i>	<i>PRAZO</i>	<i>RECURSO</i>
<b>ASPECTO</b> <b>HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL</b>	<b>OBJETIVO 2 – MELHORAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E DOTAR A POPULAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL</b>				
	2.1 MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES;	NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO MUNICIPAIS
	2.2 IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE LAZER NA ÁREA URBANA;	AO LADO DA INCUBADORA UM CENTRO DE CULTURA E SUSTENTABILIDADE	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO	FEDERAIS ESTADUAIS - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO MUNICIPAIS
	2.3 AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS;	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SONHO ENCANTADO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO	CURTO	FEDERAIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
		DEMAIS ESCOLAS		CURTO MÉDIO LONGO	
	2.4 MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE SAÚDE	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS



	<b>AÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO</b>	<b>RECURSO</b>
<b>ASPECTO INFRAESTRUTURA</b>	<b>OBJETIVO 1 – MELHORAR O TRANSPORTE E A MOBILIDADE</b>				
	1.1 MELHORIA E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS UNICIPAIS
	1.2 AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	MÉDIO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	1.3 IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS E ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ACORDO COM A LEI DE ACESSIBILIDADE;	TODA ÁREA URBANA	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	1.4 VIABILIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO ACOSTAMENTO DA SC 461;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS

ASPECTO INFRAESTRUTURA	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	OBJETIVO 2 – MELHORAR O SISTEMA DE INFRAESTRUTURA				
	2.1 ARTICULAÇÃO PARA MELHORIA DA TELEFONIA FIXA E MÓVEL NO INTERIOR;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	2.2 ARTICULAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTERNET;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	2.3 ARTICULAÇÃO PARA MELHORIA E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	OBJETIVO 3 – IMPLANTAR SISTEMA ADEQUADO DE SANEAMENTO BÁSICO				
	3.1 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	3.2 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE INSTALAÇÃO DE FOSSAS, FILTROS E SUMIDOUROS INDIVIDUAIS NAS RESIDÊNCIAS, PRINCIPALMENTE NA ÁREA RURAL;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	MÉDIO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	3.3 MELHORIA DA CAPTAÇÃO E QUALIDADE DA ÁGUA;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS

ASPECTO INFRAESTRUTURA	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	OBJETIVO 3 – IMPLANTAR SISTEMA ADEQUADO DE SANEAMENTO BÁSICO				
	3.4 AMPLIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO INTERIOR;	TODA A ÁREA RURAL	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERENCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	3.5 AUMENTO DA FREQUÊNCIA DA COLETA DE LIXO NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES;	TODA A ÁREA RURAL	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERENCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	OBJETIVO 4 – DOTAR A POPULAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO FUNERÁRIO				
	4.1 VIABILIZAÇÃO DO AUMENTO DO EFETIVO POLICIAL.	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	4.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA;	NA ÁREA URBANA	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS

ASPECTO SOCIOECONOMICO	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	OBJETIVO 1 – FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ÁREAS ECONÔMICAS E APOIAR O FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS INSTALADAS				
	1.1 DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL E VIABILIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS, PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	1.2 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS INCENTIVOS AGRÍCOLAS;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	1.3 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	1.4 AÇÕES VOLTADAS À FIXAÇÃO DA POPULAÇÃO NA ÁREA RURAL;	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS
	1.5 FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL (ATRAVÉS DE INCENTIVOS);	TODO O MUNICÍPIO	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS ESTADUAIS MUNICIPAIS



**Decreto Nº 1.449, de 21 de dezembro de 2011.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de utilização dos recursos provenientes do excesso de arrecadação segundo as respectivas vinculações orçamentárias;

Considerando a existência de saldos decorrentes da arrecadação e do excesso de arrecadação em vinculações orçamentárias relacionadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, I, da Lei Municipal nº 532, de 13 de dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.046,74 (onze mil, quarenta e seis reais, setenta e quatro centavos), para a suplementação nas seguintes ações orçamentárias:

**08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS****08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS****10 SAÚDE****10.301 Atenção Básica****10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado****10.301.0034.2.057 Atividades Gerais da Atenção Básica****3 DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0305 Aplicações Diretas**

R\$ 2.944,07

**10.301.0035 Estratégia de Saúde da Família - SF****10.301.0035.2.063 Atividades, Ações e Serviços da SF****3. DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas**

R\$ 384,91

**3.1.90.00.0.1.302 Aplicações Diretas**

R\$ 2.100,00

**10.301.0036 Agentes Comunitários de Saúde****10.301.0036.2.065 Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde****3. DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0303 Aplicações Diretas**

R\$ 1.973,79

**10.301.0037 Saúde Odontológica****10.301.0037.2.066 Atividades de Saúde Odontológica****3. DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0304 Aplicações Diretas**

R\$ 700,00

**10.301.0039 Ações de Vigilância Sanitária****10.301.0039.2.068 Serviços de Vigilância Sanitária****3. DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas**

R\$ 1.919,33

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela utilização de saldo decorrente do

excesso de arrecadação, nas seguintes vinculações:

a) - "0.1.0301 - Recursos Vinculados à Saúde - ASPS", R\$ 2.304,24 (dois mil, trezentos e quatro reais, vinte e quatro centavos),

b) - "0.1.0305 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PAB Fixo, R\$ 2.944,07 (dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais, sete centavos),

c) - "0.1.0302 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PSF, R\$ 2.100,00 (dois mil, cem reais),

d) - "0.1.0303 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PACS, R\$ 1.973,79 (hum mil, novecentos e setenta e três reais, setenta e nove centavos) e,

e) - "0.1.0304 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PSB, R\$ 700,00 (setecentos reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 21 de dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável pelas publicações

**Decreto Nº 1.450, de 21 de Dezembro de 2011.**

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, II, C, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.571,48 (nove mil, quinhentos e setenta e um reais, quarenta e oito centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

**01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE****01.01 Gabinete do Prefeito e Vice****04 ADMINISTRAÇÃO****04.122 Administração Geral****04.122.0001 Coordenação e supervisão da Gestão Municipal****04.122.0001.2.001 Ações de Coordenação da Gestão Governamental****3 DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas**

R\$ 328,78

**02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****02.01 Gerência de Administração e Finanças****04 ADMINISTRAÇÃO****04.122 Administração Geral****04.122.0003 Ações de Administração Geral****04.122.0003.2.007 Atividades Administrativa e Burocráticas****3 DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas**

R\$ 1.586,23

**04.00 GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

04.01 Gerência de Agricultura e Meio Ambiente

**20 AGRICULTURA**

20.602 Promoção da Produção Animal

20.602.0013 Ações de Promoção da Pecuária

20.602.0013.2.019 Assistência Técnica/Médico Veterinária - Pessoal

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 270,77

**07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB, IND. e COM.**

07.04 Gerência de Urbanismo, Hab, Ind. e Com.

**17 SANEAMENTO**

17.512 Saneamento Básico Urbano

17.512.0032 Serviços de Saneamento Básico Urbano

17.512.0032.2.054 Manutenção Sistema Abast., Água

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0325 Aplicações Diretas

R\$ 1.356,81

**09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO**

09.02 Educação Infantil

**12 EDUCAÇÃO**

12.365 Educação Infantil

12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil

12.365.0043.2.074 Atividades Gerais da Educação Infantil

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 782,03

09.03 Ensino Fundamental

**12 EDUCAÇÃO**

12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

12.361.0044.2.079 Atividades Gerais do Ensino Fundamental

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 3.655,71

12.361.0044.2.080 Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 1.591,15

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na redução de valores na mesma ação orçamentária, conforme segue:

**01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE**

01.01 Gabinete do Prefeito e Vice

**04 ADMINISTRAÇÃO**

04.122 Administração Geral

04.122.0001 Coordenação e supervisão da Gestão Municipal

04.122.0001.2.001 Ações de Coordenação da Gestão Governamental

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00.0.1.0000 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$ 328,78

**02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

02.01 Gerência de Administração e Finanças

**04 ADMINISTRAÇÃO**

04.122 Administração Geral

04.122.0003 Ações de Administração Geral

04.122.0003.2.007 Atividades Administrativa e Burocráticas

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 1.586,23

**04.00 GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

04.01 Gerência de Agricultura e Meio Ambiente

**20 AGRICULTURA**

20.602 Promoção da Produção Animal

20.602.0013 Ações de Promoção da Pecuária

20.602.0013.2.019 Assistência Técnica/Médico Veterinária - Pessoal

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 270,77

**07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB, IND. e COM.**

07.04 Gerência de Urbanismo, Hab, Ind. e Com.

**17 SANEAMENTO**

17.512 Saneamento Básico Urbano

17.512.0032 Serviços de Saneamento Básico Urbano

17.512.0032.2.054 Manutenção Sistema Abast., Água

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0325 Aplicações Diretas

R\$ 1.356,81

**09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO**

09.02 Educação Infantil

**12 EDUCAÇÃO**

12.365 Educação Infantil

12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil

12.365.0043.2.074 Atividades Gerais da Educação Infantil

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 782,03

09.03 Ensino Fundamental

**12 EDUCAÇÃO**

12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

12.361.0044.2.079 Atividades Gerais do Ensino Fundamental

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 3.407,49

3.3.90.00.0.3.0106 Aplicações Diretas

R\$ 248,22

12.361.0044.2.080 Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0106 Aplicações Diretas

R\$ 1.591,15

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 21 de



Dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.  
Responsável Pelas Publicações

**Decreto Nº 1.451, de 21 de Dezembro de 2011.**  
SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, II, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 95.317,40 (noventa e cinco mil, trezentos e dezessete reais, quarenta centavos), para utilizar recursos do excesso de arrecadações nas seguintes ações orçamentárias:

04.00 GERENCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
02.01 Gerência de Agricultura e Meio Ambiente  
20 AGRICULTURA  
20.602 Promoção da Produção Animal  
20.602.0013 Ações de Promoção da Pecuária  
20.602.0013.2.019 Assistência Técnica/Médico Veterinária - Pessoal  
3 DESPESAS CORRENTES  
3.1 Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas  
R\$ 325,62

05.00 GERÊNCIA DE TRANSPORTES  
05.01 Gerência de transportes  
26 TRANSPORTE  
26.782 Transporte Rodoviário  
26.782.0019 Rodovias Municipais Adequadas  
26.782.0019.2.034 Atividades Gerais de Transportes  
3 DESPESAS CORRENTES  
3.1 Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas  
R\$ 25.130,65

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
09.02 Educação Infantil  
12 EDUCAÇÃO  
12.365 Educação Infantil  
12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil  
12.365.0043.2.074 Atividades Gerais da Educação Infantil  
3 DESPESAS CORRENTES  
3.1 Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas  
R\$ 684,14

09.03 Ensino Fundamental  
12 EDUCAÇÃO  
12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
12.361.0044.2.080 Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB  
3 DESPESAS CORRENTES  
3.1 Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas  
R\$ 47.676,99

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
02.01 Gerência de Administração e Finanças  
28 ENCARGOS ESPECIAIS  
28.846 Outros Encargos Especiais  
28.846.0000 Operações Especiais  
28.846.0000.0.001 Cump. das Obrigações Contrib. E Tributárias - PASEP  
3 DESPESAS CORRENTES  
3.3 Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas  
R\$ 21.500,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente nos vínculos:

a) "0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 46.956,27 (quarenta e seis mil, Novecentos e cinquenta e seis Reais, vinte e sete Centavos), e  
b) "0.1.0106 - Recursos Vinc. - Educação Básica R\$ 48.361,13 (quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e um reais, treze centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 21 de Dezembro de 2011.  
SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.  
Responsável Pelas Publicações

**Decreto Nº 1.452, 21 de Dezembro de 2011.**  
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVIES, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 572, de 23 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída, comissão especial de avaliação do veículo recebido da Secretaria do Estado da Administração, conforme identificação que consta do art. 1º da Lei Municipal n.º 572 de 23 de novembro de 2011.

Art. 2º A comissão de que trata o art. 1º deste Decreto, é constituída por:

I - Milton Vitor Rosset, que será o presidente;

II - Lauri Fischer, membro; e

III - Eloi Vitor Rosset, que será o secretário.

Art. 3º A comissão especial de avaliação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação deste decreto, avaliará o bem abaixo

identificado:

I - PAS/AUTOMÓVEL/JIPE, TOYOTA/BANDEIRANTE, a diesel, ano 1991, modelo 1992, placas LZO - 6314, Chassi: 9BR-0J0020M1018358, conforme consta do Decreto Estadual nº 593, publicado no DOE nº 19.196 de 18 de outubro de 2011.

Art. 4º Para o bom desempenho do mandato decorrente deste Decreto, a Comissão Especial de Avaliação, poderá requisitar auxílio de pessoal da Administração Municipal, e solicitar serviços especializados de empresas de manutenção veicular, observadas as normas de Direito Financeiro, se houver a geração de despesas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, 21 de dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.  
Responsável Pelas Publicações

### **Decreto Nº 1.455 de 02 de Janeiro de 2012.**

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Belo Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art.76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

Servidor	Período Aquisitivo	Período de gozo
IVANDRO SCHONELL	17/12/2011 a 16/12/2011	02/01/2012 a 31/01/2012
MILTON VITOR ROSSET	05/01/2011 a 04/01/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
MIGUEL VALÉRIO LERMEIN	17/01/2011 a 16/01/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
LUIZ SCHUSTER	05/01/2011 a 04/01/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
MARCOS FINGER	14/12/2010 a 13/12/2011	02/01/2012 a 31/01/2012
JULIANA TEIXEIRA	05/01/2011 a 04/01/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
GELI LUCIA PESSI	05/01/2011 a 04/01/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
FERNANDA NESELLO	03/06/2010 a 02/06/2011	02/01/2012 a 31/01/2012
ILIZANDRA BRITO DAHMER	05/01/2011 a 04/01/2012	02/01/2012 a 31/01/2012

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 02 de janeiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO  
Responsável pelas Publicações.

### **Decreto Nº 1.456 de 02 de Janeiro de 2012.**

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Belo Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art.76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

Servidor	Período Aquisitivo	Período de gozo
NELSON OSVALDO LOHMANN	16/03/2011 a 15/03/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
DALIR ANTONIO SCHIOCHET	01/02/2011 a 31/01/2012	02/01/2012 a 16/01/2012
MAIARA SCHWANKE	18/04/2011 a 17/04/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
KARINA ELIS MULLER	03/05/2011 a 02/05/2012	02/01/2012 a 31/01/2012
RODRIGO JONES NIE-MEYER	18/03/2011 a 17/03/2012	02/01/2012 a 31/01/2012

Art. 2º - Sendo que neste ato os servidores acima citados terão direito somente ao gozo das férias por interesse da administração, e o pagamento referente a 1/3 será efetuado no mês do vencimento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 02 de janeiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO  
Responsável pelas Publicações.

### **Decreto Nº 1453, de 02 de janeiro de 2012.**

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO COMO RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES.

SERGIO LUIZ SCHMITZ Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 22 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr. DANIVAL RAMIRO RIBEIRO, como responsável pelas Publicações das Leis Municipais, Decretos, Portarias, dos Atos Administrativos, dos relatórios previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e de outros atos de Publicação exigidos por Lei.

Art. 2º. Pelo desempenho do presente mandato o Servidor



designado não receberá qualquer gratificação ou adicional no respectivo vencimento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor á partir de 02 de Janeiro de 2012, tendo validade até o dia 31/01/2012, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 02 de janeiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO

Responsável pelas Publicações.

#### **Decreto Nº 1454 , de 02 de Janeiro de 2012.**

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA RESPONDER COMO RESPONSÁVEL PELA GERENCIA DE SAÚDE.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o Sr. EDSON STECKLING , ocupante do Cargo de provimento em Comissão de Coordenador de Saúde, para responder como RESPONSÁVEL PELA GERENCIA DE SAÚDE E GESTÃO do Município no período de 02 de Janeiro de 2012 á 16 de janeiro de 2012 , em substituição ao servidor DALIR ANTONIO SCHIOCHET, em gozo de férias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 02 de janeiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO

Responsável pelas Publicações

#### **Processo de Licitação Nº 003/2012 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2012 - FMS

Modalidade: PREGÃO nº 01/2012

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra, de forma parcelada, de Material de Consumo para utilização nas Unidades de Saúde, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09:00 horas, do dia 7 de fevereiro de 2012, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>. Alto Bela Vista (SC), em 03 de janeiro

de 2012. Sérgio Luiz Schmitz- Prefeito Municipal.

#### **Processo de Licitação Nº 004/2012 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 - FMS

Modalidade: PREGÃO nº 002/2012

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra, de forma parcelada de Medicamentos e Anticoncepcionais Genéricos ou Éticos para utilização e distribuição nas Unidades de Saúde, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09:00 horas, do dia 08 de fevereiro de 2012, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>. Alto Bela Vista (SC), em 03 de janeiro de 2012. Sérgio Luiz Schmitz- Prefeito Municipal.

## Antônio Carlos

### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 006/2012**

PORTARIA Nº 006/2012

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 008/2011,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Admitir, LUIZ MANARIM, para o Cargo temporario de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 02 de janeiro de 2012 a 30 de Dezembro de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 007/2012**

PORTARIA Nº 007/2012

Concede Insalubridade.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de

suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor LUIZ MANARIM, ocupante do Cargo temporario de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 02 de janeiro de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Janeiro de 2012.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 252/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 252/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 36.631,00 (Trinta e seis mil seiscentos e trinta e um reais); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 253/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 253/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Aglon Comércio e Representações Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 76.012,00 (Setenta e seis mil e doze reais); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 254/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 254/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Victoria Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 186.617,50 (Cento e oitenta e seis mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 255/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 255/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 213.820,00 (Duzentos e treze mil oitocentos e vinte reais); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 256/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 256/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 91.436,00 (Noventa e um mil quatrocentos e trinta e seis reais); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 257/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 257/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 82.017,10 (Oitenta e dois mil e dezessete reais e dez centavos); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 258/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 258/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 44.305,00 (Quarenta e quatro mil trezentos e cinco reais); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 259/2011**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 259/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 561.839,00 (Quinhentos e sessenta e um mil oitocentos e trinta e nove reais); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 260/2011** EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 260/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Prodiat Farmacêutica Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 145.957,00 (Cento e quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta e sete reais); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 261/2011** EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 261/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 2.224.236,30 (Dois milhões duzentos e vinte e quatro mil duzentos e trinta e seis reais e trinta centavos); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 262/2011** EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 262/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 155/2011 - Pregão Presencial nº. 092/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Dimaci/MG - Material Cirúrgico Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos éticos e genéricos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 94.001,70 (Noventa e quatro mil e um reais e setenta centavos); Prazo: 10/12/2011 - 09/12/2012.

Antônio Carlos, 10 de Dezembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### **Aviso de Pregão Presencial Nº 145/2011- FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2011- FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA PARA A UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 14:00 horas do dia 17/01/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 02 de janeiro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

#### **Aviso de Pregão Presencial Nº 149/2011- FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2011- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILME RADIOGRÁFICO, FIXADOR E REVELADOR PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 16:00 horas do dia 17/01/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 02 de janeiro de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

#### **Aviso de Pregão Presencial Nº 151/2011- FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2011- FMS**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM GRUPO GERADOR A DIESEL PARA A UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 13:00 horas do dia 17/01/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 02 de janeiro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Aviso de Pregão Presencial Nº 30/2012- FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2012- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNÍPIO DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 14:00 horas do dia 18/01/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 02 de janeiro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Aditivo 006 de Vigência do Contrato Nº 137/2005- PP Nº 14/2005 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Locação de um imóvel para abrigar as dependências do posto de saúde do Prado, Situado Na Rua Treze de Maio, 30 Bairro Prado, neste Município.

Aditivo 006 de Vigência do Contrato nº 137/2005- PP Nº 14/2005 - FMS

Fornecedor: Aloísio Marcelino

Valor: R\$ 26.910,76

Vigência: de 01/01/2012 a 31/12/2012.

**Aditivo de Renovação do Contrato Nº 10.100/2011- PP Nº 55/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de almoço, de acordo com o cardápio em anexo, para atender os funcionários da Secretaria Municipal da Saúde e do Centro de Atenção Psicossocial(CAPS).

Aditivo de Renovação do Contrato nº 10.100/2011- PP Nº 55/2011 - FMS

Fornecedor: Agapes Buffet e Eventos Ltda Me.

Vigência: de 01/01/2012 a 29/02/2012

**Aditivo de Renovação do Contrato Nº 10.151/2011 DL Nº 92/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de Estudo Ambiental Simplificado - EAS referente ao hospital regional de Biguaçu.

Aditivo de Renovação do Contrato nº 10.151/2011 DL Nº 92/2011 - FMS

Fornecedor Ambiens Consultoria e Projetos Ambientais Ltda.

Vigência: de 01/01/2012 a 31/03/2012

**Aditivo de Renovação do Contrato Nº 10.238/2011 TP Nº 123/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global por valor unitário para construção da Unidade de Saúde do Bairro Fundos. A empresa contratada deverá fornecer o material e a mão de obra para conclusão da obra, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo em anexo.

Aditivo de Renovação do Contrato nº 10.238/2011 TP Nº 123/2011 - FMS

Fornecedor: Sinal Construções Ltda.

Vigência: de 01/01/2012 a 31/03/2012

**Aditivo de Renovação do Contrato Nº 10.240/2011 TP Nº 126/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global para reforma e ampliação das novas instalações da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, em anexo.

Aditivo de Renovação do Contrato nº 10.240/2011 TP Nº 126/2011 - FMS



Fornecedor: Sinal Construções Ltda.  
Vigência: de 01/01/2012 a 31/03/2012

**Aditivo de Renovação do Contrato Nº 566/2006 DL Nº 76/2006 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Locação de um imóvel, com área de 205,11m<sup>2</sup>, localizado na Rua Justino Adalberto Leal, Nº 173, Centro, Biguaçu, para abrigar as instalações da Clínica De Especialidades Odontológicas.

Aditivo de Renovação do Contrato nº 566/2006 DL Nº 76/2006 - FMS

Fornecedor Manoel Vicente da Silva Filho  
Valor: R\$ 11045,76  
Vigência: de 01/01/2012 a 31/12/2012

**Aditivo de Vigência do Contrato Nº 10.101/2011 - PP Nº 42/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de café da manhã (de acordo com o cardápio em anexo) para atender os profissionais com carga horária de 40 horas semanais e plantonistas e para CAPS da Secretaria Municipal de Saúde Biguaçu. a empresa vencedora deverá atender todos os dias da semana incluindo finais de semana e feriados, em conformidade com a solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal da Saúde.

Aditivo de Vigência do Contrato nº 10.101/2011 - PP Nº 42/2011 - FMS

Fornecedor: S.T GASTRONOMIA LTDA. EPP.  
Vigência: de 01/01/2012 a 29/02/2012

**Aditivo de vigência do Contrato Nº 10.178/2011- DL Nº 107/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global para construção do entorno do hospital regional de Biguaçu, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, em anexo.

Aditivo de vigência do Contrato nº 10.178/2011- DL Nº 107/2011 - FMS

Fornecedor: Tec-Drill Serviços de Engenharia Ltda.  
Vigência: de 01/01/2012 a 31/03/2012

**Aditivo de vigência do Contrato Nº 10.178/2011- DL Nº 107/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global para construção do entorno do hospital regional de Biguaçu, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, em anexo.

Aditivo de vigência do Contrato nº 10.178/2011- DL Nº 107/2011 - FMS

Fornecedor: Tec-Drill Serviços de Engenharia Ltda.  
Vigência: de 01/01/2012 a 31/03/2012

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Contrato de Rateio CIS-AMAVI

##### CONTRATO DE RATEIO

Nos moldes da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, Leis Municipais n.º 0700/2011 e Lei 0609/2008 de 03.12.2008 e Contrato de Consórcio do CIS-AMAVI, de um lado, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, inscrito no CNPJ/MF 09.069.217/0001-22, personalidade jurídica de direito público, situado a Rua XV de Novembro, 737, Bairro Laranjeiras, Município de Rio do Sul/SC, representado por seu Presidente, Sr. JOCELINO AMÂNCIO, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, neste ato denominado CIS-AMAVI, e de outro lado, o Município de Braço do Trombudo, inscrito no CNPJ/MF sob número 95.952.230/0001-67, com sede a Praça da Independência, 25 representado por seu Prefeito, Vilberto Muller Schovinder, portador do CPF nº 185.255.479-72 e CI Nº 324.762 neste ato denominado MUNICÍPIO, firmam o presente Contrato de Rateio, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

#### CLAUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMAVI, que possibilitem, com fulcro no orçamento aprovado pela Resolução 028 de 02 de dezembro de 2011, ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na elaboração e gestão da política de saúde, através das seguintes finalidades:

I - a gestão associada de serviços públicos com ou sem prestação de serviços;

II - o asseguramento da prestação de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade, conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados;

III - o gerenciamento, com o auxílio das Secretarias de Saúde dos municípios consorciados, dos recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em no presente Contrato de Rateio;

IV - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive os de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

VI - a execução de programas de saúde pública e o exercício de funções e competências dos entes consorciados, no âmbito da atenção básica do Sistema Único de Saúde, que lhe tenham sido outorgadas, transferidas ou autorizadas;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

VIII - a criação de instrumentos e a prestação de serviços para



controle, avaliação e acompanhamento dos serviços de saúde prestados à população dos entes consorciados;  
IX - o fornecimento de assistência técnica, treinamento, pesquisa e desenvolvimento dos profissionais e dos serviços de saúde pública;  
X - o desenvolvimento, de acordo com as necessidades e interesses dos entes consorciados, de ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;  
XI - a aquisição ou administração de bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como de medicamentos, serviços e materiais;  
XII - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes consorciados;  
XIII - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à promoção, recuperação, preservação e melhoria das condições da saúde da população dos entes consorciados;  
XIV - a viabilização de ações conjuntas na área de compra, suprimento e/ou produção de materiais, medicamentos e outros insumos;  
XV - a fomentação do fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;  
XVI - o incentivo, apoio e ampliação para estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a universalidade e a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;  
XVII - a prestação de assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;  
XVIII - representação dos municípios que o integram, nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio, perante quaisquer autoridades ou instituições;  
XIX - o estabelecimento das relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que, por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;  
XX - a viabilização da existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do Consórcio;  
XXI - o apoio, a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde ou de estabelecimentos congêneres.

#### CLÁUSULA 2ª - DOS RECURSOS

2.1. As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: Fundo Municipal de Saúde

DESPESAS CORRENTES:

3.1.71.00.00.00.00-\_\_\_\_ - Transf. a Consórcio Público R\$ 1.802,00

3.3.71.00.00.00.00-\_\_\_\_ - Transf. a Consórcio Público R\$ 16.218,00

DESPESAS DE CAPITAL:

4.4.71.00.00.00.00-\_\_\_\_ - Transf. a Consórcio Público R\$ 5.000,00

#### CLÁUSULA 3ª - DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

3.1. O MUNICÍPIO repassará ao CIS-AMAVI, a importância de até R\$ 23.020,00 (vinte e três mil e vinte reais) no ano de 2012, para as despesas correntes, cujo valor corresponde à previsão orçamentária no município, envolvendo as despesas administrativas, de utilização de serviços e de aquisição compartilhada de bens, mercadorias e serviços, divididos em parcelas mensais, de acordo com o Objeto especificado na Cláusula 1ª do presente Contrato de Rateio

3.3. As despesas administrativas do CIS-AMAVI compreendem pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações

financeiras, taxas bancárias, entre outros, cujo valor será rateado entre os entes consorciados de acordo com a previsão financeira mensal a ser enviada ao município até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da execução da despesa.

3.4. As despesas pela utilização de serviços compreendem a aquisição de serviços (procedimentos/consulta de auxílio diagnóstico) disponibilizados pelo CIS-AMAVI, de acordo com a pactuação pré-estabelecida pelos entes consorciados, até o limite das cotas mensais individualizadas disponibilizadas a cada ente consorciado.

3.5. A aquisição Compartilhada de Bens, Mercadorias e serviços destina-se a garantir a aquisição de bens a preços competitivos através da economia de escala, de bens de uso comum dos entes consorciados.

3.6. Em caso de o MUNICÍPIO ultrapassar seu limite financeiro durante o mês corrente, deverá repassar a devida importância, tão logo formalizada e solicitada pelo CIS-AMAVI.

3.7. Havendo saldo financeiro disponível no CIS-AMAVI, para fazer frente às despesas administrativas e para a utilização de serviços, na fonte de recursos individualizada do município de Braço do Trombudo, e a seu critério, o valor do repasse mensal poderá ser postergado até a utilização completa do saldo individual disponível.

3.8. O CIS-AMAVI reserva-se o direito de não emitir Requisições de Exames/Consultas de Auxílio diagnóstico para os municípios que não apresentarem saldo financeiro individualizado disponível, tanto para o custeio das Despesas Administrativas, como também para as Despesas pela utilização de serviços e Aquisição compartilhada de Bens, Mercadorias e Serviços.

3.9. Eventuais saldos financeiros individualizados serão mantidos no CIS-AMAVI no final do exercício, sendo reprogramados para o exercício seguinte, conforme preconiza a Lei 4.320/64.

3.10. Os valores previstos para Despesas de Capital somente serão repassados ao CIS-AMAVI, mediante deliberação da Assembleia Geral, para a aquisição de bens de capital.

3.11. O MUNICÍPIO deverá, no ato da assinatura do presente contrato de rateio, apresentar o empenho global ao CIS-AMAVI, cujo valor deverá corresponder ao montante previsto na cláusula 3.1, individualizado por modalidade de aplicação específica nos termos da proposta orçamentária do município, devidamente compatibilizado com o orçamento do CIS-AMAVI.

#### CLÁUSULA 4.ª - DAS RESPONSABILIDADES

4.1. É de responsabilidade do CIS-AMAVI:

I - Disponibilizar ao MUNICÍPIO, os serviços relacionados no objeto do presente contrato, durante o exercício financeiro de 2012, limitados aos recursos pactuados no presente instrumento;

II - Receber e contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9.º da Lei Federal 11.107/2005;

III - Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizados na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

IV - Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente nas ações previstas no objeto do presente contrato e do orçamento aprovado através da Resolução nº 028/2011;

V - Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e CIS-AMAVI, com identificação dos procedimentos

e respectivos custos.

#### 4.2. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

- I - Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;
- II - Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III - Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do MUNICÍPIO;
- IV - Apresentar os resultados da execução orçamentária e o detalhamento dos recursos aplicados, bem como as auditorias concluídas ou iniciadas no período e informações acerca da oferta e produção de serviços na rede assistencial contratada nos termos do presente instrumento, conforme preceitua a Lei 8689/93.
- V - Fazer o repasse mensal do recurso conforme estabelecido no presente Contrato de Rateio;
- VI - Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.
- VII - Notificar ao CIS-AMAVI, até o dia 10 (dez) de cada mês, possíveis restrições na realização da despesa, de empenhos ou de movimentação financeira, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

#### CLÁUSULA 5ª - DOS CASOS DE RESCISÃO

5.1. As partes poderão propor a qualquer tempo, a rescisão do presente Contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou ainda por mútuo acordo entre as partes contratadas.

5.2. Em caso de rescisão conforme previsto nesta cláusula, o saldo se positivo deverá ser devidamente devolvido ao MUNICÍPIO e se negativo, terá este a obrigação de saldar o respectivo valor.

#### CLÁUSULA 6ª - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato terá vigência de 02 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA 7ª - DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Braço do Trombudo, 02 de janeiro de 2012.

Município de Braço do Trombudo  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí  
JOCELINO AMÂNCIO  
Prefeito de Pouso Redondo  
Presidente do Conselho de Administração

ROSANA BAADE LEONHARDT  
Secretário Municipal de Saúde

Testemunhas:  
Nome:Denise Schussler Werter  
CPF: 022.538.329-28

Nome:Juliana do Nascimento  
CPF: 041.750.579-51

#### Decreto 082/2011

DECRETO 082/2011 28.12.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01	- Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0100.2.015	- Manutenção Coordenação/Reequipamento das Atividades de Saúde.		
3190.00.00.00.00.00.0002	- Aplicações Diretas	R	\$
	7.600,00		
- Total	R\$ 7.600,00		

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de dezembro de 2011.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato 1/2012

EXTRATO DE CONTRATO 1/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)  
CNPJ nº 09.427.503/0001-12, sito a Rua Santos Saraiva, nº 1.546  
Cidade de Florianópolis - SC

Objeto: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Braço do Trombudo ao CIGA.

Valor mensal: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais)

Vigência até 31.12.2012

Data da assinatura: 02.02.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato 1/2012 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 1/2012 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Rinnert & Cia Ltda  
CNPJ 05.572.506/0001-99, sito a Rua Dom Pedro, 101  
Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Etanol)

Valor total: R\$ 93.958,00 (noventa e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais).

Vigência até 31.12.2012

Data da assinatura: 02.01.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 2/2012** EXTRATO DE CONTRATO 2/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: CSST - Consultoria de saúde e Segurança do Trabalho Ltda.  
CNPJ 03.258.325/0001-67, Rua Humaitá, 19 - Bairro Centro  
Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Serviços de consultoria na área de Medicina e segurança do Trabalho.

Valor Mensal: R\$ 612,26 (seiscentos e doze reais e vinte e seis centavos).

Vigência até 31.12.2012

Data da assinatura: 02.01.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 3/2011** EXTRATO DE CONTRATO 3/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Alto Vale Net Ltda ME  
CNPJ 09.319.668/0001-70, sito a Localidade de Ribeirão Xaxim, nº 57  
Cidade de Agrolândia - SC

Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação de Links Via Rádio, permitindo o acesso a Internet.

Valor Mensal: R\$ 299,70 (duzentos e noventa e nove reais setenta centavos).

Vigência até 31.12.2012

Data da assinatura: 02.01.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 4/2011** EXTRATO DE CONTRATO 4/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Marcia M. da Silva Cia Ltda - Infodigitalle  
CNPJ 86.731.494/0001-08, sito a Rua Ernesto Prada, 280,  
Cidade de Trombudo Central - SC

Objeto: Locação de Sistema de Informática GEDOC.

Valor Mensal: R\$ 244,52 (duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência até 31.12.2012

Data da assinatura: 02.01.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 5/2012** EXTRATO DE CONTRATO 5/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA  
CNPJ sob o nº 07.753.029/0001-93, sito a BR-282, Bairro Três Barras,  
Cidade de Xamxerê - SC

Objeto: Implantação, Locação e manutenção de Software do Sistema de Controle Interno.

Valor: R\$ 3.369,48 (três mil trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

Vigência até 31.12.2012.

Data da assinatura: 02.01.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 6/2012** EXTRATO DE CONTRATO 6/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Auto Posto Braço do Trombudo  
CNPJ 04.971.113/0001-95, sito a Rua Dom Pedro I, 955  
Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Etanol)

Valor total: R\$ 59.373,00 (cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e três reais).

Vigência até 31.12.2012

Data da assinatura: 02.01.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

## Ata de Registro 1/2011 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2011

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 04/04/2011

Válido até: 04/04/2012

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Cestas Básicas, destinados para distribuição aos usuários da Assistência Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arroz (pct c/ 5 kg) (349)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	DO VALE	0	5,4000	1
2	Farinha de Trigo (pct c/ 5kg) (350)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	NORDESTE	0	6,5000	1
3	Açúcar Refinado (pct c/ 5kg) (351)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CARAVELAS	0	9,0000	1
4	Fubá grosso (pct c/ 1kg) (352)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SINHA	0	1,2000	1
5	Farinha de mandioca (pct c/ 1kg) (353)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SANTA RITA	0	2,2000	1
6	Margarina com sal (pote c/ 500gr) (354)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	1,1000	1
7	Feijão Preto (pct c/ 1kg) (355)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CRAVIL	0	1,8000	1
8	Sal refinado (pct c/ 1kg) (356)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	ZIZO	0	0,8600	1
9	Macarrão tipo pafaruso com ovos (pct c/ 500gr) (357)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANNI	0	1,3500	1
10	Aletria com ovos (pct c/ 500gr) (358)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANNI	0	2,1500	1
11	Óleo de soja refinado 900ml (359)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	2,7400	1
12	Biscoito doce sortido (pct c/ 400gr) (360)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANNI	0	2,1000	1

BRACO DO TROMBUDO , 4 de Abril de 2011.



# Caçador

## PREFEITURA

### Contrato 146-2011 PREFEITURA

Contrato nº 146/2011 - Locação do imóvel de propriedade do contratado, com sala comercial nº 11, com aproximadamente 45m2 (quarenta e cinco metros quadrados), localizada na Avenida Santa Catarina, s/n, Centro em Caçador/SC, destinada ao funcionamento da Junta de Serviço Militar. Referente ao processo licitatório nº 104/2011 DL nº 19/2011. Contratado/Locador: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR- CNPJ no 83.059.758/0001-22. Valor: R\$ 400,00 mensais. Prazo: 26/12/2012.

### Contrato 147-2011 PREFEITURA

Contrato nº 147/2011 - Contratação de empresa habilitada para construção de uma unidade de educação infantil (CRECHE) tipo B modelo padrão da União com área de 1.118, 48m2, no bairro Alto Bonito. Referente ao processo licitatório nº 85/2011 CC nº 03/2011. Contratado: ATUALBRASIL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA- CNPJ no 11.069.491/0001-43. Valor: R\$ 1.381.840,00. Prazo: 300 (trezentos) dias corridos, iniciando com a emissão da ordem de serviços e finalizando em 28.10.2012.

### Termo de Rescisão Consensual Antecipada Nº 01-2012 PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL ANTECIPADA Nº 01/2012 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2011

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e doze, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador, reuniram-se às partes contratantes, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina, nº 195, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IMAR ROCHA, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 103.777.359-49, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, SC, e de outro lado como CONTRATADA a empresa CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CIASC, empresa pública com sede em Florianópolis na rodovia SC-404, km 4, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.043.745/0001-65, neste ato representado por seu Diretor Presidente, o Senhor João Rufino de Sales, brasileiro, casado, Coronel de Engenharia do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 703.318.717-34 residente e domiciliado na cidade de Brasília DF e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Senhor Lauro Luiz de Andrade, brasileiro, casado inscrito no CPF sob o nº 006.428.0009-87, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis/SC, com o objetivo de formalizar a RESCISÃO CONSENSUAL ANTECIPADA do Contrato nº 53/2011 datado de 17 de março de 2011 para a implantação e apoio técnico na operação e manutenção do Sistema Instantâneo de Apoio ao Controle Interno - SIACI, na CONTRATANTE compreendendo os seguintes serviços: Processamento e armazenamento de dados do SIACI; Disponibilização do SIACI via Internet para acesso pela CONTRATANTE, população e interessados; Cópias de segurança de dados do SIACI; Manutenção das informações relativas ao SIACI pelo período de 5 (cinco) anos; Garantia de manutenção e atualização tecnológicas e outros serviços definidos de comum acordo, referente ao processo licitatório nº 37/2011, na modalidade de Dispensa nº 03/2011, sem a aplicação de penalidades pecuniárias, em face de fatores econômicos que inviabilizaram a manutenção do mesmo. Pelo presente termo, declaram as partes, de comum

e recíproco acordo, rescindido de pleno direito, dando-se mútua e recíproca quitação, para nenhuma parte reclamar da outra seja a que título for.

E por assim, estarem justos e acordados, firmam o presente termo em 03 (três) vias para todos os efeitos de direito.

Caçador/SC, 02 de janeiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

JOÃO RUFINO DE SALES

Presidente CIASC

Município de Caçador

LAURO LUIZ DE ANDRADE

Diretor Financeiro do CIASC

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Elizete R. Bleichuehl

CPF nº 558.040..809-97

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Adriana M. Van Passel

CPF nº 696.562.820-00

### Termo de Rescisão Consensual Nº 11-2011 PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL Nº 11/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2011

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e onze, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador, reuniram-se às partes contratantes, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina, nº 195, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IMAR ROCHA, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 103.777.359-49, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, SC, e de outro lado como LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0001-22, com sede nesta cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo senhor LEANDRO BELLO, brasileiro, casado, advogado e administrador inscrito no CPF sob o nº 542.781.559-72

residente e domiciliado neste Município de Caçador, com o objetivo de formalizar a RESCISÃO CONSENSUAL ANTECIPADA do Contrato nº 72/2011 datado de 31 de maio de 2011 para a locação do imóvel de propriedade do contratado, com área comercial aproximada de 180 metros quadrados, dividida em 06 (seis) salas e um banheiro, localizada na Rua Conselheiro Mafra, nº 91, térreo, Centro, Caçador/SC, destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal da Agricultura, referente ao processo licitatório nº 50/2011, na modalidade de Dispensa nº 07/2011, sem a aplicação de penalidades pecuniárias, em face de fatores econômicos que inviabilizam a manutenção do mesmo. Pelo presente termo, declaram as partes, de comum e recíproco acordo, rescindido de pleno direito, dando-se mútua e recíproca quitação, para nenhuma parte reclamar da outra seja a que título for.

E por assim, estarem justos e acordados, firmam o presente termo em 03 (três) vias para todos os efeitos de direito.

Caçador, 27 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

IMAR ROCHA

Contratante

Mitra Diocesana de Caçador



LEANDRO BELLO  
Representante Legal

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Elizete R. Bleichuehl  
CPF nº 558.040..809-97

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Adriana M. Van Passel  
CPF nº 696.562.820-00

## COMPRAS MÊS Dezembro 2011 ASSISTENCIA SOCIAL

### ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	ACOPLAMENTO 3P+T 32A	1247	1,000	25,0000	25,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO FLEXIVEL MULTIP 0,6/1KV 4X6MM	1247	1,000	8,8500	8,85
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CAIXA 75X65X35 MM P/ 4 ENTRADAS	1247	14,000	1,6000	22,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	1247	2,000	3,7000	7,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MÃO DE OBRA ELÉTRICA COM APLICAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS	1248	84,000	11,0000	924,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	PARAFUSO 3,9X32MM PANELA PHILIPS AUTO ATARRAXANTE	1247	31,000	0,1000	3,10
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR DE PARTIDA ELETRONICA 1X40W	1247	4,000	17,1500	68,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR DE PARTIDA ELETRONICA 2X40 W BIVOLT	1247	1,000	20,4800	20,48
ALVO CONFECÇÕES LTDA	JAQUETA EM MICROFIBRA 100% POLIÉSTER, COR PRETO COM FRIZO FI		90,000	130,0000	11.700,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Álcool líquido embalagem com 01 lt	1197	24,000	3,9300	94,32
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Álcool líquido embalagem com 01 lt	1244	48,000	3,9300	188,64
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BOLACHA DOCE SORTIDA DE 800 GR	1244	36,000	3,4000	122,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Copo descartável para água 180 ml, caixa com 3.000 un	1197	20,000	54,8900	1.097,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Copo descartável para água 180 ml, caixa com 3.000 un	1244	20,000	54,8900	1.097,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desinfetante líquido concentrado, embalagem com 02 L	1197	40,000	2,3900	95,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desinfetante líquido concentrado, embalagem com 02 L	1244	48,000	2,3900	114,72
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Detergente líquido com 500 ml	1197	24,000	0,7400	17,76
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Detergente líquido com 500 ml	1244	60,000	0,7400	44,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO SPAGHETTI COM OVOS, PACOTE COM 01 KG	1244	30,000	2,4000	72,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Papel toalha natural com 100 folhas cada pacote, tamanho	1197	20,000	4,2900	85,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Papel toalha natural com 100 folhas cada pacote, tamanho	1244	15,000	4,2900	64,35
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PEDRA SANITARIA	1197	60,000	0,6300	37,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PEDRA SANITARIA	1244	60,000	0,6300	37,80
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE USUÁRIOS DO CRAS	1203	20,000	155,0000	3.100,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	1236	1.160,000	2,2000	2.552,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	1251	240,000	2,2000	528,00
CLINICA SCHWENGBER S/S LTDA	PALESTRANTE	1200	1,000	500,0000	500,00
DANESE INFORMATICA LTDA - ME	Contratação de Empresa especializada em curso de informática	1228	2,665	550,0000	1.465,80
DANIELLY DE ARAUJO NORA	PALESTRANTE	1202	2,000	500,0000	1.000,00
DARCI FRIGERI	REFRIGERANTES	1215	600,000	0,6000	360,00
FACCIOLI & CADORE LTDA	Café torrado e moído, embalado a vácuo, pacote com 500 gr	1240	100,000	4,1400	414,00
FACCIOLI & CADORE LTDA	Cera líquida amarela e vermelha, embalagem com 750 ml	1240	48,000	1,9800	95,04
FACCIOLI & CADORE LTDA	Saco de lixo com capacidade para 30 litros com 10 unidades	1240	60,000	0,1000	6,00
IHAMBOINSKI E FARIAS LTDA - ME	LOCAÇÃO DE ARRANJOS DE FLORES	1229	1,000	3.485,0000	3.485,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOLO RECHEADO	1209	10,000	13,1000	131,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA DE SEGUNDA MOIDA NA HORA	1223	9,000	9,9000	89,10
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CREME DENTAL 90 GR	1238	60,000	0,8500	51,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Esponja de lã de aço, pacote com 60 gr	1238	24,000	0,7500	18,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Filtro para café nº 103, caixa com 40 unidades	1196	60,000	1,5900	95,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Filtro para café nº 103, caixa com 40 unidades	1238	200,000	1,5900	318,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabonete com 50 gr	1238	60,000	0,6000	36,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabonete líquido, embalagem de 05 litros.	1196	5,000	16,0000	80,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabonete líquido, embalagem de 05 litros.	1238	4,000	16,0000	64,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Saco de lixo com capacidade para 100 litros C/ 10 unidades	1196	36,000	0,9500	34,20
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Saco de lixo com capacidade para 100 litros C/ 10 unidades	1238	100,000	0,9500	95,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA A GRANEL	1223	9,000	3,6900	33,21
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	1235	1,223	6.840,0000	8.366,40
IRACEMA CORDEIRO ANTUNES	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE		1,000	10.040,0000	10.040,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	1199	41,000	6,9500	284,95
KALLE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	MANUTENÇÃO EM MAQUINAS DE COSTURA	1212	30,000	80,0000	2.400,00
LIVIAN LUCIA BERGER BRUSCO	LOCAÇÃO DE CAPAS DE CADEIRA	1224	700,000	2,5000	1.750,00
LIVIAN LUCIA BERGER BRUSCO	LOCAÇÃO DE ESTUDIO PARA FOTOS DECORADO COM TECIDOS	1224	2,000	500,0000	1.000,00
LIVIAN LUCIA BERGER BRUSCO	LOCAÇÃO DE HALL DE ENTRADA DECORADO COM TECIDOS E ACESSORIOS	1224	1,000	1.465,0000	1.465,00
LIVIAN LUCIA BERGER BRUSCO	LOCACAO DE TAPETE PARA CORREDOR	1224	1,000	250,0000	250,00
LOJAS VOLPATO LTDA	CENTRIFUGA	1219	1,000	303,0000	303,00
MALHARIA ARIZLA LTDA - ME	BONECA	1211	40,000	28,0000	1.120,00
MALHARIA ARIZLA LTDA - ME	CARRINHO DE FERRO	1211	70,000	5,0000	350,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	BACIA DE PLÁSTICO	1207	100,000	2,9900	299,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	BOLACHA SALGADA PACOTE COM 800 GR	1239	24,000	3,3600	80,64
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CAFÉ SOLÚVEL COM 100 GR	1239	24,000	3,2000	76,80
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CAIXA DE BOMBONS	1207	100,000	1,9900	199,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CALDO DE GALINHA CAIXA C/ 63 G	1239	100,000	0,6000	60,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CHINELO DE BORRACHA	1195	150,000	8,9900	1.348,50
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Esponja para lavar louça - dupla face medidas 110mm X 70mm	1239	200,000	0,3500	70,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	EXTRATO DE TOMATE 350 Gr	1239	48,000	1,0300	49,44
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Fósforo, maço com 10 caixinhas	1239	20,000	1,2500	25,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Papel higiênico branco, picotado, macio, folha dupla	1198	20,000	34,5000	690,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Saco de algodão alvejado para limpeza, medindo no mínimo 0,7	1239	24,000	3,2400	77,76
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Shampoo em tubo de 350 ml, com aroma agradável.	1239	60,000	2,8500	171,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	SUCO ADOÇADO COM 45 GR	1239	800,000	0,3500	280,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	TELEFONE	1194	1,000	55,0000	55,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	TELEFONE SEM FIO	1194	1,000	99,0000	99,00
MATHEUS MARCON 05064483988 (LOJA LOURO)	NEUTRALIZADOR DE ODORES 500 ML	1254	1,000	10,5900	10,59
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	Manutenção mecânica para veículo FIAT PALIO placa MHE 5186	1225	83,700	1,0000	83,70
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	1204	33,124	19,0800	632,01
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	1205	297,130	19,0800	5.669,24
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	1192	44,513	5,6500	251,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	1193	45,278	5,6500	255,82
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CAIXA DE ARQUIVO MORTO COR PARDO 33 X 25 X 13 CM	1237	10,000	1,6000	16,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO 2/0 COM 500 GR	1221	2,000	5,9000	11,80
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA GLITER 35 G - CORES VARIADAS BOA QUALIDADE	1221	3,000	2,2500	6,75
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FICHARIO COMPLETO	1210	70,000	36,0000	2.520,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DUREX PEQUENA 12 X 30	1221	4,000	0,5000	2,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS	1221	30,000	0,2000	6,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	RÉGUA ACRÍLICA 30 cm	1221	4,000	0,3000	1,20
RÁDIO CAÇANJURÊ LTDA	SERVIÇO DE SPOTS EM RADIO	1214	75,000	12,0000	900,00
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	1213	1,000	85,6700	85,67
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	1250	1,000	236,2800	236,28
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE ÁGUA DOCE - SC		10,000	32,3600	323,60
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE ARARANGUA - SC		5,000	131,2200	656,10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE BALNEARIO CAMBORIU - SC		5,000	83,2400	416,20
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE BITURUNA - PR		10,000	37,3300	373,30
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE BLUMENAU - SC		5,000	71,5400	357,70
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE BRUSQUE - SC		5,000	82,4600	412,30
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CALMON - SC		5,000	7,8300	39,15
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CAMPO ERÊ - SC		10,000	43,3600	433,60
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CAMPOS NOVOS - SC		5,000	37,4700	187,35
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CANOINHAS - SC		10,000	39,4900	394,90
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CAPINZAL - SC		5,000	32,6700	163,35
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CASCAVEL - PR		10,000	71,9400	719,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CHAPECÓ - SC		10,000	59,5300	595,30
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CLEVELÂNDIA - PR		20,000	27,2100	544,20
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CONCÓRDIA - SC		5,000	44,9900	224,95
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CURITIBA - PR		20,000	48,5000	970,00
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE CURITIBANOS - SC		20,000	31,2900	625,80
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC		10,000	46,2900	462,90
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE ERECHIM - RS		5,000	47,9600	239,80
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS - SC		20,000	98,4000	1.968,00
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU - PR		10,000	90,2400	902,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE FRAIBURGO - SC		20,000	16,7900	335,80
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO - PR		30,000	38,9100	1.167,30
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE GASPAR - SC		5,000	72,6600	363,30
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE IBIRAMA - SC		5,000	64,2800	321,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE ITAJAÍ - SC		20,000	82,4200	1.648,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE ITAPEMA - SC		20,000	85,3200	1.706,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL - SC		10,000	86,2800	862,80
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE JOAÇABA - SC		20,000	25,6400	512,80
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE JOINVILLE - SC		20,000	75,2100	1.504,20
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE LAGES - SC		30,000	45,3700	1.361,10
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE LEBON RÉGIS - SC		20,000	9,4500	189,00
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE MAFRA - SC		20,000	44,8900	897,80
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE MONTE CASTELO - SC		10,000	30,0000	300,00
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE PALMAS - PR		40,000	20,7900	831,60
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE PAPANDUVA - SC		5,000	33,7800	168,90
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE PATO BRANCO - PR		40,000	33,8900	1.355,60
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE PINHEIRO PRETO - SC		5,000	13,8100	69,05
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE PORTO UNIÃO - SC		40,000	20,6300	825,20
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE RIO DAS ANTAS - SC		10,000	5,6400	56,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE RIO DO SUL - SC		20,000	50,6700	1.013,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE SANTA CECÍLIA - SC		40,000	17,0500	682,00
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE SÃO CRISTOVÃO - SC		20,000	26,3600	527,20
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC		10,000	88,3500	883,50
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE SÃO PAULO - SP		5,000	109,6200	548,10
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE TANGARÁ - SC		10,000	15,8400	158,40
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE TRÊS PINHEIROS - SC		10,000	13,7600	137,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REUNIDAS TURISMO SA	PASSAGEM PARA A CIDADE DE VIDEIRA - SC		40,000	10,4000	416,00
RONDINELLI GONÇALVES DE MORAES - ME	ENVELOPES GRANDES	1220	2.000,000	0,1950	390,00
S Q SUPERMERCADOS LTDA - SUPERVALE	BOLACHA DECORADA	1208	30,000	10,2900	308,70
S Q SUPERMERCADOS LTDA - SUPERVALE	PANETONE	1208	40,000	10,5900	423,60
S Q SUPERMERCADOS LTDA - SUPERVALE	TORTA SALGADA	1208	15,000	19,9000	298,50
SATELITE COMERCIAL LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA CRISTAL COR AZUL COM TAMPA	1222	50,000	0,4000	20,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	CANETA HIDROGRÁFICA FABRI NACIONAL CX C/ 06 UNIDADES	1222	10,000	4,0000	40,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	DESTACA TEXTO, AMARELA	1222	5,000	1,0000	5,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	PAPEL A4- 75 GM 2,10 X 2,97 MM, 500 FOLHAS, COM CERTIFICADO	1218	175,000	10,2900	1.800,75
SATELITE COMERCIAL LTDA	PAPEL A4- 75 GM 2,10 X 2,97 MM, 500 FOLHAS, COM CERTIFICADO	1222	35,000	10,2900	360,15
SATELITE COMERCIAL LTDA	PAPEL VERGET COM 120 DE GRAMATURA	1222	60,000	0,1400	8,40
SATELITE COMERCIAL LTDA	POST-IT 4 BLOCOS 653 38 X 50 MM, EMBALAGEM COM 4 BLOCOS	1222	10,000	2,7900	27,90
SENAC CAÇADOR SC	Contratação do SENAC para ministrar curso de unhas decoradas	1206	1,000	1.800,0000	1.800,00
SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM IN	Contratação de Curso de Costura Industrial através do SENAI	1230	1,000	7.000,0000	7.000,00
SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM IN	Contratação do SENAI para ministrar curso de Panificação	1231	1,000	18.000,0000	18.000,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	AÇUCAR REFINADO PACOTE DE 5 KG	1241	120,000	9,2500	1.110,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Agua sanitária, cloro ativo com alvejante, embalagem com 01	1241	72,000	0,8600	61,92
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Amendoim descascado, pacote de 500 g	1241	10,000	2,8900	28,90
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	APRESUNTADO FATIADO, EMBALADO A VÁCUO, EM EMBALAGENS COM 200	1241	20,000	4,8900	97,80
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Banana caturra - tamanho médio em processo de amadurecimento	1190	40,000	0,7400	29,60
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Banana caturra - tamanho médio em processo de amadurecimento	1191	40,000	0,7400	29,60
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	CHA MATE TOSTADO EM SAQUINHOS COM 40 GRAMAS	1241	100,000	1,2200	122,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO COM 100 GR	1241	10,000	0,8000	8,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Laranja pêra, casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	1190	40,000	0,9900	39,60
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Laranja pêra, casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	1191	40,000	0,9900	39,60
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	MARGARINA DE 500 GRAMAS	1241	40,000	0,9300	37,20
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Rodo de espuma para cera com 30 cm, com cabo	1241	10,000	2,5400	25,40
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Sabão em pó com branqueador óptico, caixa com 01 kg	1241	100,000	2,3500	235,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	COMPUTADOR: CORE I3-2100 SEGUNDA GERAÇÃO	1216	4,000	1.589,0000	6.356,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>140.657,99</b>



**COMPRAS MÊS Dezembro 2011 CULTURA****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	SERVIÇO DE INTERNET	200	1,000	68,8000	68,80
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS S/CASCO	201	4,000	6,9500	27,80
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>96,60</b>

## COMPRAS MÊS Dezembro 2011 ESPORTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO POPULAR 18 LT	572	2,000	65,0000	130,00
ENEMIR COROZOLA	SERVIÇO DE ARBITRAGEM	575	1,000	350,0000	350,00
NEIDE MARIA DRIESSEN BAU	LOCAÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DOS CONTRATADOS	569	1,000	3.651,3900	3.651,39
SOCIEDADE CACADORENSE DE BOCHAS	LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DA SOC. CAÇADORENSE DE BOCHAS PARA	570	1,000	6.500,0000	6.500,00
TALITTA PADILHA MACHADO	SERVIÇO COMO FISIOTERAPEUTA	571	1,000	723,2000	723,20
Total Geral do Mês ---->					11.354,59

## COMPRAS MÊS Dezembro 2011 FIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LINDAURA FREDERIK	ACOLHIMENTO FAMILIAR DA CRIANÇA	59	1,000	1.090,0000	1.090,00
ROZANE APARECIDA FERREIRA ENDRIGO	ACOLHIMENTO FAMILIAR DA CRIANÇA	60	1,000	1.090,0000	1.090,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>2.180,00</b>

## COMPRAS MÊS Dezembro 2011 FUNDEMA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	602	400,000	2,2000	880,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	587	357,143	2,8000	1.000,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	603	161,664	2,8000	452,66
BORTOLI, ARGENTA & CIA. LTDA	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	584	785,752	1,9090	1.500,00
BORTOLI, ARGENTA & CIA. LTDA	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	586	523,834	1,9090	1.000,00
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	579	1,000	3.000,0000	3.000,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	596	0,988	2.280,0000	2.251,73
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	582	6,000	6,9500	41,70
L B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Execução de adutora de água tratada para melhorias		1,000	43.700,0000	43.700,00
LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTD	PORTA PAPEL TOALHA EM PLÁSTICO RESISTENTE	585	7,000	22,9000	160,30
LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTD	REFIL PARA SABONETEIRA	585	7,000	7,2000	50,40
LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTD	SABONETEIRA	585	7,000	14,3000	100,10
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	ampliação e operação do aterro sanitário do Município pelo p	590	855,820	77,9400	66.702,61
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (NÃO IND	592	1,000	34.990,0000	34.990,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SÓLIDOS	591	1,000	71.590,0000	71.590,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	CABO COAXIAL RG 59 MALAHA 95%	599	100,000	1,0000	100,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	CAIXA DE PROTEÇÃO	599	1,000	50,0000	50,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	FONTE ESTABIL IN 110/220V	599	3,000	18,2000	54,60
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	MICRO CAM COLOR	599	1,000	156,5000	156,50
PATRIMONIAL SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	MÃO DE OBRA	600	1,000	240,0000	240,00
PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA - ME	SERVIÇO DE PUBLICIDADE NA INTERNET	580	1,000	800,0000	800,00
SINAI EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	581	1,000	4.300,0000	4.300,00
VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA	VIDRO INCOLOR 4MM	589	3,675	42,7211	157,00
VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA	VIDRO LISO 3mm - COLOCADO	589	10,812	32,0015	346,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>233.623,60</b>

## COMPRAS MÊS Dezembro 2011 IPPUC

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIO COPIA DE PROJETOS		177	11,000	7,0000	77,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	174	6,000	6,9500	41,70
Total Geral do Mês ---->					118,70



## COMPRAS MÊS Dezembro 2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 2X2,50MM2	6005	0,454	1,4100	0,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 3X2,5MM2	5987	106,000	1,9500	206,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 3X2,5MM2	6002	52,000	1,9500	101,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 3X2,5MM2	6005	604,697	1,9500	1.179,16
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,50 mm2	5987	12,000	0,6800	8,16
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,50 mm2	5989	1,000	0,6800	0,68
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,50 mm2	6002	29,000	0,6800	19,72
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	6002	300,000	0,6800	204,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	5989	42,000	2,0100	84,42
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	6002	480,000	2,0100	964,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	5987	44,000	1,2000	52,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	5989	32,000	1,2000	38,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	5993	1,000	1,2000	1,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	5998	6,000	1,2000	7,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	6002	21,000	1,2000	25,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	6005	1.162,000	1,2000	1.394,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 200 W	6004	1,000	2,2500	2,25
ABCM ELETROTECNICA LTDA	lâmpada incandescente 40 w	6004	27,000	1,2900	34,83
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	5989	6,000	2,9400	17,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	5995	111,000	2,9400	326,34
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	5997	33,000	2,9400	97,02
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	6004	7,000	2,9400	20,58
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	6005	104,000	2,9400	305,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	5988	110,000	11,0000	1.210,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	5990	8,000	11,0000	88,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	5992	23,000	11,0000	253,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	5994	50,000	11,0000	550,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	5996	35,000	11,0000	385,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	5999	15,000	11,0000	165,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	6000	10,000	11,0000	110,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	6001	9,000	11,0000	99,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	6003	24,000	11,0000	264,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	6006	39,000	11,0000	429,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR PARTIDA RAPIDA 1 x 40 w 220V	5987	8,000	7,9800	63,84
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR PARTIDA RAPIDA 1 x 40 w 220V	6005	68,000	7,9800	542,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	5987	30,000	42,7200	1.281,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	5989	5,000	42,7200	213,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	5993	15,000	42,7200	640,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	5995	8,000	42,7200	341,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	5998	6,000	42,7200	256,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	6002	4,000	42,7200	170,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	6005	12,000	42,7200	512,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO	5995	2,000	56,4400	112,88
ACADEF-ASS.CACAD. DEFICIENTES FISICOS	CONTRATAÇÃO DA ACADEF	6021	1,402	10.000,0000	14.016,00
ADELVO BASQUERA - EPP	ADAPTADOR 21/2	5841	1,000	37,0000	37,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 2/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELVO BASQUERA - EPP	CANAPLA	5841	1,000	15,0000	15,00
ADELVO BASQUERA - EPP	REGISTRO GLOBO	5841	1,000	95,0000	95,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/	CONDICIONADOR PARA CAVALO	5834	3,000	41,0000	123,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/	MILHO	5834	4,000	26,9000	107,60
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/	SHAMPOO PARA EQUINOS	5834	5,000	21,5000	107,50
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MOTO HONDA MCT 4219, 2002	5865	37,800	1,0000	37,80
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MOTO YAMAHA MCG 4093, 2004	5865	70,500	1,0000	70,50
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA CG 125 CARGO - 012CV 124CC - MCA 3485	5862	206,150	1,0000	206,15
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA XRE 300 0CV 291 CC - GASOLINA, PLACA MGT 6017	5862	407,170	1,0000	407,17
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA XRE 300 0CV 291 CC - GASOLINA, PLACA MGT 6027	5862	377,150	1,0000	377,15
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO YAMAHA YBR 125 YBR 125 ED - 012CV 124CC - MBU 1095	5862	563,160	1,0000	563,16
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO YAMAHA YBR 125 YBR 125 ED - 012CV 124CC - MCI 6997	5862	292,030	1,0000	292,03
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CHAVE COM GAVETA	5836	1,000	75,0000	75,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	5889	2,000	4,5000	9,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	Fechadura externa	5840	3,000	64,3333	193,00
ATUALBRASIL CONSTRUTORA E INCORPORADORA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA		1,000	1.381.840,0000	1.381.840,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	5795	32.423,000	3,0000	97.269,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	5796	3.933,000	3,0000	11.799,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	5797	25.244,000	3,0000	75.732,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	6017	220,000	2,2000	484,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	6020	3.580,000	2,2000	7.876,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	6018	560,000	2,2000	1.232,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	6019	80,000	2,2000	176,00
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	MICRO ÔNIBUS AGRAL 1600 91CV - DIESEL, PLACA LZR 7684, 1988	5863	2.266,700	1,0000	2.266,70
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	5823	178,571	2,8000	500,00
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAL	TINTA ACRÍLICA COR AREIA 18 LTS.	5837	3,000	179,0000	537,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS	5814	10,554	60,0000	633,26
BETHA SISTEMAS LTDA	SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS	5818	29,816	60,0000	1.788,95
BETHA SISTEMAS LTDA	SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS	5905	2,000	60,0000	120,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS	5978	4,000	60,0000	240,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS	5979	2,417	60,0000	145,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS	5980	0,750	60,0000	45,00
BORTOLI, ARGENTA & CIA. LTDA	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	5848	1.571,503	1,9090	3.000,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MÃO DE OBRA C/ APLICAÇÃO DE PEÇAS	5878	1,000	2.645,5800	2.645,58
CARMINI LUANA TEZA - ME	CONCERTO E AJUSTES DA CAIXA DE SAÍDA DE ÁGUA E PÓ PARA O FIL		1,000	1.150,0000	1.150,00
CARMINI LUANA TEZA - ME	FABRICAÇÃO E MONTAGEM DA TUBULAÇÃO EM CHAPA DE 3/16"- DIÂMET		1,000	6.600,0000	6.600,00
CARMINI LUANA TEZA - ME	FLANGE DE SAÍDA PARA CAIXA DE RETENÇÃO DO PÓ, COM DIÂMETRO D		1,000	695,0000	695,00
CARMINI LUANA TEZA - ME	MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380 V 4 POLOS 10 HP		1,000	3.100,0000	3.100,00
CARMINI LUANA TEZA - ME	REVESTIMENTO DE ENTRADA DA CAIXA DO PULVERIZADOR DO EXAUSTOR		1,000	3.150,0000	3.150,00
CARMINI LUANA TEZA - ME	SUBSTITUIÇÃO DOS CANOS DE SAÍDA DE ÁGUA E PÓ DO CICLONE PARA		1,000	900,0000	900,00
CARMINI LUANA TEZA - ME	TROCA DOS BICOS DO PULVERIZADOR		1,000	450,0000	450,00
CASA DO ASFALTO DIST. IND. E COM. DE ASFALTO:	XISTO	5896	15,000	1.960,0000	29.400,00
CBB IND E COM DE ASF. E ENGENHARIA LTDA	CAP - 50-70	5895	25,270	1.305,0000	32.977,35
CBB IND E COM DE ASF. E ENGENHARIA LTDA	CAP - 50-70	5923	25,000	1.305,0000	32.625,00
CCM. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	CORREIA	5916	2,000	64,8900	129,78

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CCM. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	5916	1,000	19,8600	19,86
CCM. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	FILTRO DE AR	5916	1,000	68,3000	68,30
CCM. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	FILTRO DE AR	5916	1,000	81,2000	81,20
CCM. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	FILTRO LUBRIFICANTE	5916	1,000	27,4900	27,49
CCM. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	MÃO DE OBRA	5916	1,000	520,0000	520,00
CCM. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	OLEO LUBRIF. P/ MOTOR	5916	1,000	238,7600	238,76
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	5897	10.000,000	1,9500	19.500,00
CIDASC CIA. INT. DE DENSEV. AGRICOLA DE SC	AMOSTRAS DE SOLO PARA ANÁLISE BÁSICA DE FERTILIDADE	5821	2,000	20,0000	40,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA BOXER- PEUGEOT		42.000,000	1,0000	42.000,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIORINO- FIAT		13.500,000	1,0000	13.500,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PALIO HLX- FIAT		11.000,000	1,0000	11.000,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PEUGEOT 307 SD 2.0		16.000,000	1,0000	16.000,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA UNO MILLE EP- FIAT		11.000,000	1,0000	11.000,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPF	Papel A4, reciclado, pós consumo, certificado, caixa com 10	5813	1,000	102,0000	102,00
CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS DAS QUA	6100	0,234	495.074,7800	115.649,91
CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS DAS QUA	6101	0,089	495.074,7800	44.160,07
CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS DAS QUA	6102	0,075	495.074,7800	37.114,56
CORRETOR DE IMÓVEIS MELOTTI	AValiação de IMOVEL PARA LOCAÇÃO	5876	1,000	300,0000	300,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	Refeições prontas tipo marmite, número 09, compostas de no	6013	131,000	8,1700	1.070,27
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em automóvel de passeio	5811	69,320	13,0000	901,16
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em camionete	5811	154,000	13,0000	2.002,00
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em micro ônibus	5811	43,400	13,0000	564,20
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	CAPACITOR	5839	1,000	45,0000	45,00
EZEQUIEL DA SILVA - ME - DUARTE ESTOFARIA E A	Serviço de estofaria - carpetes e bancos - em automóvel de p	5812	60,000	15,0000	900,00
FABIO ANDRE MORGENSTERN	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E CONserto DE RADIOS DE COMUNICAÇÃO	5838	1,000	325,0000	325,00
FATIMA BERRETA ROSAL	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	5908	1,000	1.000,0000	1.000,00
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	5801	5.600,000	1,0000	5.600,00
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	5808	5.000,000	1,0000	5.000,00
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	6016	8.400,000	1,0000	8.400,00
FGT CONSTRUTORA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRE	5874	0,078	90.000,0000	7.020,00
FGT CONSTRUTORA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRE	5891	0,236	90.000,0000	21.240,00
GABRIEL DELANO DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA PROCON	5802	1,000	1.240,0000	1.240,00
GERSON A. FRIGHETTO - GS PNEUS	PNEU 205 X 55 R16. CERTIFICADO PELO INMETRO	5825	2,000	181,5000	363,00
GODINHO RECUPERADORA DE VEÍCULOS LTDA	Chapeação, pintura, soldas em geral em automóvel de passeio	5810	12,680	25,0000	317,00
GODINHO RECUPERADORA DE VEÍCULOS LTDA	Chapeação, pintura, soldas em geral em camionete	5810	5,400	25,0000	135,00
IMOVELS ZARDO LTDA	AValiação de IMOVEL PARA LOCAÇÃO	5877	1,000	300,0000	300,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5965	0,334	2.280,0000	761,52
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5966	1,000	2.280,0000	2.280,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5967	3,573	2.280,0000	8.146,44
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5968	0,666	2.280,0000	1.518,48
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5969	0,334	2.280,0000	761,52
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5970	0,334	2.280,0000	761,52
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5971	3,000	2.280,0000	6.840,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 4/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5972	0,667	2.280,0000	1.520,76
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	5973	2,061	2.280,0000	4.699,59
IRINEU FAVERO - ME	REFEIÇÕES - LANCHES	5851	990,000	4,0000	3.960,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5805	10,000	6,9500	69,50
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5849	2,000	6,9500	13,90
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5850	6,000	6,9500	41,70
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5852	2,000	6,9500	13,90
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5853	4,000	6,9500	27,80
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5854	2,000	6,9500	13,90
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5855	4,000	6,9500	27,80
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5856	5,000	6,9500	34,75
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5857	1,000	6,9500	6,95
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5858	28,000	6,9500	194,60
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5860	3,000	6,9500	20,85
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5861	31,000	6,9500	215,45
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL C/ GAS	5859	2,000	12,0000	24,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL C/ GAS	5860	6,000	12,0000	72,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	5859	2,000	10,5000	21,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	5860	6,000	10,5000	63,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	VASILHAME (GALAO) DE 20 LITROS	5805	1,000	19,0000	19,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	VASILHAME (GALAO) DE 20 LITROS	5858	2,000	19,0000	38,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	ENVELOPE 23X11,5, conforme modelo anexo, sendo: 1 folha 4x0	5892	3.816,000	0,1730	660,17
JULIANO ZENI	LOCAÇÃO DE TERRENO URBANO SEM BEMFEITORIAS, COM ÁREA .	5881	1,000	500,0000	500,00
L B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM PESO OPERACIONAL		1.750,000	139,8800	244.790,00
MADEIREIRA SANTA GENOVEVA LTDA	TRAVE DE HANDEBOL EM MADEIRA MACIÇA	5956	2,000	690,0000	1.380,00
MADETINTAS LTDA	TINTA AMARELA DEMARC. VIÁRIA , BASE SOLVENTE 18 LTS	5894	20,000	125,0000	2.500,00
MADETINTAS LTDA	TINTA BRANCA DEMARC. VIÁRIA, BASE SOLVENTE 18 LTS	5894	20,000	116,0000	2.320,00
MARCELO GONÇALVES - ME	Lavagem completa de veículo grande - ônibus e caminhões	5875	3,000	80,0000	240,00
MARCELO GONÇALVES - ME	Lavagem completa de veículo grande - ônibus e caminhões	5875	4,000	60,0000	240,00
MARCIA APARECIDA DA SILVA MATTOS - MVT TELE	INSTALAÇÃO DE RAMAIS TELEFONICOS	5873	1,000	80,0000	80,00
MARCOS PAULO CASSOL E CIA LTDA	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE 6 X 4		200,000	80,0000	16.000,00
MARCOS PAULO CASSOL E CIA LTDA	LOCAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS COM PESO OPERACIONAL DE 14.000		750,000	140,0000	105.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ASTRA SEDAN- CHEVROLET		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA BLAZER ADVANCE- CHEVROLET		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO- MERCEDES		47.000,000	1,0000	47.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CORSA HATCH- GM , PLACA M		11.000,000	1,0000	11.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CORSA HATCH- GM 8026		11.000,000	1,0000	11.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIAT UNO , PLACA MAF 3658		10.000,000	1,0000	10.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIESTA FLEX- FORD		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIESTA- FORD		17.500,000	1,0000	17.500,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FOCUS GHIA- FORD		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FOCUS-FORD		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FURGÃO MASTER 11 M3		42.000,000	1,0000	42.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GOL VOLKS		14.000,000	1,0000	14.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GOL VOLKSWAGEM		15.000,000	1,0000	15.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 5/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GOL- VOLKSWAGEM		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA KOMBI-VOLKSWAGEM		14.000,000	1,0000	14.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA LOGAN- RENAULT		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDH 7541		52.500,000	1,0000	52.500,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDM 6072		52.500,000	1,0000	52.500,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ÔNIBUS- VOLKSWAGEM		40.000,000	1,0000	40.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PALIO- FIAT		10.000,000	1,0000	10.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARATI-VOLKSWAGEM		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PÓLO SEDAN		15.000,000	1,0000	15.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PÓLO SEDAN- VOLKSWAGEM,		15.000,000	1,0000	15.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA		10.000,000	47,0000	470.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA CORRIDA	5842	5.300,000	33,0000	174.900,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1		10.000,000	43,0000	430.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMAO		10.000,000	41,0000	410.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO		10.000,000	43,0000	430.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.		10.000,000	43,0000	430.000,00
MITRA DIOCESANA DE CACADOR	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL COM 45 M2		12,000	400,0000	4.800,00
OILSON GEMELLI - ME	CALOTA	5827	1,000	24,0000	24,00
OILSON GEMELLI - ME	CANO	5827	3,000	8,0000	24,00
OILSON GEMELLI - ME	CONJUNTO FECHADURA	5827	1,000	37,0000	37,00
OILSON GEMELLI - ME	CONJUNTO MAGNETICO	5827	1,000	85,0000	85,00
OILSON GEMELLI - ME	CONJUNTO TRANSMISSAO	5827	1,000	53,0000	53,00
OILSON GEMELLI - ME	CONCERTO DE RODO AR	5827	1,000	70,0000	70,00
OILSON GEMELLI - ME	CONCERTO DE RODO AR	5827	1,000	20,0000	20,00
OILSON GEMELLI - ME	CONCERTO DE TACOGRAFO	5827	1,000	90,0000	90,00
OILSON GEMELLI - ME	DISCO DE TACÓGRAFO	5827	1,000	27,0000	27,00
OILSON GEMELLI - ME	EIXO HELICOIDAL	5827	1,000	9,0000	9,00
OILSON GEMELLI - ME	MANGUEIRA	5827	5,000	2,4000	12,00
OILSON GEMELLI - ME	Mola	5827	6,000	2,0000	12,00
OILSON GEMELLI - ME	PORCA	5827	4,000	2,0000	8,00
OILSON GEMELLI - ME	VALVULA	5827	2,000	5,0000	10,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL A4	5885	10,000	99,0000	990,00
PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA - ME	Serviço eletrônico internet, com notícias do Município	5798	400,000	1,0000	400,00
PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA - ME	Serviço eletrônico internet, com notícias do Município	5799	400,000	1,0000	400,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 175R 13	5893	1,000	8,9254	8,93
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	RECARGA DE TONER ML-2010	5816	1,000	60,0000	60,00
SILVINO SCOLARO	Locação de parte ideal de 01 (um) imóvel rural de proprieda	5794	1,000	1.145,1800	1.145,18
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA 1,2V X 2500 MHA	5879	5,000	34,0000	170,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA 12 W	5879	5,000	25,0000	125,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA 9V	5879	5,000	35,0000	175,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA P/ TELEFONE S/ FIO	5879	5,000	20,0000	100,00
SINAI EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	5843	2.300,000	1,0000	2.300,00
SUELI MARIA ZENI	LOCAÇÃO DE UM TERRENO URBANO SEM BENFEITORIAS, COM ÁREA	5835	1,000	500,0000	500,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA	LOCAÇÃO DE HORAS CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCK		50,000	80,0000	4.000,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA	LOCAÇÃO DE HORAS ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ATÉ 18 TONELADAS		230,000	150,0000	34.500,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 6/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA	LOCAÇÃO DE HORAS RETROESCAVADEIRA		108,000	80,0000	8.640,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4X4 PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE		300,000	74,5000	22.350,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA MÉDIA, FINA E GROSSA (1.300 M INFRA-ESTRUTURA, 300 M A	5898	40,000	65,0000	2.600,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CIMENTO C/ 50 KG ( 2.800 SACOS INFRA-ESTRUTURA, 1.500 SACOS	5898	100,000	19,3000	1.930,00
VICOLOR LTDA EPP	CÂMERA DIGITAL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TIPO: FOTOGRÁFICA DI	5844	4,000	470,0000	1.880,00
WALD E WALD MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ALI	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE LA		1,000	23.400,0000	23.400,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					5.444.999,93

## Camboriú

### PREFEITURA

#### Termo de Errata do Edital de Chamamento 042

TERMO DE ERRATA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 042/2012

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que o edital de chamamento nº. 042/2012 -, o qual "Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, e dá outras providências" sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o Classificado para o cargo de Professor 5º a 8º Série - Educação Física do Anexo I do Edital, que passa a ter a seguinte redação:

- onde lê-se:

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - EDUCAÇÃO FISICA  
27º CLASSIFICADO - GRACIELA TESTONI

- leia-se:

CARGO: PROFESSOR 5º a 8º SERIE - EDUCAÇÃO FISICA  
27º. CLASSIFICADO - PAMELA KEITY MOROZ

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 02 de janeiro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 6.792 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.792 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Professor I, Registro no Sistema nº 954961, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Decreto Nº 6.793 de 02 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº 6.793 DE 02 DE JANEIRO DE 2012

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos Classificados do Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 011/2011, conforme abaixo relacionado:

CARGO: PROFESSOR I – HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

CLASSIFI- CAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	066	ROSALINA CCHALOUPEK ALEXI
2º	207	MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER
3º	181	ANELIZE TURECK
4º	193	TATIANA STACHON
5º	159	JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT
6º	234	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN
7º	269	EDELTRAUD ONIVIA CUBAS FUCKNER
8º	003	JULIANA MILDENBERGER
9º	186	JOSEANE KIESKI
10º	142	SILVANE ODIA PRUSSAK
11º	122	VIVIANE DE SOUZA
12º	217	REJANE DAS NEVES SANTOS
13º	123	RIKELIN DAIANA BAUM
14º	144	MARIA INES NEKEFORUK
15º	227	JANAINA LIBORIO DE OLIVEIRA
16º	250	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ
17º	011	MARA MORETO
18º	200	SCHEILA DE ANDRADE
19º	006	JEANE IENSEN CLEMENTE
20º	040	JACINTA ZEZOTKO
21º	116	MARQUIELLI APARECIDA R. DA CRUZ SCHROEDER
22º	019	MARCIA MORETO
23º	091	JUCEMARA DA SILVA
24º	190	ELIDIANE FRANCIELE FERREIRA
25º	264	ANDRÉA PRESTES CORREA LOPES
26º	044	GLACI PEREIRA
27º	146	VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO
28º	084	ALCIOLI RODRIGUES
29º	166	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK
30º	029	VANDERLEIA BUTHEVITZ
31º	012	MARIA APARECIDA HÜMMELGEN
32º	083	EROTIDES URBANEH PETROCEFSKI
33º	100	TATIANE HACKE
34º	150	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO
35º	195	MARIA NOGUEIRA DE LIMA
36º	088	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEVICZ

37°	183	JULIANA MARIA PRAZMOSKI
38°	170	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ
39°	130	JOSILIANE OSSOVSKY
40°	028	INEZ SILVANE NEPL LISCZKOVSKI
41°	161	ANIELE PEREIRA
42°	092	MARCIA DOLORES RUNSCHKA
43°	265	LUZIA HORNIG
44°	068	ELAINE MARTINS
45°	276	MONICA WOLLNER WOICIEKOVSKI
46°	176	SILMARA BEGALKE
47°	199	PATRICIA PADILHA DOS SANTOS
48°	009	CLATIANE OSINSKI JUBANSKI
49°	260	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ
50°	046	FLAVIA RAQUEL STAHELIN
51°	192	THAMIRES ROBERTA LESNHAK

**CARGO: PROFESSOR I – NÃO HABILITADO-CURSANDO PEDAGOGIA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
52°	138	VIVIANE CCHALOUPEK
53°	101	LUCIANA DE FATIMA ALVES FERREIRA RODRIGUES
54°	153	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES
55°	222	ANGELITA KADER DE OLIVEIRA
56°	187	MARIA DE FATIMA DA CRUZ
57°	185	LISETTE MATIOSKI LABAS
58°	026	GISELE DO BELEM SCHIER FROEHNER
59°	224	JOSIANE APARECIDA DA CRUZ
60°	125	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH
61°	051	JOSIANE FLEISCHMANN NOJEKOVSKI
62°	244	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL
63°	180	SUZANI SEIDEL PINHEIRO
64°	107	DEONICE TEREZINHA ODA TELMA
65°	247	GILCIANE FERRARI
66°	239	SILVANE RAMOS
67°	079	ISOLETE TCHÖKE
68°	137	EDINA STOPA
69°	278	LUISE CRISTINA BORSATO
70°	211	ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA
71°	208	ROSEMERI PANSTEIN
72°	241	LUCIANE DAMAZIO FRANCO
73°	274	FRANCIELI BLASZKOVSKY
74°	272	VANESSA BLASZKOVSKY
75°	174	JESSICA ALVES

**CARGO: PROFESSOR III – HABILITADO – ARTE**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1°	134	SUELI CARDOSO
2°	285	REGIANE MALINOVSKI HORTZ
3°	237	JIAN FRANCO LINK FELIX

**CARGO: PROFESSOR III – NÃO HABILITADO – CURSANDO ARTE**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
4°	230	ROSMARI DE OLIVEIRA
5°	121	VIVIANE DE SOUZA
6°	058	EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE
7°	229	SIMONE MICKUS CHAVES
8°	157	EDILAYNE WEISS DE MIRANDA
9°	042	BIANCA KESTERING GREIPEL

**CARGO: PROFESSOR III – ARTE – NÃO HABILITADO – PEDAGOGIA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
10°	254	GERSON ENGLER
11°	158	JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT
12°	235	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN
13°	231	ROSMARI DE OLIVEIRA
14°	053	EVELYN LOUISIANA DUVOISIN ELHKE
15°	270	LILAN DA CRUZ KUHNEN
16°	202	SCHEILA DE ANDRADE
17°	117	MARQUIELLI APARECIDA R. DA CRUZ SCHROEDER
18°	191	ELIDIANE FRANCIELE FERREIRA
19°	82	EROTIDES URBANEH PETROEFSKI
20°	148	VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO
21°	049	MARIA APARECIDA HÜMMELGEN
22°	071	ROSANE JOHANSON
23°	196	MARIA NOGUEIRA DE LIMA
24°	089	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEWICZ
25°	182	JULIANA MARIA PRAZMOSKI
26°	69	ELAINE MARTINS
27°	163	ANIELE PEREIRA
28°	261	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ
29°	048	FLAVIA RAQUEL STAHELIN

**CARGO: PROFESSOR VII – CIÊNCIAS – HABILITADO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	228	RUSSEL RODRIGUES VIEIRA

CARGO: PROFESSOR VII – CIÊNCIAS – NÃO HABILITADO – CURSANDO,

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
2º	172	TAIS APARECIDA ODIÁ
3º	194	BEATRIZ KOTOVICZ OSSOVSKY

CARGO: PROFESSOR VII – CIÊNCIAS – NÃO HABILITADO – PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
4º	160	JAQUELINE SORAIA AMORIM TABER
5º	118	MARQUELLI APARECIDA R. DA CRUZ SCHROEDER
6º	156	VANDERLEIA BUTHEVITZ

CARGO: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	249	LUCIANA YARENHUK DA SILVA
2º	140	MARLISE SIMONE KIEFER THOMSEN

CARGO: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO – CURSANDO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
3º	256	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ

CARGO: PROFESSOR IV – INGLÊS – HABILITADO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	226	CLAUDINE IARA SCHLOEGEL ENGLER

CARGO: PROFESSOR IV – INGLÊS – NÃO HABILITADO – CURSANDO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
2º	197	TATIANE CHELIKA CARLINI
3º	132	MARIANE LOPES

CARGO: PROFESSOR V – LÍNGUA PORTUGUESA – HABILITADO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	225	CLAUDINE IARA SCHLOEGEL ENGLER

CARGO: PROFESSOR IV – LÍNGUA PORTUGUESA – NÃO

HABILITADO – CURSANDO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
2º	133	MARIANE LOPES

CARGO: PROFESSOR V – LÍNGUA PORTUGUESA – NÃO HABILITADO – PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
3º	151	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO

CARGO: PROFESSOR VI – MATEMÁTICA – NÃO HABILITADO – CURSANDO

CLASSIFICAÇÃO.	INSCRIÇÃO	NOME
1º	236	ROBERTO CORRÊA DA SILVA
2º	139	VIVIANE CCHALOUPEK

CARGO: PROFESSOR VIII – GEOGRAFIA – NÃO HABILITADO – CURSANDO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	105	REGINALDO MOURA SILVA

CARGO: PROFESSOR VIII – GEOGRAFIA – NÃO HABILITADO – PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
2º	119	MARQUELLI APARECIDA R. DA CRUZ SCHROEDER
3	155	VANDERLEIA BUTHEVITZ

CARGO: PROFESSOR IX – HISTÓRIA – HABILITADO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	282	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ

CARGO: PROFESSOR IX – HISTÓRIA – NÃO HABILITADO – CURSANDO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
2º	037	DALVANA GUILIANE LISZKOVSKI

CARGO: PROFESSOR IX – HISTÓRIA – NÃO HABILITADO – PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
3º	017	MARIA APARECIDA HÜMMELGEN

CARGO: PROFESSOR X – ENSINO RELIGIOSO – NÃO HABILITADO – PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
---------------	-----------	------

1º	271	LILIAN DA CRUZ KUHNEN
2º	203	SCHEILA DE ANDRADE
3º	007	JEANE IENSEN CLEMENTE
4º	041	JACINTA ZEZOTKO
5º	120	MARQUELLI APARECIDA DA CRUZ SCHROEDER
6º	035	MARISTELA PIANA
7º	093	MARCIA DOLORES RUNSCHKA
8º	145	VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO

CARGO: PROFESSOR XI – EDUCAÇÃO ESPECIAL – HABILITADO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS E/OU EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	232	TEREZINHA A. F. AUGUSTIN
2º	268	EDELTRAUD ONIVIA C. FUECKNER.
3º	043	GLACI PEREIRA
4º	072	JULIANE FERNANDES
5º	030	INEZ SILVANE N. LIS-CZKOVSKI

CARGO: NUTRICIONISTA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	086	ELISANDRA BREN
2º	036	CRISTINA APARECIDA DA SILVA
3º	283	MONYA NASCIMENTO DOS ANJOS

CARGO: ATENDENTE DE SALA

CLASSIFIC	INSCRIÇÃO	NOME
1º	259	IZABEL MARQUES
2º	067	MATILDE MARIA MICKLER DAMS
3º	215	MONICA AUGUSTIN DRANKA
4º	175	ZELIA BÓRECK KACHIMARECK
5º	127	CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HÜMMELGEN
6º	152	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES
7º	251	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ
8º	221	ANGELITA KADER DE OLIVEIRA
9º	090	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEWICZ
10º	281	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ

11º	033	ANA MARIA CAMARGO DREVECK
12º	253	GERSON ENGLER
13º	070	ROSANE JOHANSON
14º	173	ROSANE APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO
15º	115	CARINA TREML
16º	218	REJANE DAS NEVES SANTOS
17º	031	INEZ SILVANE NEPL LISCZKOVSKI
18º	085	ALCIOLI RODRIGUES
19º	094	MARCIA DOLORES RUNSCHKA
20º	188	MARIA DE FATIMA DA CRUZ
21º	131	LUCIANA DE FATIMA ALVES FERREIRA RODRIGUES
22º	266	LUZIA HORNIG
23º	027	GISELE DO BELEM SCHIER FROEHNER
24º	267	CELINA APARECIDA ECKEL
25º	223	JOSIANE APARECIDA DA CRUZ
26º	233	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN
27º	111	ADRIANA CARDOSO BORGES
28º	129	JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS
29º	206	LUCI LEIDI ODIA CONTRAT EHLKE
30º	124	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH
31º	242	ALEXANDRA DE FATIMA SOARES RIBEIRO
32º	141	MARLISE SIMONE KIEFER THOMSEN
33º	165	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK
34º	050	JOSIANE FLEISCHMANN NOJEKOVSKI
35º	167	IVETE TELMA
36º	245	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL
37º	020	JOSELI SCHVARZ
38º	212	CLARA LUCIA PANSTEIN RANK
39º	149	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO
40º	179	SUZANI SEIDEL PINHEIRO
41º	277	MONICA WOLLNER WOICIEKOVSKI
42º	177	SILMARA BEGALKE
43º	205	PATRICIA PADILHA DOS SANTOS
44º	099	VALDIRENE APARECIDA FUECKNER
45º	220	MARILDA BATISTA
46º	038	BIANCA KESTERING GREIPEL
47º	106	DEONICE TEREZINHA ODIA TELMA



48º	147	VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO
49º	008	JEANE IENSEN CLEMENTE
50º	135	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER
51º	213	SANDRA MARIA FERREIRA
52º	246	EVA SANDRA UHLIG
53º	248	GILCIANE FERRARI
54º	168	JULIANA GROSSKOPF CAMARGO
55º	171	GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER
56º	255	SILVETE ROSENILDA DERENIEVICZ
57º	204	SHEILA DENIZ KATCHAN GONÇALVES
58º	154	VANDERLEIA BUTHEVITZ
59º	095	CARINA DAMAZIO FRANCO FELICIANO
60º	184	JULIANA MARIA PRAZMOSKI
61	238	JOCELINE DO SANTOS LINZMEYER
62º	065	GLADIS BAHR
63º	162	ANIELE PEREIRA
64º	201	SCHEILA DE ANDRADE
65º	080	ISOLETE TCHOKE
66º	136	EDINA STOPA
67º	059	DEBORA MIRIAN BAGNHUK
68º	262	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ
69º	126	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN
70º	047	FLAVIA RAQUEL STAHELIN
71º	279	LUISE CRISTINA BORSATO
72º	021	ELIS MARIAN PEREIRA DE LIMA
73º	210	ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA
74º	078	JOICE FERREIRA DA CRUZ
75º	039	JACINTA ZEZOTKO
76º	209	ROSIMERI PANSTEIN
77º	073	JULIANE FERNANDES
78º	164	KELLY CRISTINA GREIPEL
79º	252	LUCIANE DAMAZIO FRANCO
80º	189	LUANA MARA ODIA DA SILVA
81º	258	FRANCIÉLI NATALY MUNHOZ
82º	275	FRANCIÉLI BLASZKOVSKY
83º	273	VANESSA BLASZKOVSKY
84º	178	JESSICA ALVES
85º	098	VIVIANE HRUSCHKA
86º	243	ALINE APARECIDA BERNADO

87º	257	JAQUELINE BAYERL
88º	104	DANIELA DE FATIMA WOLLNER DA CRUZ
89º	198	ANGELA CARDOZO

## CARGO: AGENTE OPERACIONAL I

CLASSIF	INSCRIÇÃO	NOME
1º	061	RITA DE CACIA PASCOAL SCHERNER
2º	128	CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HUMMELGEN
3º	263	ADRIANA ROSELI MEY
4º	112	ADRIANA CARDOSO BORGES
5º	013	VERENISSE APARECIDA MACHADO DE LIMA
6º	060	DEBORA MIRIAN BAGNHUK
7º	045	JOSIANE CLEIA LUCIO
8º	023	ELIS MARINA PEREIRA DE LIMA
9º	096	MARILENE APARECIDA BINNER

Art.2º) Os candidatos classificados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 02 de janeiro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

## Campos Novos

## PREFEITURA

## Decreto Nº 6.450/2012 de 02/01/2012

DECRETO Nº 6.450/2012 DE 02/01/2012  
FIXA TABELA DE VALORES DAS TARIFAS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses;

DECRETA:



Art. 1º - A tabela de valores das tarifas de água e esgoto, praticados pelo SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no exercício de 2012, passará a vigorar na forma abaixo estabelecida.

Categoria "A" Residência sem Limitador de Consumo

Até 10 m³ R\$. 19,29

De 11 m³ a 15 m³ R\$. 19,29 3,63 por m³ excedente a 10 m³

De 16 m³ a 25 m³ R\$. 37,44 4,15 por m³ excedente a 15 m³

De 26 m³ a 50 m³ R\$. 78,94 5,29 por m³ excedente a 25 m³

Acima de 50 m³ R\$. 211,19 6,76 por m³ excedente a 50 m³

Com Limitador de Consumo R\$. 19,29

Categoria "B" Comercial, Industrial e Poderes Públicos

Até 10 m³ R\$. 40,92

De 11 m³ a 30 m³ R\$. 40,92 5,19 por m³ excedente a 10 m³

De 31 m³ a 100 m³ R\$. 144,72 5,96 por m³ excedente a 30 m³

Acima de 100 m³ R\$. 561,92 7,22 por m³ excedente a 100 m³

Art. 2º - A tarifa de esgoto será de 80% (oitenta por cento) do valor correspondente a conta do consumo de água.

Art. 3º - A tarifa de esgoto para os imóveis abastecidos por poços artesianos próprios, será cobrada na forma prevista no Art. 4º da Lei nº 3.412/09 de 10/06/09.

Art. 4º - O preço dos serviços prestados pelo SAMAE obedecerá à Tabela constante no ANEXO ÚNICO, parte integrante deste Decreto.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2012.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 02 de janeiro de 2012

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

ANEXO I - PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 6450/2012

TABELA DAS TARIFAS DE SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE ÁGUA

Diâmetro até 25mm

CONDIÇÕES	VALOR ENTRADA	TOTAL
A VISTA		R\$ 250,00
02 PAGAMENTOS	R\$ 127,50	R\$ 255,00
03 PAGAMENTOS	R\$ 86,70	R\$ 260,10
04 PAGAMENTOS	R\$ 66,33	R\$ 265,32
05 PAGAMENTOS	R\$ 54,13	R\$ 270,65
06 PAGAMENTOS	R\$ 46,01	R\$ 276,06
12 PAGAMENTOS *	R\$ 25,91	R\$ 310,92

\* PARA CLIENTES QUE COMPROVAREM BAIXA RENDA, CADASTRADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL.

I - COM DIÂMETRO ACIMA DE 25MM, SERÁ FEITO ORÇAMENTO PRÉVIO DE ACORDO COM O DIÂMETRO A INSTALAR.

II - O PRIMEIRO PAGAMENTO SERÁ EFETUADO POR OCASIÃO DO PEDIDO DA LIGAÇÃO.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

ANEXO II - PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 6450/2012

TABELA DAS TARIFAS DE SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE ESGOTO

Diâmetro até 100mm

CONDIÇÕES	VALOR ENTRADA	TOTAL
A VISTA		R\$ 220,00
02 PAGAMENTOS	R\$ 112,20	R\$ 224,40
03 PAGAMENTOS	R\$ 76,23	R\$ 228,69
04 PAGAMENTOS	R\$ 58,32	R\$ 233,28
05 PAGAMENTOS	R\$ 47,59	R\$ 237,95
06 PAGAMENTOS	R\$ 40,45	R\$ 242,70
12 PAGAMENTOS *	R\$ 22,78	R\$ 273,36

\* PARA CLIENTES QUE COMPROVAREM BAIXA RENDA, CADASTRADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL.

I - COM DIÂMETRO ACIMA DE 100MM, SERÁ FEITO ORÇAMENTO PRÉVIO DE ACORDO COM O DIÂMETRO A INSTALAR.

II - O PRIMEIRO PAGAMENTO SERÁ EFETUADO POR OCASIÃO DO PEDIDO DA LIGAÇÃO.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

ANEXO III - PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 6450/2012

TABELA DAS TARIFAS DE SERVIÇOS

1 - RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

- NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO (ATÉ 24 HORAS)  
R\$ 20,00

- NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO (URGÊNCIA)  
R\$ 30,00

- NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO C/LACRE VIOLADO  
R\$ 100,00

2 - DESLIGAÇÃO

- POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO R\$ 20,00

3 - VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL

- POR SOLICITAÇÃO DO USUARIO (ATÉ 2 PAVIMENTOS)  
R\$ 30,00

- POR SOLICITAÇÃO DO USUARIO (POR PAVIMENTO EXCEDENTE A 2) R\$ 20,00

4 - CUSTO POR HORA DA MÃO DE OBRA

- ENCANADOR R\$ 14,00

- AUXILIAR R\$ 10,00

5 - CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS

- CUSTO FIXO DE CONSUMO ATÉ 15 DIAS R\$ 220,00

- CUSTO FIXO MENSAL PERÍODO SUPERIOR A 15 DIAS  
R\$ 350,00

6 - AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS

- POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO, ATÉ ¾" R\$ 30,00

- POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO, ACIMA DE 1" R\$ 40,00

7 - DESLOCAMENTO DO CAVALETE

- POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO (conforme material e tempo empregado, mais taxa de deslocamento veicular).

#### 8 - EXPEDIENTE

- EMISSÃO DE 2ª VIA, EXTRATO, ALTERAÇÃO CADASTRAL, E OUTROS R\$ 3,00

#### 9 - ANÁLISE DE AGUA

- Físico-Químico R\$ 140,00  
- Bacteriológica R\$ 77,00

#### 10 - HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO

- \*(Valor das peças empregadas, taxas de aferição, mais taxas de deslocamento de veículo).

#### 11 - HIDRÔMETRO ROUBADO

- \*(valor das peças, mão de obra, deslocamento de veículo, hidrômetro e taxa de Expediente).

#### 12 - PREÇO DO METRO DO TUBO EXCEDENTE

- Empregado em ligações de água até 25mm. R\$ 2,00

#### 13 - TAXA DE DESLOCAMENTO DE VEICULO R\$ 9,00

-Será cobrado em caso de visita improdutiva e na composição dos custos dos itens 07, 10, 11 e 16 deste Anexo.

#### 14 - DESENTUPIMENTO DE RAMAL DOMICILIAR DE ESGOTO SANITÁRIO R\$ 40,00

#### 15 - ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS

- a pedido do usuário (uma taxa de expediente e uma taxa de deslocamento de veículo). R\$ 12,00

#### 16 - MULTAS

- Ligações clandestinas (agua/esgoto) 15 x o valor da tarifa básica

- Lançamento de água pluvial nas instalações de esgoto R\$ 150,00

- interconexão da instalação com canalizações alimentadas com águas improcedentes do abastecimento público. R\$ 150,00

- Violação ou retirada do hidrômetro R\$ 100,00

- Utilização das instalações de água e esgoto para beneficiar outro imóvel ou economia R\$ 75,00

- Utilização de hidrantes para fins não autorizados pelo SAMAE R\$ 200,00

- Qualquer impedimento para acesso ao hidrômetro (portões fechados cães soltos), para realizar leitura, suspender fornecimento de água, manutenção do equipamento R\$ 50,00

- Uso de bomba ou ejetores na rede distribuidora ou ramal predial R\$ 200,00

#### **Decreto Nº 6.449 de 29/12/2011**

DECRETO Nº 6.449 DE 29/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminados:

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto

3.3.90.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R \$ 3.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 29 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 6.451 de 02/01/2012**

DECRETO Nº 6.451 DE 02/01/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 690.900,00 (seiscentos e noventa mil e novecentos reais) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 16 - DEPARTAMENTO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 - Implantação de Projetos Habitacionais

Elementos de despesa:

20-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0-Aplicações Diretas R\$ 690.900,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de:

a) Ministério das Cidades (PAC II)

- Convênio nº 342.887-45/2010-0 R\$ 690.900,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

02 de janeiro de 2012.  
VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Edital de Chamamento 01\_12**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - SC  
EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INCLUSÃO E  
ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES 01/2012

Prefeito Municipal de Campos Novos VILIBALDO ERICH SCHMID, torna a público que a partir desta data estará recebendo junto ao Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal sito a rua Expedicionário, 323 documentação para inclusão para novos fornecedores e atualização dos já existentes no cadastro de fornecedores do Município, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Campos Novos, 02 de janeiro de 2012.

### **Extrato do Contrato 472/2011 Processo 213/2011**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 472/2011 PROCESSO 213/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADO: CONE CONSTRUÇÕES LTDA  
OBJETO: EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE ESCOLA INFANTIL-TIPO B - PROINFANCIA -PAC 2 - CRECHE SANTO ANTONIO, CONFORME PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVO. EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 201300/2011, DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE  
VALOR: R\$ 1.087.436,09 (Hum milhão, oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e nove centavos).  
VIGÊNCIA: 09 meses a partir da data da assinatura da ordem de serviço.  
DATA: 28/12/2011  
CONTRATO: 472/2011

### **Retificação Por Cancelamento Contrato 471/2011**

RETIFICAÇÃO POR CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº 471/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADO: CLÍNICA ISO  
OBJETO: Fica prorrogada a vigência para 31/12/2012, do contrato original do Processo Licitatório Nº 61/2011 da SERVIÇOS TÉCNICOS PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS Laudo técnico de condições ambientais do trabalho Perícia Médica.  
DATA: 30/12/2011  
CONTRATO: 471/2011 ADITIVO PRAZO - CANCELADO

**Capinzal**

**PREFEITURA**

### **Decreto 001/2012**

DECRETO Nº 001, DE 2 DE JANEIRO DE 2012.  
Designa Comissão Permanente de Licitações.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº 8.666/93, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem até o dia trinta e um (31) de dezembro de 2012, Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Capinzal:

I - Membros efetivos:

- a) Paulo Ronaldo Wames;
- b) Leila Vieira Kerschner Dambrós; e
- c) Carla Dambrós Viccari.

II - Membros Suplentes:

- a) Celestina Alves Ramos Azevedo;
- b) Josi Mary Coas;
- c) Divair Dias de Vargas.

Art. 2º A Comissão Permanente de licitações reunir-se-á sempre que houver procedimentos relativos a licitações e deverá proceder em conformidade com a regulamentação exigida na Lei, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de janeiro de 2012.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

### **Contrato 0244/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0244/2011  
Pregão Eletrônico 0143/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: LUIZ ADRIANI DE ANDRADE ME  
OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/ PNAP/PNAC), e Recursos Próprio.  
VALOR R\$: 3.882,50  
VIGÊNCIA: 29/12/2011 A 31/12/2012

### **Contrato 0245/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0245/2011  
Pregão Eletrônico 0143/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: ODILA GRANDO - ME  
OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/ PNAP/PNAC), e Recursos Próprio.  
VALOR R\$: 2.789,00  
VIGÊNCIA: 29/12/2011 A 31/12/2012

### **Contrato 0246/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0246/2011  
Pregão Eletrônico 0143/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/ PNAP/PNAC), e Recursos Próprio.

VALOR R\$: 91.772,73

VIGÊNCIA: 29/12/2011 A 31/12/2012

**Contrato 0247/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0247/2011

Pregão Eletrônico 0143/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/ PNAP/PNAC), e Recursos Próprio.

VALOR R\$: 17.250,20

VIGÊNCIA: 29/12/2011 A 31/12/2012

**Contrato 0248/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0248/2011

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia 0145/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUCOES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia com fornecimento de mão de obra e material para construção da primeira etapa do NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO, com área edificada de 665,70 metro quadrados, a ser implantado no acesso a Cidade Alta - Bairro São Cristóvão no Município de Capinzal - SC, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 547.968,81

VIGÊNCIA: 30/12/2011 A 30/06/2012

**Termo Aditivo 001/2007 - Contrato SUPERIOR 58/2007**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2007

CONTRATO SUPERIOR 58/2007

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ALCIDES FERRARI LANCHES ME

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é de reajuste anual ao contrato, utilizando o INPC de 6,18% ao contrato original, ficando o contrato com o valor mensal de R\$ 751,92 (setecentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos).

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 30/12/2011 A 31/12/2012



**Gabarito Provisório 042/2011 - Concurso Público****GABARITO CONCURSO** PROVISÓRIO

Edital 041/2011 – Pref. CAPINZAL

**FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	B
02	C	22	C
03	B	23	D
04	A	24	D
05	B	25	B
06	A	26	A
07	B	27	C
08	C	28	C
09	B	29	D
10	C	30	D
11	B	31	-
12	D	32	-
13	C	33	-
14	C	34	-
15	C	35	-
16	D	36	-
17	C	37	-
18	D	38	-
19	B	39	-
20	A	40	-

Para que não se alegue desconhecimento, faz-se baixar a presente publicação que será afixado no Mural Público da Prefeitura e nos endereços eletrônicos:

[www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) / [www.aprender.com.br](http://www.aprender.com.br)

APRENDER.COM

Em 30/12/2011

**SIMAE****Dispensa de Licitação Nº DI01/2012**

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DI01/2012

PROCESSO Nº CAO/0001/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO/SC

FORNECEDOR CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

CNPJ DO CONTRATADO: 08.336.783/0001-90

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AO CONSUMO ESTIMADO DA AUTARQUIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2012.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 720.000,00 (SETECENTOS E VINTE MIL REAIS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 24, INC. XXII DA LEI 8666/93.

Capinzal/SC, 03 de janeiro de 2012.

SIDNEI PENSO

Diretor

**Catanduvas****PREFEITURA****Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0001/2012 - Edital de PREGAO PRESENCIAL Nº 0001/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0001/2012

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de merenda escolar para o primeiro semestre de 2012 visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: às 14h30 do dia 16 de janeiro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 05 de janeiro de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 03 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

**PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato Nº0033/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0033/2011

Objeto: Prestação de serviço de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): CVZ TRANSPORTES ZUCHI LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação,

Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula VI do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar o transporte quando da realização de festividades municipais e demais atividades escolares, bem como, por acontecimentos de força maior,

RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Acrescer ao contrato originário da contratada 25 dias ao item nº 2, sendo 1 dia (Dia do Município); 1 dia (Festividades Natalinas), 1 dia (Dia da Pátria), 4 dias de Reuniões de Pais, 18 dias de greve na rede Estadual de Ensino, e 2 dias ao item nº 3, devido a transporte para reuniões de pais.

CLAUSULA SEGUNDA - Aditiva-se o valor global do contrato, acrescentando a este a importância de R\$ 6.450,00 (seis mil, quatrocentos e cinquenta reais).

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

**PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato Nº0034/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0034/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): IVANOR MAZIERO & CIA LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula VI do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar o transporte quando da realização de festividades municipais e demais atividades escolares, sendo 1 dia (Dia do Município); 1 dia (Festividades Natalinas), 1 dia (Dia da Pátria), 2 dias de estudos e, 4 dias reuniões de pais, bem como, por acontecimentos de força maior, sendo 18 dias de greve na rede Estadual de Ensino, totalizando assim 27 dias,

RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Acrescer ao contrato originário da contratada 27 dias ao item nº4.

CLAUSULA SEGUNDA - Aditiva-se o valor global do contrato, acrescentando a este a importância de R\$ 8.302,50 (oito mil, trezentos e dois reais e cinquenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

**PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato Nº0035/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0035/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.  
Contratado (a): COLOMAR ANTONIO MORESCO & CIA LTDA ME.  
Para altera-lo nos seguintes termos:  
CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;  
CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula VI do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar o transporte quando da realização de festividades municipais e demais atividades escolares, sendo 1 dia (Dia do Município), 1 dia (Festividades Natalinas), 1 dia (Dia da Pátria), 12 dias de estudos e, 4 dias reuniões de pais, bem como, por acontecimentos de força maior, sendo 18 dias de greve na rede Estadual de Ensino, totalizando assim 37 dias,  
RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Acrescer ao contrato originário da contratada 37 dias ao item nº5.

CLAUSULA SEGUNDA - Aditiva-se o valor global do contrato, acrescentando a este a importância de R\$ 11.055,60 (onze mil, cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

#### **SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato Nº0032/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0032/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): IVANOR MAZIERO & CIA LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula VI do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar o transporte quando da realização de festividades municipais e demais atividades escolares, sendo 1 dia (Dia do Município); 1 dia (Festividades Natalinas), 1 dia (Dia da Pátria e, 3 dias de estudos, bem como, por acontecimentos de força maior, sendo 18 dias de greve na rede Estadual de Ensino, totalizando assim 24 dias,  
RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Acrescer ao contrato originário da contratada 24 dias ao item nº7.

CLAUSULA SEGUNDA - Aditiva-se o valor global do contrato, acrescentando a este a importância de R\$ 6.378,00 (seis mil, trezentos e setenta e oito reais).

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

#### **SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato Nº0033/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0033/2011

Objeto: Prestação de serviço de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): CVZ TRANSPORTES ZUCHI LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de aditar 210 dias de transporte escolar para ano de 2012, consistindo em 200 dias letivos e os demais dias imprescindíveis para suprir as necessidades dos transportes realizados durante as festividades do município e demais atividades escolares, sendo assim distribuídos: 1 dia (Dia do Município); 1 dia (Festividades Natalinas); 1 dia (Dia da Pátria); 3 dias de Estudos e 4 dias de Reuniões de Pais; e

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal  
RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 1º de janeiro de 2012.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

#### **SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato Nº0034/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0034/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): IVANOR MAZIERO & CIA LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de aditar 210 dias de transporte escolar para ano de 2012, consistindo em 200 dias letivos e os demais dias imprescindíveis para suprir as necessidades dos transportes realizados durante as festividades do município e demais atividades escolares, sendo assim distribuídos: 1 dia (Dia do Município); 1 dia (Festividades Natalinas); 1 dia (Dia da Pátria); 3 dias de Estudos e 4 dias de Reuniões de Pais; e

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal  
RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 1º de janeiro de 2012.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

**SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato Nº0035/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0035/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): COLOMAR ANTONIO MORESCO & CIA LTDA ME. Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de aditar 210 dias de transporte escolar para ano de 2012, consistindo em 200 dias letivos e os demais dias imprescindíveis para suprir as necessidades dos transportes realizados durante as festividades do município e demais atividades escolares, sendo assim distribuídos: 1 dia (Dia do Município); 1 dia (Festividades Natalinas); 1 dia (Dia da Pátria); 3 dias de Estudos e 4 dias de Reuniões de Pais; e

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 1º de janeiro de 2012.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

**TERCEIRO Termo Aditivo ao Contrato Nº0032/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0032/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): IVANOR MAZIERO & CIA LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de aditar 210 dias de transporte escolar para ano de 2012, consistindo em 200 dias letivos e os demais dias imprescindíveis para suprir as necessidades dos transportes realizados durante as festividades do município e demais atividades escolares, sendo assim distribuídos: 1 dia (Dia do Município); 1 dia (Festividades Natalinas); 1 dia (Dia da Pátria); 3 dias de Estudos e 4 dias de Reuniões de Pais; e

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 1º de janeiro de 2012.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de dezembro de 2011.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

**Processo Seletivo Nº 001/2012 - Edital Nº 001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012

Edital nº 001/2012

A Prefeita Municipal de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que se acham abertas, no período de 3 a 13 de janeiro de 2012, as inscrições ao Processo Seletivo destinado a prover vagas da classe e nível inicial, em cargos de provimento temporário, com contratação por prazo determinado, para atender necessidade de excepcional interesse público, para os seguintes cargos: Professor de Educação Infantil, Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Técnico em Enfermagem, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Psicólogo (para CREAS), Enfermeiro, Médico Clínico Geral, Médico Ginecologista, Médico Clínico Geral (para Estratégia de Saúde da Família), Agente de Serviços Gerais, Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias - Motoniveladora e Agente de Copa e Higienização. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, no site [www.sccursosetreinamentos.com.br](http://www.sccursosetreinamentos.com.br). A Administração Municipal disporá de computador ligado à internet, para os interessados que não tenham acesso a esse serviço. Íntegra do Edital e Informações complementares, na Prefeitura Municipal, telefone (49) 3525-1144 e pela internet, em [www.catanduvassc.gov.br](http://www.catanduvassc.gov.br) e [www.sccursosetreinamentos.com.br](http://www.sccursosetreinamentos.com.br). Gabinete da Prefeita Municipal de Catanduvás/SC em 2 de janeiro de 2012.

**Coronel Martins****PREFEITURA****Decreto Nº. 001, de 02 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

CONTRATA FUNCIONÁRIOS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 04/05/2011, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, e edital de chamamento nº. 013, de 28/12/2011, RESOLVE:

CONTRATAR:

Art. 1º As Pessoas abaixo relacionadas para exercerem o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, partir do dia 01 de janeiro de 2012 à 31 de dezembro de 2012, percebendo vencimento inicial do Anexo III da Lei Complementar nº. 018, de 30/12/2005 e suas alterações.



NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Marcos Vinicius Craco	Vigia	40:00 horas semanais
Vanderlei José Brum	Vigia	40:00 horas semanais
Ricardo José Pertille	Vigia	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº. 002, de 02 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 58 da Lei Complementar 005/2003 de 14 de Abril de 2003, resolve;

#### **CONCEDER:**

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Ramon Castilho Ravarena, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2012, em virtude da prestação de seus serviços na Rampa de Lavagem e Lubrificação do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº. 003, de 02 de Janeiro de 2012**

DECRETO Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 58 da Lei Complementar 005/2003 de 14 de Abril de 2003, resolve;

#### **CONCEDER:**

Art. 1º Adicional de Insalubridade aos Servidores Públicos Municipais, Sr. Gilmar Belatto e Sr. Jeziel de Oliveira, ocupantes do Cargo de Motorista, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2012, em virtude da prestação de seus serviços na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº. 004, de 02 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

AMPLIA HORAS EXTRAS DOS OCUPANTES DOS CARGOS DE OPERADOR DE MÁQUINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 005/2003 e,

Considerando o disposto no Artigo 60, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 005, de 14 de abril de 2003;

Considerando a justificativa para ampliação de horas extras assinada pelo Secretário Municipal de Agricultura, datada de 02 de janeiro de 2012;

Considerando que esta é a única época possível de se fazer a silagem para os agricultores e que devido à estiagem a quantidade de serviços tem aumentado, e devido à demanda excessiva de trabalhos de terraplanagens e trabalhos diversos nas propriedades dos agricultores, configurando-se assim a situação de interesse público municipal.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica ampliada, a partir desta data até 31 de julho de 2012, a quantidade de horas-extras a serem executadas pelos servidores ocupantes do cargo de Operador de Máquina, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para até 120 horas/mês.

Art. 2º Fica a cargo do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a autorização e o controle das horas-extras a serem realizadas pelos servidores, que deverá ser realizado mensalmente através de relatório próprio, e entregue ao departamento de Recursos Humanos para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

### **Portaria Nº. 001 de 02 de Janeiro de 2012.**

PORTARIA Nº. 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;



Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, RESOLVE: DESIGNAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais Senhor Gilmar Belatto e Senhor Jeziel de Oliveira, ocupantes do Cargo de motorista, para exercerem suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 à 31 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete.

**Portaria Nº. 002 de 02 de Janeiro de 2012.**

PORTARIA Nº. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2012 à 02/02/2012.

Nome	Cargo	Referência
Altair Souza de Lima	Assessor de Comunicação	10/01/2011 à 09/01/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 120**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 120

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONTRATO: CIS-AMOSC 022 E PMCM 120/2011

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/12/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato de rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Coronel Martins, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 01.336.261/0001-40

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

DATA VENCIMENTO CONTRATO 31/12/2012

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 013**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 013

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONVENIO: 013/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 3.280,00 (três mil duzentos e oitenta reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.483.109/0001-40

CONVENIADA: Associação de Moradores de Linha Caliri

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 014

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONVENIO: 014/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 1.420,00 (Hum mil quatrocentos e vinte reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.483.105/0001-62

CONVENIADA: Associação de Moradores de Linha Brum

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 015**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 015

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONVENIO: 015/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 1.640,00 (hum mil e seiscentos e quarenta reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.483.101/0001-84

CONVENIADA: Associação de Moradores de Linha Caravágio

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 016**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 016

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONVENIO: 016/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 1.860,00 (Hum mil oitocentos e sessenta reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.483.107/0001-51

CONVENIADA: Associação de Moradores de Linha Freitas

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 017**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 017

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONVENIO: 017/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 1.420,00 (Hum mil, quatrocentos e vinte reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO

DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.483.104/0001-18

CONVENIADA: Associação de Moradores de Linha May

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 018**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 018

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONVENIO: 018/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 1.420,00 (Hum mil quatrocentos e vinte reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.488.626/0001-02

CONVENIADA: Associação de Moradores do Bairro Bela Vista

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 019**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 019

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONVENIO: 019/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 1.420,00 (Hum mil, quatrocentos e vinte reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.491.999/0001-32

CONVENIADA: Associação de Moradores da comunidade de Linha Progresso

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 020**  
ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 020

MÊS/ANO: DEZEMBRO /2011 NÚMERO CONVENIO: 020/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R\$ 1.640,00(Hum mil seiscentos e quarenta reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 400.773.909-97

CONVENIADA: Associação de Moradores de Linha Lageadinho

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de CONVENIO 021**  
ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVENIO 021

MÊS/ANO: DEZEMBRO DE 2011 NÚMERO CONVENIO: 021/2011

VALOR TOTAL CONVENIO: R1.640,00(Hum mil seiscentos e quarenta reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2011

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Convênio tem por objeto, conforme plano de trabalho em anexo, a concessão de auxílio financeiro, por parte do MUNICÍPIO à ENTIDADE, objetivando EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011, conforme Lei Municipal nº 568, de 14/12/2011, para fins de atender reivindicação através do Orçamento Participativo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.540.640/0001-08

CONVENIADA: Associação de Moradores de Linha Bottega

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 29/02/2012

**Curitibanos****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 01/2012**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para aquisição de materiais de construção

para manutenção, Ponte na Cascatinha, Rua: Benjamin Dacol, no Bairro São José, para Bocas de Lobo nas ruas da cidade, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 09:30 horas do dia 13/01/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 10:00 horas do dia 13/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Av. La- ges, 400 no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 02 de Janeiro de 2012

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

### Cronograma de Desembolso Mensal da Despesa para o Exercício de 2012

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE CURITIBANOS**

**ORÇAMENTO CONSOLIDADO - LEI MUNICIPAL Nº. 4.731/2011**

#### **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012**

<b>FUNÇÕES</b>	<b>MÊS 01</b>	<b>MÊS 02</b>	<b>MÊS 03</b>	<b>MÊS 04</b>	<b>MÊS 05</b>	<b>MÊS 06</b>	<b>MÊS 07</b>	<b>MÊS 08</b>	<b>MÊS 09</b>	<b>MÊS 10</b>	<b>MÊS 11</b>	<b>MÊS 12</b>	<b>TOTAL</b>
LEGISLATIVA	95.000,00	114.800,00	163.200,00	159.600,00	150.600,00	148.900,00	161.400,00	143.500,00	152.400,00	147.100,00	154.200,00	203.300,00	<b>1.794.000,00</b>
ADMINISTRAÇÃO	427.700,00	516.400,00	734.300,00	718.200,00	677.800,00	669.800,00	726.300,00	645.600,00	685.800,00	661.700,00	694.000,00	913.866,00	<b>8.071.466,00</b>
SAÚDE	577.700,00	697.600,00	991.900,00	970.100,00	915.600,00	904.700,00	981.000,00	872.000,00	926.500,00	893.800,00	937.400,00	1.238.625,00	<b>10.906.925,00</b>
EDUCAÇÃO	826.800,00	998.400,00	1.419.600,00	1.388.400,00	1.310.400,00	1.294.800,00	1.404.000,00	1.248.000,00	1.326.000,00	1.279.200,00	1.341.600,00	1.722.686,00	<b>15.559.886,00</b>
CULTURA	30.740,00	37.100,00	52.700,00	51.600,00	48.700,00	48.100,00	52.200,00	46.400,00	49.300,00	47.500,00	49.800,00	66.660,00	<b>580.800,00</b>
URBANISMO	270.300,00	326.400,00	464.100,00	453.900,00	428.400,00	423.300,00	459.000,00	408.000,00	433.500,00	418.200,00	438.600,00	590.519,00	<b>5.114.219,00</b>
SANEAMENTO	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	<b>180.000,00</b>
GESTÃO AMBIENTAL	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	36.800,00	37.350,00	<b>442.150,00</b>
AGRICULTURA	92.400,00	111.600,00	158.700,00	155.200,00	146.400,00	144.700,00	156.900,00	139.500,00	148.200,00	143.000,00	149.900,00	197.920,00	<b>1.744.420,00</b>
INDÚSTRIA	33.100,00	40.000,00	56.800,00	55.600,00	52.500,00	51.800,00	56.200,00	50.000,00	53.100,00	51.200,00	53.700,00	71.570,00	<b>625.570,00</b>
COMÉRCIO E SERVIÇO	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	<b>45.000,00</b>
ENERGIA	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	133.100,00	<b>1.597.200,00</b>
TRANSPORTES	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	47.125,00	<b>565.500,00</b>
DESPORTO E LAZER	56.900,00	68.700,00	97.700,00	95.500,00	90.200,00	89.100,00	96.600,00	85.900,00	91.200,00	88.000,00	92.300,00	122.130,00	<b>1.074.230,00</b>
ENCARGOS ESPECIAIS	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	137.300,00	<b>1.523.300,00</b>
PREVIDÊNCIA SOCIAL	226.300,00	273.200,00	388.500,00	380.000,00	358.600,00	354.400,00	384.300,00	341.600,00	362.900,00	350.100,00	367.200,00	488.570,00	<b>4.275.670,00</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	106.000,00	128.000,00	182.000,00	178.000,00	168.000,00	166.000,00	180.000,00	160.000,00	170.000,00	164.000,00	172.000,00	252.765,00	<b>2.026.765,00</b>
SEGURANÇA PÚBLICA	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	136.500,00	137.230,00	<b>1.638.730,00</b>
HABITAÇÃO	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	9.000,00	<b>102.500,00</b>
<b>TOTAL DESEMBOLSO</b>	<b>3.249.715,00</b>	<b>3.818.975,00</b>	<b>5.216.275,00</b>	<b>5.112.875,00</b>	<b>4.853.975,00</b>	<b>4.802.375,00</b>	<b>5.164.675,00</b>	<b>4.647.275,00</b>	<b>4.905.675,00</b>	<b>4.750.575,00</b>	<b>4.957.475,00</b>	<b>6.388.466,00</b>	<b>57.868.331,00</b>
<b>RES. P/ SUPERÁVIT</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>141.500,00</b>	<b>143.270,00</b>	<b>1.699.770,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.391.215,00</b>	<b>3.960.475,00</b>	<b>5.357.775,00</b>	<b>5.254.375,00</b>	<b>4.995.475,00</b>	<b>4.943.875,00</b>	<b>5.306.175,00</b>	<b>4.788.775,00</b>	<b>5.047.175,00</b>	<b>4.892.075,00</b>	<b>5.098.975,00</b>	<b>6.531.736,00</b>	<b>59.568.101,00</b>

Curitibanos, 03 de Janeiro de 2012.

**WANDERLEY TEODORO AGOSTINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**EDSON TADEU BROCARDO**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

**FLAVIO LUIZ ZILIO**  
**CONTADOR CRC 20710-0**

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CURITIBANOS****ORÇAMENTO CONSOLIDADO - LEI MUNICIPAL Nº. 4.731/2010*****DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2012***

<b>DESCRIÇÃO DA RECEITA</b>	<b>1º BIMESTRE</b>	<b>2º BIMESTRE</b>	<b>3º BIMESTRE</b>	<b>4º BIMESTRE</b>	<b>5º BIMESTRE</b>	<b>6º BIMESTRE</b>	<b>TOTAL</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	901.770,00	3.430.000,00	1.050.000,00	1.030.000,00	915.000,00	797.316,00	<b>8.124.086,00</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	427.900,00	454.800,00	386.000,00	380.000,00	475.000,00	868.630,00	<b>2.992.330,00</b>
RECEITA PATRIMONIAL	131.200,00	139.500,00	143.200,00	150.000,00	165.900,00	188.227,00	<b>918.027,00</b>
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.720.000,00	6.400.000,00	6.240.000,00	6.520.000,00	6.760.000,00	8.375.129,00	<b>40.015.129,00</b>
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	486.200,00	544.000,00	530.400,00	554.200,00	574.600,00	730.879,00	<b>3.420.279,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		30.000,00	50.000,00	60.000,00	60.000,00	69.700,00	<b>269.700,00</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	560.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	768.550,00	<b>3.828.550,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.227.070,00</b>	<b>11.623.300,00</b>	<b>9.024.600,00</b>	<b>9.319.200,00</b>	<b>9.575.500,00</b>	<b>11.798.431,00</b>	<b>59.568.101,00</b>

Curitibanos, 03 de Janeiro de 2012.

---

**WANDERLEY TEODORO AGOSTINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**EDSON TADEU BROCARDO**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**FLAVIO LUIZ ZILIO**  
**CONTADOR CRC 20710-0**



## Ermo

### PREFEITURA

**Decreto N.º 076, de 20 de dezembro de 2011.**

DECRETO N.º 076, de 20 de dezembro de 2011.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 282 de 06/12/2010 (Lei Orçamentária Anual);

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

10.301.0037.2.051- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.8 (9) Aplicações Diretas R\$ 11.100,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 64.8 (PAB).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de dezembro de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças

## Forquilha

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 04/PMF/2012.

OBJETIVO: Aquisição de coletânea de "LIVROS", através de empresas do ramo pertinente, para atendimento à Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de janeiro de 2012 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 03 de janeiro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

**Dispensa de Licitação Nº. 03/PMF/2012**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/PMF/2012

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro trimestre do exercício de 2012 no município de Forquilha/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009. Previsão de produtos e quantidades a serem adquiridos nesse período:

Abobrinha - 40 kg;

Batata inglesa - 1.375 kg;

Cebola de cabeça - 875 kg;

Cenoura - 825 kg;

Carne suína picada - 600 kg;

Chuchu - 175 kg;

Couve manteiga - 480 maços;

Feijão preto, grupo 1, tipo 1 - 650 kg;

Feijão vermelho, grupo 1, tipo 1 - 450 kg;

Repolho de cabeça - 625 unid.;

Tomate - 650 kg.

Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 18/01/2012 às 11:00 horas.

Edital completo com especificações e quantitativos dos itens e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 03 de janeiro de 2012.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

**Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 02/PMF/2012.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 17 de janeiro de 2012 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 03 de janeiro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

**Extrato de Contrato FMS Nº. 01/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 01/2012

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



**CONTRATADO - DD LABORATÓRIO BIOQUÍMICO LTDA**

OBJETO - credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupos da Tabela unificada do SUS.

VALOR - Até R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO -1701.2050.3390 (10) (12)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 25/FMS/2011

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº. 02/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 02/2012

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FORQUILHINHA LTDA

OBJETO - credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupos da Tabela unificada do SUS.

VALOR - Até R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO -1701.2050.3390 (10) (12)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 25/FMS/2011

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMF Nº. 191/2011**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 191/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO - execução da segunda etapa das obras de revitalização, pavimentação e urbanização do Parque Ecológico Municipal São Francisco de Assis (Praça do Centenário), localizado na Avenida Professor Eurico Back, Rua das Quaresmeiras, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, conforme Termo de Convênio nº. 16473/2011-9, firmado junto ao Governo do Estado de Santa Catarina.

VALOR - R\$ 536.765,49 (quinhentos e trinta e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

VIGÊNCIA - 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução 90 dias)

DOTAÇÃO - 0702.1033.4490 (108) e (111) - GOVERNO ESTADUAL

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 118/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 15 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 105/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 105/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 171/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. ME

DO OBJETO - aquisição de forma parcelada de "base de seixo parcialmente britada", para uso em diversas obras de pavimentação dos bairros do perímetro urbano do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2011, de acordo com a proposta da que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias passando de 31/12/2011 para 29/02/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 23 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 60/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 60/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 49/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO - Prestação de serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação na Rua José Feltrin que liga os Bairros Santa Cruz e Santa Libera, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Programa GPD - Contrato Nº. 0326179-43/2010, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo contratual;

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato 49/PMF/2011 de 07/10/2011 para 05/05/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 28 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

**Decreto Nº 0001/2012**

DECRETO Nº 0001, DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

FIXA O VALOR DA UFM (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes na Lei Complementar nº. 053/2003;

**DECRETA:**

Art. 1o. Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal do Município, para o ano-exercício de 2012, em R\$ 1,52 (Um real e cinquenta e dois centavos).

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC., 03 DE JANEIRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0002/2012**

DECRETO Nº 0002, DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

FIXA VALORES PARA A COBRANÇA DE ISSQN, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 87 DA LEI COMPLEMENTAR N. 053/2003, RELATIVA À EXECUÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes no Artigo 87 da Lei Complementar nº. 053/2003,

**DECRETA:**

Art. 1o. Ficam fixados os valores para a cobrança de ISSQN, relativa à execução de mão-de-obra na construção civil, constantes no ANEXO I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC., 03 DE JANEIRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## DECRETO 0002, DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

## ANEXO I

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	PADRÃO	VALORES EM UFM	VALORES EM REAIS
Comercial em Alvenaria	Luxo	156,58	238,00
Comercial em Alvenaria	Alto	139,80	212,50
Comercial em Alvenaria	Normal	107,55	163,48
Comercial em Alvenaria	Popular	97,12	147,62
Comercial em Alvenaria	Baixo	86,89	132,07
Comercial Mista	Luxo	109,87	167,00
Comercial Mista	Alto	98,09	149,10
Comercial Mista	Normal	75,45	114,68
Comercial Mista	Popular	64,90	98,65
Comercial Mista	Baixo	59,38	90,26
Comercial em Madeira	Luxo	54,94	83,51
Comercial em Madeira	Alto	49,05	74,56
Comercial em Madeira	Normal	37,73	57,35
Comercial em Madeira	Popular	32,97	50,11
Comercial em Madeira	Baixo	29,71	45,16
Industrial em Alvenaria	Luxo	101,40	154,13
Industrial em Alvenaria	Alto	90,53	137,61
Industrial em Alvenaria	Normal	75,45	114,68
Industrial em Alvenaria	Popular	65,02	98,83
Industrial em Alvenaria	Baixo	59,38	90,26
Industrial Mista	Luxo	75,50	114,76
Industrial Mista	Alto	67,41	102,46
Industrial Mista	Normal	56,19	85,41
Industrial Mista	Popular	45,66	69,40
Industrial Mista	Baixo	43,34	65,88
Industrial em Madeira	Luxo	50,72	77,09
Industrial em Madeira	Alto	45,28	68,83
Industrial em Madeira	Normal	37,73	57,35
Industrial em Madeira	Popular	32,92	50,04
Industrial em Madeira	Baixo	29,71	45,16
Residencial em Alvenaria	Luxo	188,16	286,00
Residencial em Alvenaria	Alto	168,00	255,36
Residencial em Alvenaria	Normal	129,23	196,43
Residencial em Alvenaria	Popular	113,96	173,22
Residencial em Alvenaria	Baixo	103,54	157,38
Residencial Mista	Luxo	123,89	188,31
Residencial Mista	Alto	110,61	168,13
Residencial Mista	Normal	85,08	129,32
Residencial Mista	Popular	74,63	113,44
Residencial Mista	Baixo	65,02	98,83
Residencial em Madeira	Luxo	90,59	137,70
Residencial em Madeira	Alto	80,88	122,94
Residencial em Madeira	Normal	67,40	102,45
Residencial em Madeira	Popular	37,73	57,35
Residencial em Madeira	Baixo	32,92	50,04

**Decreto Nº 0003/2012**

DECRETO Nº 0003, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0028 DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0028, de 19 de outubro de 2011, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –  
ACT Nº 0028 DE 19 DE OUTUBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF**

***Critérios de Desempate***

**1º 2º 3º 4º 5º 6º**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	1	FRANCISCO CARLOS BECKER LECK		25
2	2	GUSTAVO DE PAULA LEITE		14
3	4	ANDRÉ LUIS RIBAS DE ABREU		10
4	3	RAIMUNDO ROMILTON LEAL DO ROSÁRIO		0

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	10	5	1	NÃO	29/7/1957
10	4	0	0	NÃO	30/3/1971
0	10	0	0	NÃO	21/2/1986
0	0	0	0	NÃO	10/1/1978

**Decreto Nº 0004/2012**

DECRETO Nº 0004, DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados as servidoras Andrea Aparecida Rezzadori (Presidenta), Elma Neli dos Santos Furtado (Vice-Presidenta), Lucélia Fedrigo (Secretária) e Taise Marta Pazin (Membro), para comporem a Comissão Permanente de Licitações de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo, inclusive do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, pelo período de 01 (um) ano.

§ 1º. Nos impedimentos e ausências da Presidenta assume as funções a Vice-Presidenta.

§ 2º. Nos impedimentos e ausências da Secretária assume as funções o Membro acima nomeado.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 03 DE JANEIRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0005/2012**

DECRETO Nº 0005, DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA A PREGOEIRA, PREGOEIRA SUBSTITUTA E A EQUIPE DE APOIO PARA PROCEDIMENTOS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIA, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada para exercer a função de PREGOEIRA na realização de Pregões de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquia, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo, inclusive para o Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, a servidora Elma Neli dos Santos Furtado.

Parágrafo único. Nos impedimentos e ausências da Pregoeira assumirá a PREGOEIRA SUBSTITUTA, ficando desde já nomeada a servidora Lucélia Fedrigo.

Art. 2º. Ficam também nomeadas para a Equipe de Apoio da Pregoeira, as servidoras Taise Marta Pazin e Aline Voss.

Art. 3º. A Pregoeira solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos

licitatórios na modalidade de Pregão Presencial, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 03 DE JANEIRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2293/2011**

PORTARIA N.º 2.293 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

Enquadra Servidor Público Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 51 e seguintes da Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Enquadrar o servidor público, SANTILINO JOSÉ OLIVIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 226.206.569-15, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, no padrão de vencimento indicado pela letra "A", com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com o Anexo I-A, da Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Dispensa de Licitação Nº 0001/2012**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2012 - PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2012

Objeto: Contratação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Fraiburgo no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA. Contratado: CONSORCIO DE INFORMÁTICA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, inscrita no CNPJ sob nº 09.427.503/0001-12; Valor: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) por mês. Vigência: Da data desta publicação até 31 de dezembro de 2012. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93; Justificativa: Adesão ao Consórcio CIGA conforme Lei Municipal nº 2027/2009 e instituição do DOM/SC através da Lei Municipal nº 2034/2009.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**Editais de Imposição de Penalidade 1088/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1088/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZF4720	54893521B	5541/0	30/05/2008	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Imposição de Penalidade 1092/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1092/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBF6463	54603492C	7366/2	19/03/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MID9994	54605209C	5738/0	28/03/2011	R\$ 191,53	186 * II
MID9994	54605210C	7030/2	28/03/2011	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Editais de Imposição de Penalidade 1096/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1096/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAQ5618	54958043C	5835/0	03/08/2011	R\$ 127,69	195
MAW6737	54602642C	5525/0	05/08/2011	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI



**Edital de Imposição de Penalidade 1108/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1108/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO5174	54605658C	5010/0	22/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
AEB9624	54605283C	5010/0	08/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
AEB9624	54605806C	5118/0	08/08/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AHP8070	54958012C	6920/0	21/07/2011	R\$ 127,69	233
AMX1925	54958067C	6920/0	17/08/2011	R\$ 127,69	233
APE3167	54958060C	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
BRG0576	54958059C	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
ICS6506	54958051C	6920/0	04/08/2011	R\$ 127,69	233
KNA2182	54605249C	5118/0	28/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KNA2182	54605279C	5010/0	28/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
KNA2182	54605902C	6610/2	11/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LXB2334	54605416C	6610/2	07/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LXJ9309	54958025C	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
LYC9315	54605516C	6599/2	07/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYC9315	54605517C	5010/0	07/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYC9315	54605519C	5169/1	07/08/2011	R\$ 957,69	165
LYC9315	54605520C	5118/0	07/08/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAS7950	54605246C	5118/0	23/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAS7950	54605276C	5010/0	23/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBZ2156	54605320C	6610/2	20/07/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MCA4885	54605809C	6912/0	15/08/2011	R\$ 53,20	232
MFG8809	54958017C	6920/0	22/07/2011	R\$ 127,69	233
MGA8148	54605374C	5010/0	24/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGA8148	54605375C	5118/0	24/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGP6687	54605414C	6599/2	07/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGP6687	54605415C	6556/1	07/08/2011	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIH7016	54605411C	6580/0	06/08/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MIW8562	54605514C	5010/0	06/08/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Editais de Imposição de Penalidade 1109/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1109/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFY1403	54605936C	5460/0	04/09/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MHW4745	54605906C	6050/2	13/08/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Imposição de Penalidade 1111/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1111/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZY7186	54605915C	6610/2	27/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LZY7186	54605916C	6670/0	27/08/2011	R\$ 127,69	230 * XIII
MGZ0576	54605527C	6912/0	27/08/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Edital de Imposição de Penalidade 1114/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1114/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFM6892	54606482C	5045/0	11/07/2010	R\$ 191,53	162 * V
AKX5110	54958013C	6920/0	21/07/2011	R\$ 127,69	233
CLD2037	54958002C	6920/0	14/07/2011	R\$ 127,69	233
CXA0279	54958023C	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
LYH4063	54958004C	6920/0	18/07/2011	R\$ 127,69	233
LZD9722	54604875C	6599/2	24/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZD9722	54605717C	5010/0	24/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZD9722	54605718C	5118/0	24/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZU1616	54605241C	5274/1	10/07/2011	R\$ 191,53	175
LZU1616	54605242C	6726/1	10/07/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZZ4249	54605247C	5118/0	23/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZZ4249	54605277C	5010/0	23/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFB0884	54605802C	6599/2	03/08/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA



**Edital de Imposição de Penalidade 1115/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1115/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALW7815	54605372C	5207/0	08/07/2011	R\$ 53,20	169
ALW7815	54605373C	5720/0	08/07/2011	R\$ 127,69	186 * I
COH6261	54604876C	5738/0	26/07/2011	R\$ 191,53	186 * II
KQD3785	54891732B	5460/0	27/06/2011	R\$ 85,12	181 * IX
LXG4364	54605378C	6050/1	05/08/2011	R\$ 191,53	208
MAA0408	54604880C	5738/0	05/09/2011	R\$ 191,53	186 * II
MAJ3123	54605288C	6050/1	17/08/2011	R\$ 191,53	208
MHW1715	54602621C	5738/0	26/05/2011	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Imposição de Penalidade 1118/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1118/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGJ4386	55035135D	6920/0	30/09/2011	R\$ 127,69	233
LYF4505	54894133B	6556/1	21/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
LYO2564	54606160C	6556/1	01/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCJ9491	54606162C	5010/0	02/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCJ9491	54606163C	5118/0	02/10/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCJ9491	54606164C	6599/2	02/10/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Edital de Imposição de Penalidade 1119/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1119/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BSC4794	54605312C	5185/1	30/05/2011	R\$ 127,69	167
LYL8059	54605422C	5584/0	10/08/2011	R\$ 53,20	182 * II
LZD3029	54605327C	7030/2	20/08/2011	R\$ 191,53	244 * I
LZD3029	54605731C	7064/0	20/08/2011	R\$ 191,53	244 * IV
MBK8023	54602643C	5460/0	06/08/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MIA0516	54606155C	5460/0	01/10/2011	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Imposição de Penalidade 1121/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1121/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGK9398	54605947C	5010/0	16/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
AGK9398	54605949C	5118/0	16/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGK9398	54605950C	6653/2	16/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
CRU5959	54602647C	5274/2	14/08/2011	R\$ 191,53	175
CRU5959	54605721C	5177/0	14/08/2011	R\$ 191,53	166
CRU5959	54605722C	5169/1	14/08/2011	R\$ 957,69	165
LWS9045	54603336C	5010/0	24/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
LWS9045	54603337C	5118/0	24/08/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWS9045	54604877C	6599/2	24/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYC3501	54604729C	6726/1	06/08/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYY8376	55035147D	6920/0	11/10/2011	R\$ 127,69	233
MEF4903	54605952C	5169/1	21/08/2011	R\$ 957,69	165
MEF4903	54605953C	5177/0	21/08/2011	R\$ 191,53	166

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA

**Editais de Imposição de Penalidade 1122/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1122/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGK9398	54603931C	6858/0	16/09/2011	R\$ 85,12	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI



**Edital de Notificação de Autuação 1107/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1107/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALP2509	54605767C	5550/0	20/10/2011	181 * XVIII
MAB4009	54605938C	5460/0	11/09/2011	181 * IX
MAQ8509	54606012C	5185/1	07/10/2011	167
MGI5725	54605341C	6483/0	26/10/2011	227 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Notificação de Autuação 1086/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1086/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EES0490	54604219C	5452/2	24/04/2009	181 * VIII
LXL9202	54606107C	5185/2	09/09/2011	167
LYD5997	54605912C	5975/0	22/08/2011	204
MDV5224	54606105C	7064/0	09/09/2011	244 * IV
MFR2886	54606104C	5207/0	05/09/2011	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Notificação de Autuação 1090/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1090/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWV7635	54605385C	6050/1	06/09/2011	208
LXB8817	54605922C	5460/0	28/08/2011	181 * IX
MHD6041	54606837C	5185/1	14/04/2010	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Notificação de Autuação 1094/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1094/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JEB2313	54604879C	5827/0	03/09/2011	194
MAP6810	54605960C	5185/1	22/09/2011	167
MGI8808	54605388C	6050/1	22/09/2011	208
MJC6915	54605390C	5878/0	22/09/2011	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Notificação de Autuação 1101/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1101/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYD4913	54606005C	5460/0	06/09/2011	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Notificação de Autuação 1104/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1104/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ6065	54606176C	5738/0	18/10/2011	186 * II
AJZ6065	54606177C	5738/0	18/10/2011	186 * II
ALW7815	54606178C	5207/0	22/10/2011	169
AQH1756	54606011C	5185/1	07/10/2011	167
CMQ9088	54603108C	7366/2	06/10/2011	252 * VI
LYD4913	54603345C	5185/1	13/09/2011	167
LYV7695	54605974C	5185/1	12/10/2011	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI



**Edital de Notificação de Autuação 1106/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1106/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR3864	55035145D	6920/0	06/10/2011	233
ACX7146	54606180C	5169/1	23/10/2011	165
AHV4604	55035123D	6920/0	26/09/2011	233
BGI5042	54606179C	5169/1	23/10/2011	165
IGQ1100	54605835C	5169/1	24/09/2011	165
IGQ1100	54605836C	7340/0	24/09/2011	252 * IV
KIJ0779	54603221C	5177/0	06/10/2011	166
KIJ0779	54605399C	6556/4	06/10/2011	230 * I
KIJ0779	54605400C	5169/1	06/10/2011	165
LXS0673	54605842C	5169/1	08/10/2011	165
LYP9084	54605532C	5010/0	12/09/2011	162 * I
LYP9084	54605533C	5118/0	12/09/2011	164 c/c 162 * I
LYQ6056	54605962C	6599/2	26/09/2011	230 * V
LYQ6056	54605963C	6610/2	26/09/2011	230 * VII
LZV2266	54605679C	6599/2	30/10/2011	230 * V
LZV2266	54605680C	5010/0	30/10/2011	162 * I
LZV2266	54605681C	5118/0	30/10/2011	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Edital de Notificação de Autuação 1110/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1110/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXE1534	54605674C	6769/1	11/10/2011	230 * XXII
LXK3321	55035153D	6920/0	14/10/2011	233
LYN2541	54606169C	6653/1	14/10/2011	230 * XI
LYN2541	54606170C	6670/0	14/10/2011	230 * XIII
LZA1180	54605764C	6769/3	16/10/2011	230 * XXII
MBS6400	55035178D	6920/0	31/10/2011	233
MCZ8795	54605849C	7340/0	14/10/2011	252 * IV
MHJ8232	54605843C	6599/2	10/10/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Edital de Notificação de Autuação 1112/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1112/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AES0828	55035165D	6920/0	20/10/2011	233
AFE8063	54605541C	5010/0	20/10/2011	162 * I
AFE8063	54605542C	5118/0	20/10/2011	164 c/c 162 * I
BWT3194	55035197D	6920/0	08/11/2011	233
CNS3978	55035167D	6920/0	21/10/2011	233
GPW5034	54606190C	6599/2	06/11/2011	230 * V
IMZ8541	55035164D	6920/0	20/10/2011	233
LCI5314	55035157D	6920/0	17/10/2011	233
LWZ7906	54603373C	6556/5	05/11/2011	230 * I
MAD1387	54606217C	5169/1	12/11/2011	165
MBF8934	54602683C	6653/1	15/10/2011	230 * XI
MEE2968	54606265C	5037/2	05/11/2011	162 * III
MGS7152	54605675C	6912/0	12/10/2011	232
MGS7152	54606020C	6599/2	12/10/2011	230 * V
MHH5368	54606215C	6599/2	07/11/2011	230 * V
MID7262	54606185C	5118/0	05/11/2011	164 c/c 162 * I
MID7262	54606186C	5010/0	05/11/2011	162 * I
MID9588	54605685C	6599/2	07/11/2011	230 * V
MJH7172	54606199C	5010/0	10/11/2011	162 * I
MJH7172	54606200C	6653/2	10/11/2011	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Edital de Notificação de Autuação 1113/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1113/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HWA4726	54606120C	5541/4	11/11/2011	181 * XVII
MAD1387	54606218C	5215/2	12/11/2011	170
MBA0285	54602517C	7048/2	18/10/2011	244 * II
MBF8934	54602684C	7030/1	15/10/2011	244 * I
MDL3023	54606211C	7030/2	18/10/2011	244 * I
MFA5659	54605769C	6050/1	05/11/2011	208
MJJ4232	54602518C	5525/0	18/10/2011	181 * XV
MJJ4232	54606209C	5525/0	18/10/2011	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI



**Edital de Notificação de Autuação 1116/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1116/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGK9398	54606021C	6548/2	19/11/2011	229
AMA2749	54606264C	6637/2	13/11/2011	230 * IX
MAI5891	54606301C	6599/2	18/11/2011	230 * V
MBI5988	54605689C	6912/0	17/11/2011	232
MDE7143	55035203D	6920/0	14/11/2011	233
MFY1403	54603111C	5010/0	19/11/2011	162 * I
MFY1403	54603112C	5118/0	19/11/2011	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Edital de Notificação de Autuação 1117/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1117/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMA2749	54606263C	5185/2	13/11/2011	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

**Edital de Notificação de Autuação 1120/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1120/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYV5790	54603934C	5169/1	30/10/2011	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE JANEIRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 001/2012

DECRETO N.º 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e em observância da Lei Municipal nº 1000 de 06/12/2005, e considerando o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA/LCCAT da Prefeitura Municipal de Garopaba,

DECRETA,

Art. 1º. Fica regulamentada pelo presente Decreto, a concessão do adicional de insalubridade e periculosidade aos servidores da Prefeitura Municipal de Garopaba, obedecido ao previsto nos artigos 92 a 97, da Lei Municipal nº 1.000/2005.

Art. 2º. Para efeitos do presente Decreto, considera-se:

I - insalubridade: as atividades ou operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

II - periculosidade: as atividades ou operações que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos, setor de energia elétrica e atividades com radiações ionizantes ou substâncias radioativas em condições de risco acentuado.

Art. 3º. O exercício de atividade considerada insalubre, de acordo com o disposto no artigo anterior, assegurara ao servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo e aos admitidos em caráter temporário a concessão de Adicional de Insalubridade nos seguintes percentuais:

I - 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;

II - 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;

III - 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo;

Parágrafo único. A percentagem percebida pelo servidor público municipal será calculada sob o valor do salário mínimo nacional vigente.

Art. 4º. O exercício de atividade considerada periculosa, de acordo com o disposto no artigo 1º deste Decreto, assegura ao servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e aos admitidos em caráter temporário a concessão de Adicional de Periculosidade no percentual de 30% (trinta por cento) sob o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 5º. O adicional de insalubridade será pago aos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos, indicados pela Conclusão do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA/LCCAT da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 7º. O servidor que fizer jus aos dois adicionais deverá optar

por um deles, sendo vedada a percepção cumulativa dos mesmos.

Art. 8º. Cessará a concessão de adicional de insalubridade ou de periculosidade mediante a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 9º. Não será concedido, adicional de insalubridade ou periculosidade, aos servidores que estejam realizando, mediante a conveniência e o interesse público, atribuições diversas daquelas previstas para o cargo de origem.

Art. 10. Não será concedido, adicional de periculosidade ou insalubridade, aos servidores designados para funções comissionadas ou percepção de gratificação de atividade especial.

Art. 11. Aos servidores públicos municipais, que estiverem afastados de suas atividades por força de licença por motivo de doença em pessoa da família, licença para o serviço militar, licença para atividade política, licença para tratar de interesses particulares, licença para desempenho de mandato classista, licença para tratamento de saúde, licença por motivo de afastamento do cônjuge, afastamento para servir em outro órgão público ou entidade, afastamento para exercício de mandato eletivo, afastamento para estudo ou missão no exterior, será, na data do início da respectiva licença ou afastamento, suspenso o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade.

Art. 12. Para conhecimento da Conclusão Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA/LCCAT, até o dia 05 (cinco), do primeiro mês do ano, o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba, encaminhará as Secretarias Municipais, cópia da Conclusão Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA/LCCAT.

§ 1º. As Secretarias Municipais, de posse da Conclusão Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA/LCCAT, providenciarão a Relação dos servidores ocupantes dos cargos indicados, e encaminharão ao Setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após seu recebimento.

§ 2º. A Relação dos servidores com direito a concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade deverá conter justificativa descrevendo a situação laboral que vinculou a concessão do adicional.

§ 3º. A qualquer tempo, o servidor que considerar-se no direito a percepção da concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade poderá apresentar Requerimento ao Setor de Recursos Humanos, que havendo fundamento, encaminhará pedido de revisão a Secretaria, na qual o servidor for lotado.

Art. 13. Recebida a relação descrita no artigo anterior, o Setor de Recursos Humanos encaminhará para conferência técnica, após a qual, providenciará a concessão do respectivo adicional.

Art. 14. Caberá ao superior hierárquico do servidor que estiver recebendo adicional de insalubridade ou periculosidade, o dever de comunicar ao Setor de Recursos Humanos, por escrito e de imediato, a eventual transferência do servidor para local diverso daquele que lhe dá direito à percepção do adicional, ou de causas que justifiquem a cessação do pagamento, sob pena de responsabilidade administrativa.

Art. 15. Para o fiel cumprimento deste Decreto poderão ser realizadas, periodicamente, novas inspeções no local e reexames das concessões dos adicionais sob pena de suspensão do respectivo pagamento.

Art. 16. Comete crime de responsabilidade administrativa, o Secretário Municipal ou por ele designado, que autorizar o pagamento

dos adicionais em desacordo com este Decreto.

Art. 17. Fica aprovado o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho (LRCAT), Anexo Único do Presente Decreto.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 19. Observadas todas as condições previstas no presente Decreto, a primeira concessão do adicional, será realizada na folha do mês de janeiro de 2012.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Janeiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/01/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

### **Decreto N.º 002/2012**

DECRETO N.º 002, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

10.02 - SECRETARIA DE PLANEJ. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	40.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	40.000,00
17512311.045 - Func. e Manutenção do FMSB	40.000,00
3.3.90.0.1.24.001039 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Janeiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/01/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Portaria Nº 1/2012**

Portaria Nº 1/2012

DESIGNA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E INFORMÁTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Paulo Sérgio de Araújo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei Municipal Nº 1.534/2011, de 02 de junho de 2011, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR, o Senhor DIEGO DE CARVALHO BUENO, brasileiro, casado, CPF 016.669.770-20, RG 10930551774 SJS RS, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E INFORMÁTICA, conforme Lei Municipal Nº 1.534/2011, Quadro II - Comissionados da Câmara Municipal de Garopaba, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo, com efeitos a partir de 02/01/2012.

Art. 2º Fica o Cargo em comissão de Chefe do Departamento de Finanças, Contabilidade e Informática, a perceber os vencimentos correspondentes a Lei Municipal Nº 1.534 de 02 de junho de 2011, Quadro II - Comissionados.

Parágrafo Único - O servidor deverá desempenhar suas funções em conformidade com as determinadas na Lei Municipal nº 1.534 de 02 de junho de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 02 de janeiro de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Câmara Municipal de Garopaba

### **Portaria Nº 2/2012**

Portaria Nº 2/2012

Cria a Comissão de Licitação para o exercício de 2012.

Paulo Sérgio de Araújo, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GAROPABA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 23, III, do Regimento Interno e no art. 51, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Garopaba, para desenvolver, acompanhar e julgar os processos de licitação dentro dos limites da lei.

Art. 2º Designar para integrar a referida Comissão de Licitação os seguintes membros:

I - A Sra. Daiana Pacheco Bernardo, Diretora de Finanças, Contabilidade e Informática, - Câmara Municipal de Garopaba, que exercerá a Presidência da Comissão;

II - A Sra. Luciane Cristina Stein, Auxiliar Legislativa - Câmara Municipal de Garopaba, como membro da Comissão; e

III - O Sr. Josué Furtado dos Passos, Chefe de Divisão de Informática - Câmara Municipal de Garopaba, como membro da Comissão.

Parágrafo Único: Nos casos de específicos da modalidade técnica e preço, a Comissão poderá convocar consultor especializado para auxiliar na análise e julgamento das propostas apresentadas.

Art. 3º Determinar que esta Portaria seja registrada e publicada.

Art. 4º Revogar as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de janeiro de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

Certifico que a PORTARIA Nº 02/2012, foi publicada no Mural de publicações da Câmara Municipal em 02 de janeiro de 2012, e no DOM em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

GIOVANA DA SILVA DEFREY

Secretária

Câmara Municipal de Garopaba

## Herval do Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 001/2012

PORTARIA Nº 001/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

#### RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente Administrativo - Nível - 9, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, ao Servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (Matr. 2878), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 23 de Dezembro de 2008 a 22 de Dezembro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### Portaria Nº 002/2012

PORTARIA Nº 002/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora CRISTIANE ZABOTT GARVIN (Matr. 532), nascida aos 28/12/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/B, anexo XI, a partir de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com os artigos 22 a 29 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### Portaria Nº 003/2012

PORTARIA Nº 003/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARINÊS APARECIDA GONÇALVES (Matr. 149), nascida aos 28/12/1964, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 4/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 5/A, anexo XI, a partir de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com os artigos 22 a 29 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### Portaria Nº 004/2012

PORTARIA Nº 004/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora CLAUDETE DE DEUS E SILVA DE GODOI (Matr. 89), nascida aos 29/12/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/D, anexo XI, com regime de trabalho



de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/E, anexo XI, a partir de 29 de dezembro de 2011, de conformidade com os artigos 22 a 29 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 005/2012**  
PORTARIA Nº 005/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**  
HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente Administrativo - Nível - 9, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, ao Servidor FERNANDO SÉRGIO FAVRETTO (Matr. 2879), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 29 de Dezembro de 2008 a 28 de Dezembro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 006/2012**  
PORTARIA Nº 006/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**  
HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar Administrativo - Nível - 6/2, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora MICHELLE BENEDETTI (Matr. 2880), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 29 de Dezembro de 2008 a 28 de Dezembro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 007/2012**  
PORTARIA Nº 007/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**  
Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, ao Servidor IVO GUINDANI, (Matr. 2562) nascido aos 01/01/1961, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/B, anexo XI, a partir de 02 de janeiro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 008/2012**  
PORTARIA Nº 008/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**  
EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Vigilância Ambiental, ocupado pela Servidora VALESCA ANSCHAU (Matr. 2864), Nível/Referência - 6/A, quadro geral, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de Janeiro de 2012, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da LC Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 009/2012**  
PORTARIA Nº 009/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**  
EXONERAR e DECLARAR a Vacância do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, ocupado pela Servidora MARA REGINA DE MATOS PARIZE (Matr. 942), Nível/Referência - 3/C, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de Janeiro de 2012, conforme o disposto nos artigos 44 e 157 da LC Nº 281/2011, e, de conformidade com a Decisão do Processo

Administrativo Disciplinar Nº. 001/2010, exarado pela Comissão.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 010/2012**

PORTARIA Nº 010/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR a pedido, conforme requerimento em anexo, a Servidora MARIANE BILIBIO (Matr. 3377), a partir de 02 de Janeiro de 2012, a qual exercia as funções do cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 011/2012**

PORTARIA Nº 011/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER 18 (dezoito) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 601/2011, ao Servidor ANTONIO FILIPINI (Matr. 168), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador De Máquinas II, Nível - 8, Referência "H", constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2009 e 02 de fevereiro de 2010, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2012 a 19 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 012/2012**

PORTARIA Nº 012/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.

54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 759/2011, à Servidora Janice Risoleda Vettori Pratto (Matr. 3091), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Agricultura, Nível - DAS-1, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de janeiro de 2010 e 24 de janeiro de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2012 a 11 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 013/2012**

PORTARIA Nº 013/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1028/2011, à Servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI, (Matr. 2780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "A", constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2010 e 15 de junho de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2012 a 16 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 014/2012**

PORTARIA Nº 014/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora Tanamara Freire de Verçosa Machado, (Matr. 3360), a partir de 02 de janeiro de 2012, a qual exercia as funções do Cargo de Médico, Nível 14, Letra "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 015/2012**  
PORTARIA Nº 015/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1140/2011, ao Servidor RICARDO JOSÉ NODARI (Matr. 2885), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário De Educação, Cultura e Esportes, Nível - Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2010 e 01 de janeiro de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2012 a 21 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 016/2012**  
PORTARIA Nº 016/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Designar o Servidor DOUGLAS GONÇALVES (Matr. 3384), ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/A, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 02 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 017/2012**  
PORTARIA Nº 017/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28 de Dezembro de 2011 até 26 de Abril de 2012, conforme preceitua o Artigo 107, § 6º da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora CLAUDETE DA SILVA POLO (Matr. 3378), a qual exerce a função de Professor Leigo, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2012.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito em Exercício

**Processo Licitatório Nº 001/2012**  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

**OBJETO**

Registro de Preços para a aquisição de combustível para utilização nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota da Administração Municipal de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 10:00 horas do dia 17/01/2012.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, , e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 13,92 ( treze reais e noventa e dois centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 02 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

**Imbituba**

**PREFEITURA**

**Portaria PMI Nº 180.2011**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 180, de 27 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre exoneração de Assessora II e dá outras providências."

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições

legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar LICARIANE DE ANDRADE MARTINS inscrita no RG n.º 5/C 3.027.888, CPF n.º 027.724.799-35, do cargo/função de Assessora II, da Secretaria Municipal de Articulação Política, nomeada através da Portaria PMI Nº 045, de 02 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de dezembro de 2011.

Imbituba, 27 de dezembro de 2011.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 181.2011**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 181, de 27 de dezembro de 2011.  
Dispõe sobre exoneração de Assessor III e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar JOÃO BATISTA ESPÍNDOLA, inscrito no CPF n.º 454.746.569-04, do cargo/função de Assessora III, nomeado através da Portaria PMI Nº 160, de 31 de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de dezembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de dezembro de 2011.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicação de Extrato de Comunicação de Inscrição do Registro Cadastral**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba, nos termos do parágrafo 1º do artigo 34 da lei 8.666/93 e suas alterações, comunica que se encontra permanentemente aberta a inscrição no Registro Cadastral para licitações, bem como a renovação dos já inscrito, na Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, Imbituba, SC. Os interessados deverão comparecer nesta Entidade, munidos da documentação exigida no artigo 27 ao 31 da seção II, da referida Lei. Maiores informações

poderão ser obtidas no Departamento de licitações no endereço acima citado, de segunda à sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas.

Imbituba, 04 de janeiro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

**Publicação de Extrato de Dispensa 76/2011 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 220/2011  
DISPENSA Nº 76/2011

Objeto: Aquisição de rede de proteção para utilização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.  
Empresa: Redesport Ind. Com. de Redes Esportivas Ltda ME.  
Valor Total: R\$ 7.971,84  
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 04 de janeiro de 2012.  
LEDA SUSANA DA SILVA G. PAMATO DE SOUZA  
Secretaria Municipal de Educação

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial 01/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SAÚDE  
PROCESSO Nº 01/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 16 de janeiro de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e materiais destinados aos veículos da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 04 de janeiro de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

**Publicação de Extrato de Revogação de Pregão Presencial 29/2011 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDESTH

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 40/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 29/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 04 de janeiro de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

**Extrato: PMI SEDETUR 2011/240 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDETUR 2011/240 - A/00

Contratada: FLASUL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.



C.N.P.J: 00.099.347/0001-33  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MODELAGEM E EXECUÇÃO DAS FORMAS ARTÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM À SANTA PAULINA.  
Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 196/2011 Pregão 89/2011

Imbituba, 22 de dezembro de 2011.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal  
Contratante

Flasul Comércio e Distribuidora Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 115/2010 - A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 115/2010 - A02

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA  
C.N.P.J: 07.185.611/0001-09  
Objeto: ACRÉSCIMO DE R\$ 53.866,61 (CINQUENTA E TRES MIL, OITOCENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E SESENTA E UM CENTAVOS). CORRESPONDENTE A 12,25% (DOZE VÍRGULA VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR ORIGINAL.  
Valor: R\$ 53.866,61 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 102/2010 Pregão 03/2010

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

JOÃO LUIZ DE ÁVILA  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 203/2011 - A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 203/2011 - A01

Contratada: LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA  
C.N.P.J: 10.385.994/0001-65  
Objeto: ACRÉSCIMO DE 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.  
Valor: R\$ 7.330,00 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 165/2011 Pregão 86/2011

Imbituba, 27 de dezembro de 2011.  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MAT. DIDÁTICOS LTDA  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 237/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 237/2011 - A00

Contratada: N.F GRANDE & CIA LTDA EPP  
C.N.P.J: 79.034.153/0001-00  
Objeto: AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO BRASIL, DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DO MUNICIPIO DE IMBITUBA PARA AS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.  
Valor: R\$ 7.992,00 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão 22/2011

Imbituba, 22 de dezembro de 2011.  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

N. F. Grande & Cia Ltda Epp  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 244/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 244/2011 - A00

Contratada: JOEL CAVANHOLI EPP.  
C.N.P.J: 08.220.228/0001-07  
Objeto: CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.  
Valor: R\$ 97.744,80 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 209/2011 Pregão 94/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

Joel Cavanholi Epp  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 246/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 246/2011 - A00

Contratada: LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA.  
C.N.P.J: 10.385.994/0001-65  
Objeto: CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.  
Valor: R\$ 31.358,00 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 209/2011 Pregão 94/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 247/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 247/2011 - A00

Contratada:DIMATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA.

C.N.P.J: 02.191.894/0001-70

Objeto: CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.

Valor: R\$ 252.000,00 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 209/2011 Pregão 94/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.

LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA

Secretaria Municipal

Contratante

Dimatex Industria e Comercio de Confecções Ltda

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 248/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 248/2011 - A00

Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA.

C.N.P.J: 79.883.432/0001-81

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

Valor: R\$ 40.199,00 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 208/2011 Pregão 93/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.

LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA

Secretaria Municipal

Contratante

Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 249/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 249/2011 - A00

Contratada: HAYDEE DITTERT NUNES CABRAL - ME.

C.N.P.J: 01.098.455/0001-54

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

Valor: R\$ 40.976,00 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 208/2011 Pregão 93/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.

LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA

Secretaria Municipal

Contratante

Haydee Dittert Nunes Cabral - Me

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 250/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 250/2011 - A00

Contratada:COMERCIAL PREÇO BOM Z & C LTDA.

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

Valor: R\$ 42.536,00 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 208/2011 Pregão 93/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.

LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA

Secretaria Municipal

Contratante

Comercial Preço Bom Z & C Ltda

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 252/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 252/2011 - A00

Contratada: REDESORT INDÚSTRIA COMERCIO DE REDES ESPORTIVAS LTA ME.

C.N.P.J: 73.781.338/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Valor: R\$ 7.971,84 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 220/2011 Dispensa 76/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.

LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA

Secretaria Municipal

Contratante

Redesort Ind. Com. De Redes Esportivas Ltda Me

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 254/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 254/2011 - A00

Contratada:VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.

Valor: R\$ 63.403,31 Prazo: 90 dias

Fundamento: Processo nº. 218/2011 Carta Convite 29/2011

Imbituba, 29 de dezembro de 2011.

LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA

Secretaria Municipal

Contratante

Vila Nova Com. De Mat. De Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 79/2011 - A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 79/2011 - A01



Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA  
C.N.P.J: 86.431.749/0001-09  
Objeto: ACRÉSCIMO DE 5,52% (CINCO VÍRGULA CINQUENTA E DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.  
Valor: R\$ 38.311,85 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 61/2011 Pregão 44/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2011.  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

Cid G. Damiani  
Representante Legal  
Contratada

#### **Extrato: PMI SEDUCE 92/2011 - A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 92/2011 - A02

Contratada: KAC LTDA.  
C.N.P.J: 04.492.199/0001-73  
Objeto: ACRÉSCIMO DE 3,9% (TRES VIRGULA NOVENTA POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.  
Valor: R\$ 2.700,00 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão 22/2011

Imbituba, 20 de dezembro de 2011.  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

Kac Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Iomerê**

**PREFEITURA**

#### **Aditivo de Contrato**

PRIMEIRO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E O HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR - CT11FMS0017  
TA11FMS13

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Sr. ANTONINHO BALDISSERA doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 86.552.809/0003-03, com sede na Rua Coronel Fagundes, 180, Centro, Videria/SC, neste ato representado pela Sra. Raquel Travessini, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações aditar o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato CT11FMS0017, passando a vigorar até 31 de março de 2012.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 29 de dezembro de 2011.  
CONTRATANTE      CONTRATADO

Testemunhas:  
Nome:      Nome:  
CPF:      CPF:

Paulo Cesar Doré  
OAB/SC 7071

#### **Aditivo de Contrato**

PRIMEIRO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E O HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR - CT11FMS0026  
TA11FMS14

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Sr. ANTONINHO BALDISSERA doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 86.552.809/0003-03, com sede na Rua Coronel Fagundes, 180, Centro, Videria/SC, neste ato representado pela Sra. Raquel Travessini, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações aditar o Contrato CT11FMS0026, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações e de acordo com o previsto na Cláusula Sétima do Contrato acima epigrafado resolvem prorrogar o prazo de vigência, passando a vigorar até 31 de março de 2012.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 29 de dezembro de 2011.  
CONTRATANTE      CONTRATADO

Testemunhas:  
Nome:      Nome:  
CPF:      CPF:

Paulo Cesar Doré  
OAB/SC 7071

#### **Aditivo de Contrato**

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA CLINICA FERRARI S/C LTDA - CT09FMS005  
TA11FMS15

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Baldisserral, e a empresa

CLÍNICA FERRARI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.918.794/0001-90, com sede na Rua Coronel Fagundes, 70, em Videira(SC), RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, ADITAR o contrato CT09FMS005, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo Licitatório Carta Convite nº 002/2009, bem como o disposto na cláusula sétima do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 30 de abril de 2012.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT09FMS005 e seus aditivos.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 29 de dezembro de 2011.  
CONTRATANTE      CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:      Nome:

CPF:      CPF:

Paulo Cesar Doré  
OAB/SC 7071

#### Aditivo de Contrato

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ACUPUNTURA E ATENDIMENTO AMBULATORIAL DOS CASOS CLÍNICOS DE TIREOIDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CLÍNICA MEDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA - CT09FMS038  
TA11FMS16

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Baldissera, e a empresa CLÍNICA MEDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.157.075/0001-20, com sede na Rua Coronel Fagundes, na cidade de Videira (SC), RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, ADITAR o contrato CT09FMS038, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, resolvem prorrogar o prazo de vigência com Contrato acima epigrafado, que passa a ser até 30 de abril de 2012.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT09FMS038.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 29 de dezembro de 2011.  
CONTRATANTE      CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:      Nome:

CPF:      CPF:

Paulo Cesar Doré  
OAB/SC 7071

#### Aditivo de Contrato

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA - CT11FMS25  
TA11FMS17

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Baldissera, e a empresa SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA, pessoa jurídica com direito privado, sito a Rua Coronel Fagundes, Inscrição no CNPJ sob nº 04.726.830/0001-51, RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, ADITAR o contrato CT11FMS25, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e com a cláusula sétima do Contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato que passa a ser até 30 de abril de 2012.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT11FMS25.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 29 de dezembro de 2011.  
CONTRATANTE      CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:      Nome:

CPF:      CPF:

Paulo Cesar Doré  
OAB/SC 7071

Irineópolis

PREFEITURA

#### Extrato de Homologação 05/2011 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação da empresa: FAMMA Comercio de Veículos Ltda.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2011.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

## Itaiópolis

### PREFEITURA

#### ExtratoS de ContratoS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2011 PE Nº 32/2011 - OBJETO: Registro de Preços para aquisição de computadores, impressoras, acessórios de reposição e suprimentos de informática, para diversos Departamentos. Nº DO CONTRATO - CONTRATADA - VALOR - PRAZO. 111/2011, Digisystem Comércio de Máquinas e Suprimentos de Informática Ltda. ME, R\$ 6.031,40; 112/2011, Duraline Informática Ltda. EPP, R\$ 11.000,00; 113/2011, Infohard Informática Ltda. EPP, R\$ 5.048,10; 114/2011, Infotriz Comercial Ltda. EPP, R\$ 3.968,92; 115/2011, Lapsystem Comércio de Equipamentos Ltda. EPP, R\$ 1.444,20; 116/2011, Luiz Fernando Cunha Grenier ME, R\$ 590,00; 117/2011, Nelton Rubens Eduardo EPP, R\$ 25.083,60; 118/2011, Papelaria São Bento Ltda. ME, R\$ 1.104,00; 119/2011, Teell Técnica e Equipamentos para escritório Leite Ltda., R\$ 710,00; 120/2011, Top Center Eletrônica Ltda., R\$ 24.151,00; PRAZO: 01 (um) ano. Itaiópolis, 07-12-2011. Helio César Wendt Prefeito Municipal

#### Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 3º

Nº CONTRATO: 41/2011

CONTRATADA: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 160.369,54. Itaiópolis, 13/12/2011. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

#### Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 81/2011

CONTRATADA: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP  
OBJETO: Fica aditado o valor de R\$ 8.309,64 (oito mil trezentos e nove reais e sessenta e quatro centavos). Itaiópolis, 08/12/2011, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

#### Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 82/2011

CONTRATADA: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP  
OBJETO: Fica aditado o valor de R\$ 3.724,91 (três mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos). Itaiópolis, 08/12/2011, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

#### Edital de CHAMAMENTO de FORNECEDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES. A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS/Departamento de Compras e Licitações, torna público para conhecimento de todos os interessados e, de acordo com a Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores, que estará recebendo inscrições para novos fornecedores e atualização dos cadastros já existentes. Maiores informações poderão ser obtidas de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, CEP 89340-000, Itaiópolis - SC, através do E-mail licitacao@itaiopolis.sc.gov.br ou pelo fone/fax 47 652 2211, ramal 203. Itaiópolis, 02 de Janeiro de 2012. HELIO CÉSAR WENDT Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 214 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE A CONCESSÃO DE ABONO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder abono especial a título de gratificação temporária, aos ocupantes do emprego público de médico, criado pela Lei Complementar nº 145/2007, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo 1º desta Lei Complementar, será repassado aos servidores mensalmente, durante o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 e não será objeto de incorporação salarial.

Parágrafo único - O benefício não integrará a base de cálculo para fins de férias e gratificação natalina.

Art. 3º As despesas provenientes da execução da presente Lei Complementar, conforme estudo de impacto orçamentário e financeiro, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º A falta ao trabalho não justificada acarretará a perda do abono integral do mês respectivo.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 16 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### Lei Complementar Nº 215 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 215 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

"INSERE DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2007 - CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica inserido o §4º ao artigo 301 da Lei Complementar nº 134/2007 com a seguinte redação:

Art. 301

( )

§4º - Fica permitida uma variação de até 10% na largura limite do §3º do art. 301.

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 16 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Decreto Nº 3.967 de 14 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 3.967 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

EDITA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2012 PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º Fica editado o CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2011, para as repartições públicas municipais de Joaçaba-SC:

I - 01 de janeiro, domingo, confraternização universal (Feriado Nacional)

II - 20 e 21 de fevereiro, segunda e terça-feira de Carnaval (Ponto Facultativo);

III - 22 de fevereiro, quarta-feira de Cinzas (Ponto Facultativo período da manhã);

IV - 06 de abril, sexta-feira, Sexta-Feira Santa (Feriado Nacional);

V - 08 abril, domingo, Páscoa (Feriado Nacional);

VI - 21 de abril, sábado, Tiradentes (Feriado Nacional);

VII - 01 de maio, terça-feira (Feriado Nacional);

VIII - 07 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (Lei Municipal Nº 817/76);

IX - 25 de agosto, sábado, Emancipação Político-Administrativa (Feriado Municipal);

X - 07 de setembro, sexta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);

XI - 12 de outubro, sexta-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);

XII - 28 de outubro, domingo, dia do funcionário público (Lei Complementar Nº 76/03);

XIII - 02 de novembro, sexta-feira, Finados (Feriado Nacional);

XIV - 15 de novembro, quinta-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional);

XV - 24 de dezembro, segunda-feira, Véspera de Natal (Ponto Facultativo);

XVI - 25 de dezembro, terça-feira, Natal (Feriado Nacional);

XVII - 31 de dezembro, segunda-feira, Véspera de Ano Novo (Ponto Facultativo).

Parágrafo único - O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 14 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Decreto Nº 3.968 de 15 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 3.968 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

DECLARA ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA, INSTITUI SERVIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica "declarada de utilidade pública" e instituída servidão em área de terras de 555,00 m² (quinhentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizada entre a Rua Honorato Tesser e Acesso Adolfo Ziguelli, conforme planta de localização, parte integrante do presente Decreto, a ser destinada à instalação de elevatória e reservatório de água para os Bairros Anzolin e Monte Belo, obra esta a ser executada pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE.

Art. 2º Fica dispensada a apresentação de autorização do proprietário, haja vista a inexistência de titular junto ao Registro de Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 15 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Decreto Nº 3.982 de 23 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 3.982 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

"NOMEIA GRUPO GESTOR LOCAL DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo para compor o GRUPO GESTOR LOCAL DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA, o qual tem por objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social:

Gestor das Políticas de Saúde: VILMAR ZÍLIO

Gestor das Políticas de Assistência Social: WALDEMAR RONSSEM JUNIOR

Gestor das Políticas de Educação: MARILENA ZANOELLO DETONI

Coordenador do Grupo Gestor Local: WALDEMAR RONSSEM JÚNIOR

Equipe Técnica:

Secretaria de Educação:

GUILERMINA GLORI CAMPOS MATEVI

ELIANE DE SOUZA BÜTTNER

Secretaria de Saúde:

JULIANA KUSNIER

GIOVANA LORENZETTI

Departamento de Ação Social:

MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER

RÚBIA KAREN PROVENSI

Coordenadora da Equipe Técnica: MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba(SC), em 23 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício



**Extrato Alteração TP 16/2011/PMJ - PL 132/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 132/2011/PMJ  
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2011/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a RETIFICAÇÃO efetuada no Extrato do Edital de Tomada de Preços Nº 16/2011/PMJ (publicado no DOM em 26/12/2011), cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica (recapeamento) da Rua Dr. José Firmo Bernardi, Bairro Flor da Serra, neste Município":

**ONDE SE LÊ:**

"Data da abertura: Dia 12/01/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 12/01/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba".

**LEIA-SE:**

"Data da abertura: Dia 18/01/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 18/01/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba".

As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Extrato Homologação TP 13/2011/PMJ - PL 126/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 126/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba em exercício, JOVENTINO DE MARCO, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 126/2011/PMJ, - Modalidade: TP 13/2011/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma e ampliação de creche/escola infantil na Rua Severino Fuga, 204, Vila Pedrini, neste Município.

- Empresa Vencedora:

VISÃO CONSULTORIA LTDA

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 640.379,02 (seiscentos e quarenta mil, trezentos e setenta e nove reais e dois centavos)

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2011.  
JOVENTINO DE MARCO  
Prefeito em Exercício

**Extrato Homologação TP 14/2011/PMJ - PL 124/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 124/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba em exercício, JOVENTINO DE MARCO, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 124/2011/PMJ, - Modalidade: TP 14/2011/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário, para a reposição de 920,00 m² (novecentos e vinte metros quadrados) de paralelepípedos, em diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba

- Empresa Vencedora:

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 42.320,00 (quarenta e dois mil, trezentos e vinte reais)

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2011.  
JOVENTINO DE MARCO  
Prefeito em Exercício

**Extrato PP 15/2011/FAS - PL 18/2011/FAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FAS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2011/FAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011/FAS

Objeto: Contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, eletricidade, funilaria e pintura, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social, durante o exercício financeiro de 2012, podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes, até o limite de 60 meses. Data da abertura: Dia 17/01/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 17/01/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 22 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito e Gestor do FAS

**Extrato PP 39/2011/FMS - PL 49/2011/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2011/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011/FMS

Objeto: Aquisição de pneus destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 19/01/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de

Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 19/01/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 22 de dezembro de 2011.  
JOVENTINO DE MARCO  
Prefeito em exercício

VILMAR ZÍLIO  
Gestor do FMS

#### **Extrato PP 40/2011/FMS - PL 48/2011/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2011/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2011/FMS

Objeto: Aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência e genéricos), exceto os relacionados na lista básica da farmácia municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Maior desconto por item. Data da abertura: Dia 20/01/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 20/01/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 23 de dezembro de 2011.  
JOVENTINO DE MARCO  
Prefeito em exercício

VILMAR ZÍLIO  
Gestor do FMS

#### **Extrato PP 41/2011/FMS - PL 47/2011/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2011/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2011/FMS

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 18/01/2012, a partir das 17h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17h do dia 18/01/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão

Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 23 de dezembro de 2011.  
JOVENTINO DE MARCO  
Prefeito em exercício

VILMAR ZÍLIO  
Gestor do FMS

#### **Extrato PP 61/2011/PMJ - PL 131/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2011/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2011/PMJ

Objeto: Assinatura de jornal de circulação no mínimo semanal, para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Leitura (Programa Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula), de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 12.773/2003, com circulação local, regional ou estadual, que disponibilize atividades dos alunos das escolas municipais, através do Projeto Jornal na Escola, e que desenvolva atividades de capacitação para os professores, coordenadores e orientadores pedagógicos, bem como que promova a divulgação de matérias educacionais, durante o exercício financeiro de 2012. Data da abertura: Dia 18/01/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 18/01/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 22 de dezembro de 2011.  
JOVENTINO DE MARCO  
Prefeito em exercício

#### **Homologação final do resultado concurso edital 002/2011**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 02/2011 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

I - Fica homologado o resultado final do Concurso Público 02/2011 - da Fundação Municipal de Cultura e Esportes do Município de Joaçaba sendo que os candidatos classificados estão relacionados por ordem numérica de nota.

II - - Nos casos de empate, o desempate segue as normas do Edital.

PROFESSOR DE ARTES	
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS.	



PROFESSOR DE ARTES PLÁSTICAS	
DARLENE DE VARGAS RECK	5,05
FÁTIMA PRANDO	4,88
PROFESSOR DE ARTES CÊNICAS	
MARCELO CIEPELEWSKI	3,68
RODRIGO CERINO DA SILVA	3,68
NOELI LURDES DE PELLEGRIN	3,33
PROFESSOR DE MÚSICA	
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS.	
PROFESSOR DE DANÇA	
DEISE CRISTINA ALVES BOTH	4,38
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 H	
ANDERSON ANDRES	5,83
FERNANDO CASSIO ORSO ALVES	4,70
GRACIELLE FIN	4,70
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 H	
EVERTON LOCATELLI	6,28
FABIO LAZZARINI	5,93
EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS	4,73
MICHEL PETRI DALAPRIA	4,70
MARCIO ALEX CARDOSO BELARDONY	3,50

III - Este Edital entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba, SC, 23 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em Exercício

### **Homologação final do resultado do concurso público edital 001/2011**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2011 DA PREFEITURA DE JOAÇABA

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

I - Fica homologado o resultado final do Concurso Público 01/2011 - da Prefeitura de Joaçaba sendo que os candidatos classificados estão relacionados por ordem numérica de nota.

II - Para as funções de Motorista e Operador de Máquina, o resultado numérico compreende a prova escrita e a prova prática, conforme especificado no Edital.

III - Para as funções de Professor, estão relacionados por ordem numérica de nota, considerando a prova objetiva e a prova de Títulos, conforme especificado no Edital.

IV - Nos casos de empate, o desempate segue as normas do Edital.

#### **SERVIÇOS INTERNOS**

IVETE KARCH 10,00

NEUDES MARIA DE OLIVEIRA 10,00

NEREIDA DE MELLO 10,00

CRISTIANE RAMOS 10,00

ELEANDRA RIGO 10,00

LIZZIANE FLÁVIA COELHO 10,00

AMANDA AMÉLIA ANTUNES DA SILVA CIDADE 10,00

MAURILIA SANTOS ARMADA NETO 10,00

ANA PAULA DA SILVA 10,00

FABIANE CRISTINA DEITOS EMMERICH 10,00

DAIANE APARECIDA DE OLIVEIRA 10,00

CLARICE APARECIDA DUTRA 9,33

DIRLEI TEREZINHA SPAZINI TEIXEIRA 9,33

DIVA BARBOSA 9,33

ELIANE CRISTINA HILDEBRANDO DE CÓRDOVA BORBA 9,33

LUCIANA CRISTINA DE OLIVEIRA 9,33

MAGDA BARBOSA CABRAL 9,33

MAIZA MOZARA DA ROSA BUTH 9,33

MARILENE RECALCATTI DA ESPADA 9,33

MARISA MARIA BRANCO 9,33

MARISA NUNES DA SILVA 9,33

NEUSA APARECIDA CORREIA 9,33

SUSANA NATALINA DE OLIVEIRA 9,33

BELENICE ASTOLFI KUHN 8,67

CINTHIA ANA STEFANES 8,67

ELIANE GIARETTO 8,67

IRENE SALETE HOFF 8,67

IVETE STELLA 8,67

JANAINA MEDEIROS DE LIMA DA SILVA DUARTE 8,67

JUCELEINE APARECIDA DE OLIVEIRA 8,67

MONICA PATRICIA BOSSACRO SARTORI 8,67

ROSANE DE OLIVEIRA 8,67

ROSILEI BASSO QUAIATO 8,67

ROVANIA JANICE DA SILVA 8,67

SIDIRLEI DOS ANJOS 8,67

SONIRA DA SILVA 8,67

ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS 8,00

ANA ALICE SALES 8,00

ANISIA KRUG BISSANI 8,00

DAIANE ALVES 8,00

DIRLEI DE OLIVEIRA BRESSANELLI 8,00

ELISANE PIRES RIBAS 8,00

GABRIELA KAUFFMANN IGANSI 8,00

GENECI MATOS DE JESUS 8,00

GIOVANI JOSÉ MARIANO 8,00

IARA HECKER VASTRES 8,00

ILSE APARECIDA KUZNIER 8,00

IVANI DE FÁTIMA MOREIRA 8,00

IVANIR JANETE PALHANO 8,00

IVETE FELIPINI SARTORI 8,00

JULIANA PEDROSO DE ALMEIDA 8,00

LETICIA DE FATIMA GONÇALVES TIEPPO 8,00

LORENI SALETE PEREIRA MECABÔ 8,00

MARIELI DA SILVA 8,00

MARINES TAVARES DE JESUS REVERS 8,00

NATALIE CAROLINE SEIDENFUS 8,00

PRISCILA DE ARAÚJO 8,00

SOLANGELA SILVA VALENTINI RECH 8,00

VERA TRIUNFINA 8,00

ALIANI MORES RESMINI 7,33

ALISBETE CRISTINA VIEIRA MARTINS 7,33

INES TEDESCO 7,33

IVA LUIZA DA SILVA 7,33

JANAINA FERREIRA DA SILVA 7,33

MARIA TAVARES ALVES 7,33

MARILEUSI IDALINA DORIGON SIMADON 7,33

MARINEZ MACIEL DA SILVA 7,33

NEUZA ALVES VIEIRA 7,33

RITA DE KASSIA CASSUL DE MENEZES 7,33

ROSANE ANA WASSERBERG DE MELLO 7,33

VIVIANE DA SILVA 7,33

ANDRESSA BENJAMIN CARDOSO 6,67

DORILDE ANTUNES DE OLIVEIRA 6,67

ELIANA DE OLIVEIRA BARROS 6,67

ELISANGELA CRISTINE DE SOUZA MALISKA 6,67

JOSIANE SILVA 6,67

MARCIA ROSA ABATTI BORSOI 6,67

NELCI IVONETE PALHANO DAVE 6,67

ROSANE LURDES SETTI 6,67

SALETE STRAPAZZON BENEDETTI 6,67

SILVANA APARECIDA CRIPPA SGORLA 6,67

TERESINHA DE LOURDES MATTOS DE JESUS 6,67  
 THAIS DE OLIVEIRA 6,67  
 VILCE ROSSETI 6,67  
 DIRLEI MARIA TRINDADE DOS SANTOS 6,00  
 ELIZETE APARECIDA BERTOTTI MARCUS 6,00  
 JUREMA RESENDE DE LIMA 6,00  
 LÉA AMBRÓSIO ALEGRE 6,00  
 MARLENE MERLO GROTTO 6,00  
 SIRLEI TERESINHA SCHNEIDER 6,00  
 CRISTIANE BRITO DA SILVA 5,33  
 GIOVANA THAISSEN 5,33  
 NOELI BENJAMIN 5,33

SERVIÇOS EXTERNOS  
 MIGUEL SALVATORI 9,33  
 CLAUDIOMAR MARIANO 7,33

MONITOR SOCIAL  
 JAQUELINE DE MARCO 6,67  
 MARCELINO ZUFFO 5,67  
 ADRIANA MARIA PEDRETTE PAZINI 5,67  
 SHANSHALY COSTA 5,67  
 RODRIGO PEREIRA DA SILVA 5,33  
 TATIANA KRUG 5,33  
 TANIA MARIA SCHNEIDER 5,00  
 JOSELAINE DE SOUZA 5,00

PEDAGOGO  
 IVONETE DE FATIMA ANTUNES DE MORAES BADLHUK 5,50  
 ELISANGELA GONÇALVES DOS SANTOS 5,50  
 FERNANDA WARKEN 5,25  
 SONIA APARECIDA MOLIN DE ANDRADE 5,25  
 NEIDE FRANCISCA BEDIN 5,25

ATENDENTE CONSULTÓRIO DENTÁRIO  
 LILIAN VERIDIANA BOGONI 5,67  
 PATRICIA SERNAJOTTO 5,67  
 DAIANE CAROLINA MATTANA 5,33

FISIOTERAPEUTA  
 MAIRA DALSOGLIO 5,50  
 JANAINA MAROSTICA 5,25

CIRURGIÃO DENTISTA  
 MARIANA BAZOTTI 7,00  
 FABIANA CORADI 6,50  
 RODOLFO LORENÇO DA ROSA 6,50  
 JANAINA WYZYKOWSKI 6,50  
 ARIELA AUGUSTIN 6,50  
 MAIARA LAIZ MOROSINI 6,00  
 TANIA MARA CALDATTO 6,00  
 ALINE GHIDINI 5,75  
 ANDRESSA SANTANA REGINATTO 5,50  
 BRUNO RECKELBERG 5,50  
 JÉSSICA CORADI 5,50  
 ANGELA ZAGONEL 5,25  
 EDUARDO BATISTA DORNELLES 5,25  
 LEANDRA ZILIO 5,25  
 PRISCILA ANSOLIN 5,25  
 ELIANE LORINI PAES 5,00  
 GABRIELA DAMACENO 5,00  
 ROSSANA BITTENCOURT 5,00  
 SILVANA CARLA FESTUGATO HERRMANN 5,00  
 TAISE BRUNA BANDELOFF FICAGNA 5,00

PSICÓLOGO  
 SIMONE ROVER ZARPELON 6,25  
 CHAIANA LUCIANA MARIO 6,25  
 KELY FERREIRA 6,00

LUCIANE FRANK 6,00  
 ANA CATARINA ANTES 5,75  
 DELIANA DALL ORSOLETTA 5,50  
 DANIELA FOIATTO 5,25  
 LARISSA NOVELLO 5,25  
 ROSEMARA AMANCIO DAMASIO 5,25  
 VALDICLEIA APARECIDA FERREIRA 5,25  
 DANIELA SCHEUERMANN 5,00  
 ELISAMARA DAL MORO 5,00  
 GIANA PREVEDELLO OTTO 5,00

ASSISTENTE SOCIAL  
 DIEGO MAURO BAIRROS 7,25  
 JULIANA CHIAMULERA 6,50  
 ADRIANA CHIAMULERA 6,50  
 LEDA FATIMA PAZA 6,50  
 ALINE APARECIDA SCHMIDT 6,25  
 BRUNA VANESSA SCHNEIDER GASTMANN 6,00  
 GISLAINE FERREIRA COUTINHO SOARES 5,75  
 INGRID VANESSA STOCK TITON 5,75  
 EDILES DREY DE GIACOMETTI 5,75  
 SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO 5,75  
 MIRIAM GOLIN FAGUNDES 5,75  
 PATRICIA OLIVERIO DA COSTA 5,50  
 KATIUSCIA SANTIN 5,50  
 MICHELE LUCIANE TOMAZ DA SILVA TEDESCO 5,50  
 JOVIANE COLOMBELLI 5,50  
 LUCIANA CRISTINA BUSSACRO 5,50  
 ADRIANE SIGNORI 5,50  
 ELENA CASAGRANDE 5,50  
 FERNANDA SPIRONELLO 5,50  
 CIBELE KLAUMANN 5,25  
 TAIZE KEITI LOPES 5,25  
 FRANCIELE SILVA 5,25  
 CLAUDIA MARIA AMORIM 5,25  
 ALINE SOCCOL 5,25  
 MAGDA ROSANA GARBIN BARCARO 5,25  
 ANDREIA PINTO CAMPOS 5,00  
 MARCELA MACHADO 5,00  
 SAMANTHA PEDROSK 5,00  
 MARIA CELIA FERREIRA DA SILVA WEBER 5,00

FISCAL SANITARISTA  
 CAROLINA ESTER FOPPA 6,00  
 LEILA ANGÉLICA PAULI 5,75  
 JANARA PRESENDO 5,75  
 LUANA BAZZO 5,50  
 DANIELLI CONTE 5,25  
 MAYARA MARTINA ABATTI 5,00  
 THAYS SARETTA SULZBACH 5,00

FONOAUDIOLÓGO  
 CANDICE CRISTINA STUMPF 5,50  
 PATRICIA QUEIROZ SILVA 5,50

TÉCNICO EM ENFERMAGEM  
 ANA PAULA GRANDO POLETTTO 7,00  
 ROGERIO CÉSAR HORÁCIO 6,67  
 VIVIANE HECKLER 6,33  
 DIOGO SANTOS LOPES 5,67  
 LUCIANE ALBREGUINI 5,67  
 NEIVA LUCIA RIBEIRO DA SILVA 5,33  
 SILVANA BERTUSSO 5,33  
 ADRIANA CORREIA 5,00  
 CINTIA GOULART 5,00  
 DANIELI APARECIDA MACIEL DA SILVA 5,00  
 FRANCIELE FRAZÃO DA SILVA 5,00  
 JORGE ANDRE ROBAERT 5,00  
 LUCIA REGINA THOMAZ 5,00

## ENFERMEIRO

BARBARA BROLLO PICULI 7,00  
 MARIANA ZOPELETTI 7,00  
 LESIANE CRISTINA AGUSTI CARAMORI 6,75  
 ANGELA SIGNORI 6,75  
 LUISA CAVALCANTI CARNEIRO MONTEIRO 6,75  
 ELIANE LUISA BIANCHINI 6,25  
 TAILANA BAZZO 6,25  
 ANDREIZA KARCH PEREIRA 6,00  
 ELAINE GRISA 6,00  
 ELISANGELA SCHMIDT 6,00  
 EDINA SIMONE DA ROSA LUDVIG 5,75  
 ELOANA MARUA RAMOS 5,75  
 CAMILA DAIAN ROSA 5,50  
 CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO 5,50  
 GIZELE APARECIDA LOAT PEDROSO 5,50  
 MONICA EMANUELE KOPSEL 5,50  
 JAQUELINE MARGARETH SINTINGLER 5,50  
 IRENE KAMNLER 5,25  
 LEONI ROSEMERI MICHAUT 5,25  
 MARIANA DALLAGNOL 5,25  
 NADIA RUBIA HEYLMANN SELBACH 5,25  
 ANGELA AURORA ANDRIN 5,00  
 CHARLINE ZARPELON 5,00  
 CLAUDIA ROSALIA DALL AGNOL 5,00  
 JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA 5,00  
 MARILDE BISPO ANTUNES DE OLIVEIRA 5,00  
 NAIANE RIBEIRO 5,00

## MÉDICO PSQUIATRA

JASON SILVA 5,25

## MÉDICO

ALINE CORREIA 6,50  
 TALYSSA ROCKEMBACH 5,75  
 ISABEL DE CARLI BORTOLI 5,50  
 SONIA REGINA MARESCH 5,25  
 GEISA FINGER 5,00  
 SAMOEL LUIS BITTENCOURT 5,00

## MOTORISTA

RICARDO PARISENTI 8,50  
 FABIANO RODRIGO ZILIO 8,30  
 GILVANE RECH 8,25  
 GLAUCIO PERGENTINO CARSTEN DA ROSA 8,20  
 AJONIELSEN BENITES 7,95  
 RICARDO REESE PEREIRA 7,95  
 JULIANO GRISNER BISPO 7,95  
 SHALOAY COSTA 7,85  
 ALESSANDRO SLOGO 7,80  
 ARI DE SOUZA 7,80  
 DIRCEU CHIAMULERA 7,75  
 EMERSON ALVES 7,65  
 VALCIR PACHECO 7,60  
 DANIMAR ABATTI 7,50  
 EDUARDO DE MORAES 7,50  
 CASSIANO JOSÉ TAPPARO 7,45  
 CLODOMAR NATAL CASARIN 7,40  
 ORESTE FICAGNA 7,40  
 VALMOR LOURENÇO 7,40  
 IVANEIDE BATISTA DA SILVA 7,30  
 JULIO CEZAR DE BITTENCOURT 7,30  
 ROTINEI JORGE MANFROI DA SILVA 7,30  
 CLAUDINEI MASCARELLO 7,25  
 CRISTIANO BERNARDI 7,25  
 EUNICE CÁTIA BOTTEGA 7,25  
 MAURO CELSO BOTT 7,25  
 NELSON FICAGNA JUNIOR 7,25  
 CLAUDIO TOSCAN 7,20

MARCOS ANTONIO SANTOS LOPES 7,20  
 DOUGLAS MARCELO OLIVERIO RIBEIRO 7,15  
 FABIANO RIBEIRO CIDADE 7,15  
 JOÃO GUESSER 7,10  
 SÉRGIO CHAGAS VASCONCELOS 7,10  
 AGOSTINHO ROSELI CHAVES 6,90  
 MAURO DE BARBA 6,90  
 NILSON JOSÉ DA SILVA 6,90  
 MIGUEL NUNES PEREIRA 6,85  
 DIEGO RAFAEL HARWIG 6,80  
 EDERLE BONAFE 6,80  
 ALEXANDRE ZANELLA 6,75  
 EVANDRO LUIZ FACCIN 6,70  
 MARIO ANTONIO MARCON 6,70  
 KLEBER EDSON DE SÁ 6,65  
 MARCOS VINICIUS SILVEIRA 6,60  
 PEDRO DE ANDRADE DE MATOS FILHO 6,60  
 RICHARD DE BARROS 6,55  
 ERNANI CARLOS DESIDERIO 6,45  
 ARMANDO MIGUEL TERES 6,40  
 CELIO MOREIRA DE JESUS 6,40  
 EDSON RODRIGO KUHN 6,35  
 GILBERTO MIGUEL BANDELOFF 6,35  
 LUIZ ANTONIO VIEIRA 6,35  
 ALESSANDRO PEREIRA TEIXEIRA 6,25  
 CRISTIAN DA SILVA VARGAS 6,25  
 JUCEMAR CAMILO TESSER 6,25  
 NELSON THIALES DALLAPRIA 6,25  
 WALTER GUESSER 6,25  
 CELIO JOÃO DEBASTIANI 6,15  
 IVAN ISMAEL DA SILVA 6,05  
 WANDERLEI SIEIRA LOPES 6,05  
 LEONIR ANTONIO PARIZOTO 5,95  
 ALMIRO DE OLIVEIRA 5,90  
 CRISTIANO RIBEIRO DE ASSIS 5,90  
 FABIANO LUIS TIEPPO 5,90  
 FERNANDO ALVES DE LIMA 5,85  
 MARCOS RICARDO BOFF 5,85  
 AMARILDO TAVARES DE JESUS 5,75  
 EMERSON CORREA 5,75  
 RODRIGO RIBEIRO DA COSTA 5,75  
 VALMIR GALLAS 5,75  
 VILMOR HECKLER 5,75  
 EDSON NUNES DE AGUIAR 5,65  
 CLAUDIO FERNANDO BORGES DA SILVA 5,60  
 LUIS ALBERTO SACCOL 5,60  
 GILBERTO HOECKLE 5,50  
 GUIARON VALDUGA LOTTERMANN 5,50  
 RAFAEL PEREIRA TEIXEIRA 5,40  
 ROIL RODRIGUES DA SILVA 5,40  
 CRISTIANO DE BRITTO 5,35  
 NILSON DOS SANTOS 5,35  
 MARCOS ANTONIO SPINDOLA FELIZ RODRIGUES DE FREITAS 5,30  
 JOSE LUIZ SIMON PIRES 5,25  
 EMERSON MARCUS 5,20  
 SAMUEL IZOMAR DE ALMEIDA 5,20  
 FABIANO DALLA COSTA 5,15  
 FABIO BOHT 5,05  
 MARCOS KELLER 5,05  
 NOEL XAVIER DE OLIVEIRA 5,00

## OPERADOR DE MÁQUINA

MARCOS ALEXANDRE FRASSON 7,30  
 FERNANDO DA SILVA 6,85  
 JACIR BASSO 6,85  
 IVAN PASTORI 6,55  
 LEONIR FELIPPINI 6,05  
 VAGNER HECKLER HOFFELDER 5,00

## CONTADOR

SIMONE MARTINS DE JESUS NISSOLA 5,75  
 TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO  
 GABRIELA BALLESTRIN 8,00  
 EDUARDO DE CARLI BORTOLI 8,00  
 LEANDRO SARTORI 8,00  
 NAIARA KREVE 8,00  
 JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO 7,67  
 LUCIMAR CRISTINA DE LIMA 7,67  
 LUIZ FERNANDO VACCARI 7,67  
 GRAZIELLE CARON 7,67  
 TIAGO DUPONT GIUMBELLI 7,67  
 GUSTAVO HENRIQUE PERIN 7,67  
 PLINIO ROBERTO CORDAZZO 7,67  
 FRANCIANI ALICE RIZZI 7,67  
 JUCIELI ALVES DE JESUS 7,33  
 RAFAEL MARTINI VEIGA 7,33  
 JOSIANNE HEIL PITOL MAESTRI 7,33  
 RENAN ZILIO 7,33  
 RAIMUNDO MOREIRA LEITE 7,33  
 ALEXANDRE DA SILVA AZEVEDO 7,33  
 ANDRE LUIZ DRI 7,33  
 MARISTELA BRANCO DE MIRANDA 7,00  
 MAIARA MENA BARRETO LENZI 7,00  
 BARBARA BRUNA BRESSIANI CAZELLA 7,00  
 JOHNNY GEORGE OLIVEIRA DE CARVALHO 7,00  
 BRUNA PEDRINI 7,00  
 LUIZ ZARDO 7,00  
 PEDRO DORLI BELOTTO 7,00  
 AUGUSTO CESAR BECKER 7,00  
 MARIA OLÍVIA BELOTTO 7,00  
 EDCASSIO DALA COSTA 7,00  
 SUELEN FERREIRA FRANÇA 6,67  
 GUILHERME AUGUSTO TRENTIN DA SILVA 6,67  
 MARIANA BELOTO MOREIRA 6,67  
 LUCI TEREZINHA HEBERLE 6,67  
 ANA PAULA ENDERLE 6,67  
 ZULEICA DE DEUS E SILVA BROETTO 6,67  
 ALINE PIVA 6,67  
 GUILHERME ANTONIO GASPARETTO 6,67  
 MARCELLA DE MATTOS 6,67  
 DIANA APARECIDA GOTARDO 6,67  
 JAQUELINE HARTMANN COSTA 6,67  
 ELDER DEBERTOLIS 6,67  
 WILLIAM SCHMITZ GUGEL 6,67  
 TATIANA BEAL DARIVA COMIN 6,67  
 VERÔNICA ARRUDA WOLFF 6,67  
 LEILA MIRIAM GOMES 6,67  
 MARCIO ALEX CARDOSO BELARDONY 6,67  
 GREICI SUELI KRUG 6,67  
 FERNANDO AULER DE OLIVEIRA 6,67  
 ADRIANI ROSANELLI ZANIN 6,67  
 LEANDRA OMILDE COSTENARO 6,67  
 RENAN FERNANDO DE MARCO 6,67  
 EDILAINE COSTA DE SOUZA 6,33  
 PRISCILA CONTINI HAACK 6,33  
 FERNANDO BONATTO DEMBINSKI 6,33  
 JESIEL DE OLIVEIRA 6,33  
 BRUNO CIELLO PADILHA 6,33  
 FELIPE MIRANDA 6,33  
 SIDNEI JOSE GEMELLI 6,33  
 LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA 6,33  
 FERNANDA BOTTEGA 6,33  
 ANA PAULA PEREIRA 6,33  
 MARIA LUIZA PIAIA 6,33  
 DANIELA APARECIDA MATTOS 6,33  
 JEFERSON LUIZ KRUG 6,33  
 EMANUEL RICARDO DAROLD DA SILVA 6,33  
 CLIO SANTOS 6,33

GABRIELA ZUCATTI BUTTNER 6,33  
 NATHALIA COSTENARO MASCARELLO 6,33  
 TALIANE REGINA HOFF 6,33  
 ANDRE LUIS TOIGO DIESEL 6,33  
 ELSON WILLIAM DE MATOS 6,33  
 MAICON BRANCO 6,00  
 LUCIELI FERNANDA BRAGALÃO FAGUNDES 6,00  
 MURILO MARQUEZ 6,00  
 SIBELE ORSATTO 6,00  
 ADELIZE TEREZINHA FELL 6,00  
 ANA PAULA PADOVA 6,00  
 CAMILA SALARDI 6,00  
 CARLOS ALBERTO STOCKL 6,00  
 SALETE VALMÓRBIDA MARCON 6,00  
 CLAUDIA MARIEN ARNHOLD 6,00  
 FELIPE CHIAMULERA RODRIGUES DA COSTA 6,00  
 CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI 6,00  
 FELIPE JOSE FERREIRA 6,00  
 ANDRESSA SIMADON 6,00  
 MATHEUS FELIPE SURDI 6,00  
 MICHELE MORESCO 6,00  
 ANTONIO JAIRO CORREA 6,00  
 GABRIELA TEDESCO 6,00  
 CAROLINA MOLIN DE ANDRADE 6,00  
 FELIPE ZARDO DALLANORA 6,00  
 DAIANA STORTI 6,00  
 YONÁ GIULIA SANTOS 6,00  
 DIEGO TONIAL 6,00  
 ANA PAULA FRIZON 5,67  
 CAMILA GREICE HETKOWSKI 5,67  
 LAURIANE SARITA MATTE 5,67  
 MONICA BARBIERI 5,67  
 THAIS APARECIDA BALESTRO 5,67  
 AMANDA ZILIO PEREIRA 5,67  
 TATIANI CASTANHEIRO 5,67  
 TIAGO SCHNEIDER 5,67  
 ATALITA APARECIDA INACIO 5,67  
 LUCAS PAGLIARINI 5,67  
 LILIAN SCALCO 5,67  
 LUCIANE ANDREIA ROSSETTI 5,67  
 RONALDO PASINATO 5,67  
 RUTE RAMÃO 5,67  
 JANETE MOREIRA LEITE 5,67  
 TATIANE ENDERLE 5,67  
 TIAGO DA SILVA 5,67  
 ANA PAULA CUNHA 5,67  
 RONALDO ADRIANO RAMOS 5,67  
 VINICIUS SCHIRMAN MENDES 5,67  
 MARCIANA PRIGOL 5,67  
 VINICIUS RHODEN ALBUQUERQUE 5,67  
 PAMELA CRISTINA MARCON MIOTTO 5,67  
 JULIANA WIST COMINI 5,67  
 LEONARDO FRANZOI 5,67  
 TATIANE FAVERO 5,67  
 ARIANA SCURR 5,67  
 JULY LOPES GUARAGNI 5,67  
 ROSANE NUNES MOREIRA 5,67  
 ALEXANDRE MARCON 5,67  
 JANAINA ANA DONADEL VERONA 5,67  
 SCHEILA LUNARDELLI 5,67  
 ALEXANDRE DADALT 5,67  
 PAULO PHELIPE JUSCHETECHECHEN KLASMANN 5,67  
 PRISCILA DE MATTOS 5,67  
 VIVIAN EMILI FALLGATTER SILVA 5,67  
 SARAH CHRISTINA BRUGGER 5,67  
 MARCELO JUNIOR DE LIMA KOCHNAN 5,67  
 GABRIELA DEZANET 5,67  
 TAINÁ LINDNER 5,67  
 ALESSANDRA CALLAI 5,67



CIBELE GAVASSO 5,67  
 EMELLI TIEPO 5,67  
 MICHELLE BENEDETTI 5,67  
 GUILHERME FERNANDO FREYSLEBEN SILVA 5,67  
 ELINTON RICARDO SAVENHAGO 5,67  
 GABRIEL GIRARDI VIVAS FERNANDES 5,67  
 VIVIANE PEDROSO SILVA DE OLIVEIRA 5,67  
 MAIARA ANSCHAU FLORIANI 5,67  
 ALINE ADRIANA VIEIRA 5,67  
 GUILHERME BRUNO TRIQUES 5,67  
 JULIANA PALAVESINI 5,33  
 RENATA HOLETZ NAVA 5,33  
 CRISTIANE DEITOS 5,33  
 ANE CAROLINE LAND 5,33  
 GISELE MARCA 5,33  
 SARAH KATE DA SILVA 5,33  
 MICHELE CRISTIANE MARCON 5,33  
 SOLANGE FERREIRA FRANÇA JARENTCHUK 5,33  
 FABIANA AUGUSTIN 5,33  
 PATRICIA CORREA DE ALMEIDA 5,33  
 FABIULA VANZO 5,33  
 CARINA DAIANA RECALCATTI 5,33  
 LAIS CRISTINA DA SILVA AMPOLINI 5,33  
 ANDREIA DAMINI 5,33  
 GISLAINE DA SILVA 5,33  
 ALINE BARBIERI 5,33  
 JULIO CESAR DE SOUZA 5,33  
 EDUARDO PELENTIR 5,33  
 ISABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA 5,33  
 LUANA FREISLEBEM 5,33  
 LUCILENE DE FÁTIMA DOS SANTOS 5,33  
 EDUARDO HARO 5,33  
 VANUSA MASSAROLO 5,33  
 INDIANARA MARGARIDA MODESTO 5,33  
 DANIELA SOUZA 5,33  
 MARCELO ANTONIO PEREIRA TEIXEIRA 5,33  
 TATIANE DE OLIVEIRA 5,33  
 JOSIANE VOSS SANTOS LEMOS 5,33  
 JULIANA CAROLINE CALLAI 5,33  
 VINICIUS ANTONIO RAMELLA 5,33  
 BARBARA MARIA BORTOLI 5,33  
 DARIO DALL ORSOLETTA 5,33  
 CLAUDETE BUCHALI 5,33  
 GILMAR JOÃO SCHMIDT 5,33  
 CRISTIANE SEGER 5,33  
 GABRIELE MARIA PUTTON 5,33  
 LUCIANA SALETE DA CAS 5,33  
 MARISTELA LAND 5,33  
 EURICO MOREIRA RIBEIRO 5,33  
 GIULIANO PEDROSO SOUSA 5,33  
 GREYCE THAISE ROSANELLI GIACOMOZZI 5,33  
 FABIANA APARECIDA BASSO 5,33  
 SILVANA FERREIRA SARTORI 5,33  
 VANESSA CRISTINA ANDRADE 5,33  
 GISLAINE BONATTO 5,33  
 KARINA ANTONIELA CALLAI 5,33  
 GILSE PERIN FELIPINI 5,33  
 FRANCIÉLI TRIQUES 5,33  
 JAISON JOSE DA ROSA 5,33  
 JOSIANE COLOMBO 5,33  
 MARCIO LUIS RODRIGUES KEMER 5,33  
 PAULA CRISTINA HECHT 5,33  
 FERNANDA LUANE ZAMPIERI 5,33  
 FELIPE ROSEGHINI BERNARDI 5,33  
 MARIANA RODRIGUES PIRES DE MELO 5,33  
 QUELIN VACCARI 5,33  
 HELTER JUNIOR SPESSATTO 5,33  
 DIEGO CAMILO TERCENIO DA SILVA 5,33  
 ISABELA TAGTA CERVELIN ALMEIDA ADÃO 5,33

BRUNA KARLA COSTENARO PROVENCY 5,33  
 ANGELO ERNESTO COMIN 5,33  
 RODRIGO DOMINGOS DE BARROS 5,33  
 YURI ANTHOANIE RIGGHI PICCININ 5,00  
 AMANDA HEBERLE SARETTO 5,00  
 MARIÉLI FÁTIMA KATSCHOR LOPES 5,00  
 DAIANE MARTINI 5,00  
 PATRICIA ALVES DAVID 5,00  
 ANDRÉIA NAVA 5,00  
 CAREN TUANNI GEMELLI 5,00  
 MICHELE BARBOSA DE LIMA 5,00  
 MATHEUS LAZZARIS DUARTE 5,00  
 EDILAINE APARECIDA DE BARBA DE COL 5,00  
 TALITA CRISTINA SCHMITZ 5,00  
 SABRINA APARECIDA DADALT 5,00  
 CAMILA PETRY 5,00  
 ELIZANDRA DE GIACOMETTI PEGORARO 5,00  
 RAQUEL TRIUNLINA ANTUNES DA SILVA 5,00  
 JOSÉ ERNESTO BIEBERBACH 5,00  
 MARCIA APARECIDA CAVALHEIRO 5,00  
 EDUARDA BORTOLI 5,00  
 HELIMARY RECH PALAVRO 5,00  
 PATRICIA DANIELA DADALT ROSANELLI 5,00  
 FELIPE EMANUEL DA COSTA HOLLERWEGER 5,00  
 FABIANE SCHNEIDER 5,00  
 LUANA GEHM 5,00  
 ANGELO ROSANELLI NETO 5,00  
 JUSSARA MAGAINS 5,00  
 KARLA FABIANA FLORIANI 5,00  
 MAURICIO ANDOLFATTO CORREA 5,00  
 GREICY CRISTINE TONET 5,00  
 PAULO CESAR RIBAS 5,00  
 SANDRA REGINA BECHI 5,00  
 SHAIANE KONRAD BOGEO 5,00  
 VINICIUS MEYER SCHULDZ 5,00  
 EDINEIA KRUG 5,00  
 FABIANE TOPANOTTI 5,00  
 GILDETE POGERE CORADI 5,00  
 ROSANGELA RITA DE GIACOMETTI 5,00  
 JOÃO RICARDO PARODI 5,00  
 LEANDRO DE PAULA 5,00  
 RICARDO VELOSO 5,00  
 BRUNA PAOLA DE BONA 5,00  
 GABRIELA CRISTHINA JOVELIANOS MOROSO 5,00  
 ELOISA AUXILIADORA MENEGASSI CORREA 5,00  
 MATHEUS VINICIUS ROSAR 5,00  
 NAIARA TIEMI TANAKA 5,00  
 RAFAELLY DA SILVA ROSA 5,00  
 ALICE CARDOZO DE AGUIAR 5,00  
 MICHEL FRANK 5,00  
 VERLAINE GAUGER 5,00  
 FRANCIELE CORDEIRO 5,00  
 ROBSON ALVES 5,00  
 DIRLEI MELANIA STEFFANI MAIER 5,00  
 FRANCIÉLI DALRÓS 5,00  
 ALINNE JUNGES NUNES DA SILVA 5,00  
 LEANDRA OLIVERIO DOS SANTOS 5,00  
 RICARDO BORNEU DE MIRANDA 5,00  
 LUCAS TOSCAN DA SILVA 5,00  
 JESSICA VEIGA BEAL 5,00  
 ALICE COLERAUS DA ROSA 5,00

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
 LICIANE DE FÁTIMA TELLES 5,58  
 ELMA CECILIA ETGES 5,58  
 DANIELE PATRICIA PRATTO 5,40  
 JOSELANGE DE LIMA SURDI 5,05  
 MARCILENE TRENTINI UBIALLE 5,05  
 LUCIANE NITZ 4,88

FÁTIMA APARECIDA PINHEIRO 4,88  
 TERESINHA ULANOSKI DE CARVALHO 4,88  
 DANIELA BORSOI DALLA LASTA 4,70  
 LURDES CARICIMI BONFANTI 4,70  
 SIMONE SIMIONI 4,70  
 ELIANE GONÇALVES LAMPERTI 4,38  
 PATRICIA PELISSER 4,38  
 JOSIELI NATALINA GARÇA FLEMMING 4,20  
 VANICE CRISTIANE TURECK 4,20  
 FATIMA APARECIDA ANTUNES RODRIGUES 4,03  
 LILIAN BACHIN DE OLIVEIRA 4,03  
 DAIANE SCHNEIDER 3,85  
 FLAVIA REGINA COLUSSO 3,68  
 KÁSSIA FERNANDA CALLAI 3,68  
 ADELIA ALVES DA CRUZ 3,50  
 ANDREA MARONI BARBIERI 3,50  
 CARLA APARECIDA MODESTO BALESTRIN 3,50  
 CARLA DYLCILEIA JACQUELINE PEREIRA DA SILVA 3,50  
 EDINA BELINI BALBINOTTI ANDRADE 3,50  
 LILIANE APARECIDA VALDUGA KRUG 3,50

PROFESSOR DE 1º A 5º ANO  
 SANDRA SCHINDLER 6,10  
 DENISE DALLA LANA LAZAROTTO 5,75  
 LIANE ORSATO PEROSA 5,75  
 JOSIANE DE OLIVEIRA CARPEGGIANI 5,23  
 QUELI CRISTINA BITTENCOURT ZANELLA 5,05  
 MARIVETE PIRES 5,05  
 ELIETE CHIAMULERA ABATTI 4,88  
 FABIANA DE FÁTIMA ROSSA 4,88  
 LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO 4,73  
 ANA PIOVESAN 4,55  
 CAMILA HOFFELDER 4,55  
 MICHELE DEOLA 4,55  
 ANGELA HERICKS 4,38  
 SONILEI APARECIDA PERONI GUARDA 4,38  
 DIELE TRINDADE 4,20  
 IVANETE GASPARINI 4,20  
 LAIZ DA SILVA LEBKUCHEN 4,20  
 SILVANA MARIA MUSSULINE 3,85  
 ROSELY DA COSTA HOFF 3,68  
 SONIA MARIA LOPES 3,68  
 ADRIANA MARIA DA SILVA XAVIER BERNARDI 3,50  
 ALINI ALVES CABRAL 3,50  
 LUCIANA DE OLIVEIRA 3,50  
 MARCIA SOLANGE DE BARBA VERGANI 3,50

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
 FÁBIO LAZZARINI 5,58  
 WILSON JOE MULLER 5,40  
 ANDERSON CRISTIANO DA SILVA 5,23  
 MICHEL PETRI DALAPRIA 5,05  
 EVERTON MARTINI 5,05  
 VIVIANE CARINE BRUNETTO MACHADO 5,05  
 RONIE RODRIGO URNAU 4,90  
 ANA PAULA VANZ 4,70  
 JOSÉ ANTONIO DA CRUZ 4,70  
 DEISE CRISTINA ALVES BOTH 4,38  
 ALEXANDRE AUGUSTO VIDY ROESLER 4,20  
 ANDREIA MARIA BERNARDT 4,03  
 EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS 4,03  
 JULIO PASQUAL RIGO 3,85  
 VANIA MARIA ALVES 3,85  
 CLARICE DE FÁTIMA CHRISTOFOLLI SCHMAUTZ 3,68  
 CLAUDIA TEREZINHA ZAMPIERI 3,68

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA  
 JACKLIANE PELLEGRINI 6,70  
 FABIOLA BEAL PIOVESAN 4,88

NADIA TEREZINHA NERIS ZUQUELLO 4,70  
 GIOVANA PATRICIA BIZINELLA 4,55  
 ÂNEDRE ROSSI 3,85

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA  
 DANIEL NAZARE CARVALHO DA CONCEIÇÃO 4,73  
 LICIANE OLIVEIRA DOS SANTOS 4,20  
 ANA PAULA MELEGARI 4,03  
 FABIANO LUIZ BONATO 4,03  
 FERNANDA LOURENÇO DE ALMEIDA 3,85  
 ROSANGELA HACKBART 3,50

PROFESSOR DE MATEMÁTICA  
 WILKERSON SILVA PEREIRA DIERSMANN 6,10  
 ROSANGELA DURIGON CERONI 5,40  
 CLAITON LUIZ SOUZA PINTO 4,38  
 VIVIANE ROBERTA APARECIDA GOMES 3,85  
 PATRICIA DE DEUS E SILVA 3,85  
 CRISTIANE TURRA 3,68  
 SANDRA DE FÁTIMA TREVIZAN 3,68

PROFESSOR DE ARTES  
 RODRIGO CERINO DA SILVA 3,50

PROFESSOR DE INFORMÁTICA  
 HABNER FABRICIO BOESING 4,90  
 JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG 4,88  
 VIVIANE CIBELE XAVIER DA SILVA 3,85  
 NAIARA CRISTINA KREMER 3,85

CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO  
 DIOGO ARRUDA WOLFF 7,00

V - Este Edital entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba, SC, 23 de dezembro de 2011.  
 JOVENTINO DE MARCO  
 Prefeito em Exercício

### **Termo de prorrogação inscrições teste seletivo Secretaria de Saúde**

1º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Complementar Municipal nr. 97/2005, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, torna público que serão prorrogadas as inscrições e, por consequência, o cronograma de datas relativas à realização de PROCESSO SELETIVO para contratação de servidores em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba - SC, conforme segue.

I.1 Ficam prorrogadas as inscrições para todos os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo nº. 06/2011, pelo período de 02 a 13 de janeiro de 2012.

1.2 Fica alterado o cronograma das datas constante no Anexo III do referido Edital, conforme segue:

3. PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 15/12/2011 à 13/01/2012.

4. DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS: 16/01/2012.

5. RECURSO QUANTO ÀS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS: 17 e 18/01/2012.

6. HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES: 19/01/2012.

7. REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 22/01/2012 em local e horário a



serem informados na ocasião da homologação das inscrições.  
8. DIVULGAÇÃO DO GABARITO PROVISÓRIO E DAS PROVAS: 23/01/2012.  
9. RECURSOS QUANTO A QUESTÕES DA PROVA: 24 e 25/01/2012.  
10. DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL E DA CLASSIFICAÇÃO: 27/01/2012.  
11. RECURSOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO: 30 e 31/01/2012.  
12. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO APÓS RECURSOS: 31/01/2012.

1.3 Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Edital de Processo Seletivo nr. 06/2011.

Joaçaba, SC, 02 de janeiro de 2012.  
JOVENTINO DE MARCO  
Prefeito em Exercício

**Lages**

**PREFEITURA**

#### **Resultado PE 29-2011 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2011 - SMS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITAS), AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDOR: RESTAURANTE E PASTELARIA MULTISABORES LTDA. ME  
VALOR: R\$ 224.100,00

Lages, 02 de janeiro de 2012.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

#### **Resultado PE 32-2011 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2011 - SMS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA, MANGUEIRAS, BRACADEIRAS, VÁLVULAS E CASCOS PARA USO NOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDORES:  
- CIA ULTRAGÁZ S/A  
VALOR: R\$ 4.950,00

- NILCE GENTILIA TESSER PARIZOTTO GÁS GLP.  
VALOR: R\$ 5.203,00

Lages, 02 de janeiro de 2012.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

#### **Resultado PP 27-2011 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2011 - SMS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E APARELHOS DE AR CONDICIONADOS, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NOS SETORES E UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDOR: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. ME.  
VALOR: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Lages, 02 de janeiro de 2012.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

**Lauro Muller**

**PREFEITURA**

#### **Aviso de Licitação**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº 02/2012

Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS 2/2012  
Tipo: Menor Preço por Item  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Abertura às 10h00m do dia 18 de janeiro de 2012.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:  
Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 04 de janeiro de 2011.  
RENATO CITADIN  
Comissão Permanente de Licitação

#### **Aviso de Licitação**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº 4/2012

Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS 4/2012  
Tipo: Menor Preço por Item.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

Abertura para às 08h00m do dia 18 de janeiro de 2012.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 4 de janeiro de 2012  
RENATO CITADIN  
Comissão Permanente De Licitação

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Revogação de Leilão Público Nº 001/2012

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Divisão de Licitações e Compras  
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2012.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2012.  
REVOGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO

TIPO: Maior Lance (por lote) Objeto: Leilão Público para alienação de bens móveis inservíveis, abaixo descrito: LOTE 01: 01 GOL 1.0 GIV/VW, ano 2008, modelo 2009, cor branca, placas MEV 1524, chassi 9BWAA05W79POO3695, registrado no patrimônio público municipal sob nº 4322. LANCE INICIAL R\$ 5.500,00. LOTE 02: 01 DOBLO EX/FIAT, ano/modelo 2005, cor branca, placas MDE 6406, chassi 9BD11995851028614, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3742. LANCE INICIAL R\$ 7.800,00. LOTE 03: 01 UNO MILLE FIRE FLEX/FIAT, ano 2005, modelo 2006, cor branca, placas MDE 6336, chassi 9BD15822764731312, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3539. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LEGISLAÇÃO: Art. 49 da Lei 8.666/93. O Secretário Municipal da Saúde decide revogar o Leilão Público, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. Leoberto Leal/SC, em 03/01/2012. VITOR NORBERTO ALVES - Secretário Municipal da Saúde.

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto N.º 2218/2012

DECRETO N.º 2218/2012, DE 02 DE JANEIRO DE 2012  
NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

- I. Edison Domingos Giron, como Presidente;
- II. Marcelo Diogo Colossi, como Vice-Presidente;
- III. Antônio Carlos Vicente, como Secretário;
- IV. Janaina Dalla Vechia, como membro;
- V. Diego Frare, membro;
- VI. Josemar Tecchio, membro;

- VII. Loiri Rech, membro;
- VIII. Geneci Dellai Mingotti, membro;
- IX. Jucie Gugel, membro;
- X. Marciane Agustini, membro;
- XI. Noemisa Weber, membro;
- XII. Orvane Gherke Zanatta, membro;
- XIII. Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz, membro.

Art. 2º A Atuação da Comissão Permanente de Licitações, suas atribuições e impedimentos são os definidos no art. 6º, XVI, com o artigo 9º, § 4º e com o art. 51, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os integrantes da Comissão não terão direito a qualquer remuneração, vantagem pecuniária ou gratificação, pelo desempenho do presente mandato, por se tratar de serviços de relevante interesse público.

Art. 4º Na ausência do Presidente o certame licitatório será presidido pelo Vice-presidente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 2090/2011, de 03 de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.  
Em 02 de janeiro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON  
Auxiliar de Técnico

#### Decreto N.º 2219/2012

DECRETO N.º 2219/2012, DE 02 DE JANEIRO DE 2012  
DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; c/c Lei 10.520;

#### DECRETA

Art. 1º Ficam designados Pregoeiros, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, conforme abaixo:

- I - Marcelo Colossi
- II - Leonardo Junior Cavallier
- III - Edison Domingos Giron

Art. 2º Fica designada Equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, conforme abaixo:

- I. Janaina Dalla Vechia;
- II. Diego Frare;
- III. Antônio Carlos Vicente;
- IV. Josemar Tecchio;
- V. Loiri Rech;
- VI. Geneci Dellai Mingotti;
- VII. Jucie Gugel;
- VIII. Noemisa Weber;
- IX. Marciane Agustini;
- X. Orvane Gherke Zanatta;

XI. Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz.

Art. 3º Os Pregoeiros, que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a Equipe de Apoio.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 2091/2011 de 03 de janeiro de 2011 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.  
Em 02 de janeiro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON  
Auxiliar de Técnico

### **Pregão Presencial 01/2012**

UNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema registro de preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para possível aquisição de brita, areia industrial, arenito e pedrisco, no dia 18 de janeiro de 2012, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 03 de janeiro de 2012.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal.

**Luzerna**

**PREFEITURA**

### **Decreto 1435**

REPUBLICADO

DECRETO Nº 1435 de 19 de dezembro de 2011.

"ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00,

DECRETA:

Art.1º- Para cumprimento das disposições dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidos conforme Demonstrativos, peças integrantes deste Decreto, o Desdobramento das Receitas em Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de

Execução Mensal de Desembolso, do Município de Luzerna, para o exercício financeiro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**Decreto 1435, de 19 de dezembro de 2011**

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2012**

**Art. 8º, Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000**

**CONSOLIDADO**

<b>Fundos Especiais</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Totais</b>
<b>FMAS</b>	12.500,00	12.500,00	12.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	14.000,00	14.000,00	16.000,00	16.000,00	22.000,00	20.940,00	180.940,00
<b>FMS</b>	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	127.000,00	127.000,00	127.000,00	127.000,00	127.000,00	140.000,00	134.883,00	1.534.883,00
<b>FMDCA</b>	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	98.400,00
<b>CML</b>	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,63	500.000,00
<b>Totais</b>	<b>187.366,67</b>	<b>187.366,67</b>	<b>187.366,67</b>	<b>188.366,67</b>	<b>188.366,67</b>	<b>190.366,67</b>	<b>190.866,67</b>	<b>190.866,67</b>	<b>192.866,67</b>	<b>192.866,67</b>	<b>211.866,67</b>	<b>205.689,63</b>	<b>2.314,223,00</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011**

**Norival Fiorin  
Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo  
Contadora CRC/SC 20394/0-8**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2012**  
**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**  
**CONSOLIDADO**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	<b>963.128,50</b>	<b>973.722,50</b>	<b>1.071.919,50</b>	<b>1.010.937,50</b>	<b>1.006.787,50</b>	<b>1.016.037,50</b>	<b>1.023.907,50</b>	<b>1.032.177,50</b>	<b>1.019.497,50</b>	<b>1.054.332,50</b>	<b>1.086.817,50</b>	<b>1.067.944,50</b>	<b>12.327.210,00</b>
Receita Tributária	96.416,00	96.416,00	156.416,00	103.416,00	96.416,00	96.416,00	101.416,00	101.416,00	91.416,00	91.416,00	118.916,00	101.604,00	1.251.680,00
Receita de Contribuição	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	276.000,00
Receita Patrimonial	15.251,50	15.251,50	16.251,50	16.451,50	16.951,50	17.951,50	18.151,50	18.451,50	19.151,50	20.251,50	20.551,50	25.093,50	219.760,00
Receita de Serviços	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.730,00	67.660,00
Transferências Correntes	809.796,00	819.890,00	856.987,00	848.405,00	850.555,00	858.005,00	859.775,00	867.145,00	862.265,00	895.800,00	901.685,00	892.902,00	10.323.210,00
Outras Receitas Correntes	13.035,00	13.535,00	13.635,00	14.035,00	14.235,00	15.035,00	15.935,00	16.535,00	18.035,00	18.235,00	17.035,00	19.615,00	188.900,00
Transf. Instituições Privadas													
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.075,00</b>	<b>72.790,00</b>
Operações de Crédito													
Alienação de Bens	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.075,00	72.790,00
<b>TOTAIS</b>	<b>969.193,50</b>	<b>979.787,50</b>	<b>1.077.984,50</b>	<b>1.017.002,50</b>	<b>1.012.852,50</b>	<b>1.022.102,50</b>	<b>1.029.972,50</b>	<b>1.038.242,50</b>	<b>1.025.562,50</b>	<b>1.060.397,50</b>	<b>1.092.882,50</b>	<b>1.074.019,50</b>	<b>12.400.000,00</b>

Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011

**Norival Fiorin**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012**  
**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**  
**CONSOLIDADO**

<b>Títulos</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Totais</b>
Gabinete do Prefeito	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	20.000,00	20.000,00	24.000,00	35.000,00	24.000,00	241.000,00
Gabinete do Vice-Prefeito	5.500,00	5.500,00	6.000,00	6.000,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	8.000,00	6.400,00	76.400,00
Assessoria Jurídica	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.500,00	12.500,00	12.500,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	13.000,00	17.000,00	13.500,00	150.000,00
Assessoria de Planejamento	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	7.000,00	8.000,00	5.000,00	73.600,00
Secretaria da Fazenda e Administração	90.000,00	90.000,00	90.000,00	100.000,00	115.000,00	115.000,00	110.000,00	115.000,00	130.000,00	133.900,00	155.000,00	130.000,00	1.373.900,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	350,00	150,00	150,00	150,00	150,00	2.000,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	293.400,00	301.300,00	302.400,00	315.500,00	302.460,00	301.300,00	308.700,00	305.400,00	326.200,00	328.750,00	421.890,00	362.500,00	3.869.800,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	45.900,00	46.600,00	46.900,00	47.800,00	51.900,00	52.300,00	51.200,00	54.350,00	52.950,00	58.500,00	62.800,00	63.600,00	634.800,00
Assessoria da Indústria e Comércio	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	25.900,00	22.000,00	245.900,00
Secretaria de Obras e Serviços	200.000,00	202.000,00	216.000,00	215.600,00	225.000,00	222.200,00	219.400,00	221.300,00	217.400,00	225.150,00	288.700,00	249.950,00	2.702.700,00
Reserva de Contingência													
<b>Soma</b>	<b>685.150,00</b>	<b>695.750,00</b>	<b>711.650,00</b>	<b>736.050,00</b>	<b>758.010,00</b>	<b>754.450,00</b>	<b>752.450,00</b>	<b>763.400,00</b>	<b>794.700,00</b>	<b>818.950,00</b>	<b>1.022.440,00</b>	<b>877.100,00</b>	<b>9.370.100,00</b>
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	13.150,00	13.160,00	13.520,00	13.670,00	14.110,00	14.540,00	14.650,00	14.980,00	15.010,00	16.230,00	33.260,00	27.420,00	203.700,00
Fundo Municipal de Saúde - FMS	166.300,00	177.250,00	169.300,00	175.420,00	171.340,00	175.610,00	176.830,00	178.900,00	155.700,00	180.000,00	262.250,00	185.000,00	2.173.900,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	9.000,00	9.500,00	9.600,00	9.600,00	10.000,00	10.500,00	10.800,00	10.950,00	10.990,00	11.051,00	11.200,00	19.409,00	132.600,00
Câmara Municipal de Vereadores	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	500.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>915.266,67</b>	<b>937.326,67</b>	<b>945.736,67</b>	<b>976.406,67</b>	<b>995.126,67</b>	<b>996.766,67</b>	<b>996.396,67</b>	<b>1.009.896,67</b>	<b>1.018.066,67</b>	<b>1.067.897,67</b>	<b>1.370.816,67</b>	<b>1.150.595,63</b>	<b>12.400.000,00</b>

Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011

**Norival Fiorin**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2012**  
**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>904.441,00</b>	<b>915.035,00</b>	<b>1.013.232,00</b>	<b>952.250,00</b>	<b>948.100,00</b>	<b>957.350,00</b>	<b>965.220,00</b>	<b>973.490,00</b>	<b>960.810,00</b>	<b>995.645,00</b>	<b>1.028.130,00</b>	<b>1.009.230,00</b>	<b>11.622.933,00</b>
Receita Tributária	95.000,00	95.000,00	155.000,00	102.000,00	95.000,00	95.000,00	100.000,00	100.000,00	90.000,00	90.000,00	117.500,00	100.180,00	1.234.680,00
Receita de Contribuição	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	276.000,00
Receita Patrimonial	12.600,00	12.600,00	13.600,00	13.800,00	14.300,00	15.300,00	15.500,00	15.800,00	16.500,00	17.600,00	17.900,00	22.440,00	187.940,00
Receita de Serviços	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.630,00	5.730,00	67.660,00
Transferências Correntes	755.211,00	765.305,00	802.402,00	793.820,00	795.970,00	803.420,00	805.190,00	812.560,00	807.680,00	841.215,00	847.100,00	838.307,00	9.668.180,00
Outras Receitas Correntes	13.000,00	13.500,00	13.600,00	14.000,00	14.200,00	15.000,00	15.900,00	16.500,00	18.000,00	18.200,00	17.000,00	19.573,00	188.473,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.065,00</b>	<b>6.075,00</b>	<b>72.790,00</b>
Alienação de Bens	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.065,00	6.075,00	72.790,00
<b>TOTAIS</b>	<b>910.506,00</b>	<b>921.100,00</b>	<b>1.019.297,00</b>	<b>958.315,00</b>	<b>954.165,00</b>	<b>963.415,00</b>	<b>971.285,00</b>	<b>979.555,00</b>	<b>966.875,00</b>	<b>1.001.710,00</b>	<b>1.034.195,00</b>	<b>1.015.305,00</b>	<b>11.695.723,00</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011**

**Norival Fiorin**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012**  
**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

<b>Títulos</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Totais</b>
Gabinete do Prefeito	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	20.000,00	20.000,00	24.000,00	35.000,00	24.000,00	241.000,00
Gabinete do Vice-Prefeito	5.500,00	5.500,00	6.000,00	6.000,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	8.000,00	6.400,00	76.400,00
Assessoria Jurídica	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.500,00	12.500,00	12.500,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	13.000,00	17.000,00	13.500,00	150.000,00
Assessoria de Planejamento	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	7.000,00	8.000,00	5.000,00	73.600,00
Secretaria da Fazenda e Administração	90.000,00	90.000,00	90.000,00	100.000,00	115.000,00	115.000,00	110.000,00	115.000,00	130.000,00	133.900,00	155.000,00	130.000,00	1.373.900,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	350,00	150,00	150,00	150,00	150,00	2.000,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	293.400,00	301.300,00	302.400,00	315.500,00	302.460,00	301.300,00	308.700,00	305.400,00	326.200,00	328.750,00	421.890,00	362.500,00	3.869.800,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	45.900,00	46.600,00	46.900,00	47.800,00	51.900,00	52.300,00	51.200,00	54.350,00	52.950,00	58.500,00	62.800,00	63.600,00	634.800,00
Assessoria da Indústria e Comércio	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	25.900,00	22.000,00	245.900,00
Secretaria de Obras e Serviços	200.000,00	202.000,00	216.000,00	215.600,00	225.000,00	222.200,00	219.400,00	221.300,00	217.400,00	225.150,00	288.700,00	249.950,00	2.702.700,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>685.150,00</b>	<b>695.750,00</b>	<b>711.650,00</b>	<b>736.050,00</b>	<b>758.010,00</b>	<b>754.450,00</b>	<b>752.450,00</b>	<b>763.400,00</b>	<b>794.700,00</b>	<b>818.950,00</b>	<b>1.022.440,00</b>	<b>877.100,00</b>	<b>9.381.500,00</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011**

**Norival Fiorin**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2012**  
**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.750,00	53.767,00	645.017,00
Receita Tributária	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.424,00	17.000,00
Receita de Contribuição													
Receita Patrimonial	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.504,00	2.506,00	30.050,00
Transf. Correntes	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	49.795,00	597.540,00
Outras Receitas Correntes	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	42,00	427,00
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.750,00</b>	<b>53.767,00</b>	<b>645.017,00</b>
Transferências Financeiras	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	127.000,00	127.000,00	127.000,00	127.000,00	127.000,00	140.000,00	134.883,00	1.534.883,00
<b>TOTAIS</b>	<b>178.750,00</b>	<b>178.750,00</b>	<b>178.750,00</b>	<b>178.750,00</b>	<b>178.750,00</b>	<b>180.750,00</b>	<b>180.750,00</b>	<b>180.750,00</b>	<b>180.750,00</b>	<b>180.750,00</b>	<b>193.750,00</b>	<b>188.650,00</b>	<b>2.179.900,00</b>

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012**  
**Art. 8º, Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal de Saúde FMS	166.300,00	177.250,00	169.300,00	175.420,00	171.340,00	175.610,00	176.830,00	178.900,00	155.700,00	180.000,00	262.250,00	185.000,00	2.173.900,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b>166.300,00</b>	<b>177.250,00</b>	<b>169.300,00</b>	<b>175.420,00</b>	<b>171.340,00</b>	<b>175.610,00</b>	<b>176.830,00</b>	<b>178.900,00</b>	<b>155.700,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>262.250,00</b>	<b>185.000,00</b>	<b>2.179.900,00</b>

Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011

Norival Fiorin  
 Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo  
 Contadora CRC/SC 20394/0-8



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2012**

**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	47.331,00	47.331,00	48.391,00	48.391,00	47.391,00	46.991,00	46.781,00	46.781,00	46.671,00	48.521,00	48.524,00	46.459,00	569.563,00
RECEITAS CORRENTES	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.998,50	23.960,00
Receita Patrimonial	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	1.470,00
Transf. Correntes	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.874,00	1.876,00	22.490,00
Receita de Serviços													
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.996,50	1.998,50	23.960,00
Transferências Financeiras	12.500,00	12.500,00	12.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	14.000,00	14.000,00	16.000,00	16.000,00	22.000,00	20.940,00	180.940,00
											25.000,00	22.938,50	
<b>TOTAIS</b>	<b>14.496,50</b>	<b>14.496,50</b>	<b>14.496,50</b>	<b>15.496,50</b>	<b>15.496,50</b>	<b>15.496,50</b>	<b>15.996,50</b>	<b>15.996,50</b>	<b>17.996,50</b>	<b>17.996,50</b>	<b>23.996,50</b>	<b>22.938,50</b>	<b>204.900,00</b>

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012**

**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	13.150,00	13.160,00	13.520,00	13.670,00	14.110,00	14.540,00	14.650,00	14.980,00	15.010,00	16.230,00	33.260,00	27.420,00	203.700,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
<b>TOTAIS</b>	<b>13.150,00</b>	<b>13.160,00</b>	<b>13.520,00</b>	<b>13.670,00</b>	<b>14.110,00</b>	<b>14.540,00</b>	<b>14.650,00</b>	<b>14.980,00</b>	<b>15.010,00</b>	<b>16.230,00</b>	<b>33.260,00</b>	<b>27.420,00</b>	<b>204.900,00</b>

Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011

**Norival Fiorin**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2012  
Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.941,00	2.949,00	35.300,00
Receita Patrimonial	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	300,00
Transf. de Instituições Privadas	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.924,00	35.000,00
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.941,00</b>	<b>2.949,00</b>	<b>35.300,00</b>
Transferências Financeiras	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	98.400,00
<b>TOTAIS</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.141,00</b>	<b>11.149,00</b>	<b>133.700,00</b>

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012  
Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	9.000,00	9.500,00	9.600,00	9.600,00	10.000,00	10.500,00	10.800,00	10.950,00	10.990,00	11.051,00	11.200,00	19.409,00	132.600,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
<b>TOTAIS</b>	<b>9.000,00</b>	<b>9.500,00</b>	<b>9.600,00</b>	<b>9.600,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.500,00</b>	<b>10.800,00</b>	<b>10.950,00</b>	<b>10.990,00</b>	<b>11.051,00</b>	<b>11.200,00</b>	<b>19.409,00</b>	<b>133.700,00</b>

Prefeitura Municipal de Luzerna, 19 de dezembro de 2011

**Norival Fiorin**  
Prefeito Municipal

**Maria Inês Dallolmo**  
Contadora CRC/SC 20394/0-8

**Decreto 1438**

DECRETO Nº 1438 de 29 de dezembro de 2011.

**"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA"**

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC) em exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 19 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 57.950,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta reais) em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até 29 de dezembro de 2011, na Fonte 00 - Recursos Ordinários e na Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 27.550,00

Fonte 01.02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 30.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01.02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 400,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 57.950,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

**Decreto 1440**

DECRETO Nº 1440 de 29 de dezembro de 2011.

**"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE LUZERNA(SC), na forma do art. 3º da Lei nº 601 de 04.08.2005, ficando assim constituído:

**REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL**

I - Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

HELGA SCHUMACHER MAZZARINO - Titular

NEUSA ARENHART - Suplente

II - Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

VALI CAROLINA SPIER - Titular

CHEILA PEGORARO - Suplente

III - Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

FERNANDO NAVA - Titular

DOUGLAS RODRIGUES TRIQUES - Suplente

**REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**

I - Representantes da Pastoral da Criança

ELISA APARECIDA PATZLAFF - Titular

SANDRA REGINA STOCCO TOALDO - Suplente

II - Representantes das APP's

SILVANA TREVISOL GAB - Titular

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS - Suplente

III - Representantes da Cruz Vermelha

EDIR BEAL - Titular

ELITA MARIA SCHAEDLER - Suplente

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

**Decreto 1442**

DECRETO Nº 1442 de 29 de dezembro de 2011.

**"DELEGA RESPONSABILIDADE À GEORGE ALMEIDA ME (APRENDER.COM) PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 001/12 e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica DELEGADA à GEORGE ALMEIDA ME (APRENDER.COM) a responsabilidade pela elaboração, aplicação, correção e avaliação de provas, julgamento de eventuais recursos decorrentes das provas e divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo, Edital nº 001/2012.

Parágrafo Único - A GEORGE ALMEIDA ME (APRENDER.COM) poderá contar com o auxílio de bancas suplementares sob a supervisão da COMISSÃO ESPECIAL do PROCESSO SELETIVO.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

**Portaria 001/12**

PORTARIA Nº 001/12 de 02 de janeiro de 2012.

**"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 001/2012"**

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO ESPECIAL do PROCESSO SELETIVO que trata o Edital nº 001/2012, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a Presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

1. CRISTINA KULL - Presidente

2. LILIANE FISCHER - membro

3. ANA MARIA COZZA - membro



Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2012.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2012.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

**Extrato Homologação convite pml.017.2011 - SOFTWARE**  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Convite nº 017/2011

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0087/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite
- Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação e licença de uso de softwares, com acesso simultâneo de usuários da Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, que atenda as especificações técnicas e serviços descritos.
- Empresa(s) Vencedora(s): CPL ASSES E DESENVOLVIMENTO LTDA
- Valor total: R\$ 66.876,00

Luzerna (SC), 29 de dezembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito de Luzerna

**Extrato de Contrato Nº: pml.001.10 - Sexto Termo Aditivo**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.001.10 - Sexto Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA  
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do contrato pml.001.10, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2011 para 31 de dezembro de 2012, conseqüentemente, também alterando a Cláusula Oitava.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI  
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA  
CONTRATADA

**Extrato de Contrato Nº: pml.025.11 - Rescisão do Primeiro Termo Aditivo**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.025.11 - Rescisão do Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA  
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, rescindir o 1º Termo Aditivo ao contrato pml.025.11.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

EITOR HOPPEN  
EMP.JOACABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA  
CONTRATADA

**Edital de Processo Seletivo Nº 001/2012 de 04 de janeiro de 2012.**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012 de 04 de janeiro de 2012.

"ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROVAS PARA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA".

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público e formação de cadastro de reserva no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna, o Município estabelece normas para a realização de Processo Seletivo de Provas, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da GEORGEO ALMEIDA ME - (APRENDER.COM) da cidade de Joaçaba (SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário das vagas constantes do Anexo I parte integrante deste Edital e formação de cadastro de reserva.

**II - DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições serão realizadas no período compreendido entre 04 à 18 de Janeiro de 2012, na Prefeitura Municipal de Luzerna, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos empregos constantes no Anexo I deste Edital.

2.4. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.4.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.4.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.4.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.4.4. Ser portador de CPF válido;

2.4.5. Gozar de boa saúde;

2.4.6. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da

assinatura de regular termo de declaração;

2.4.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.4.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.4.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.5. Será cobrada taxa de inscrição dos candidatos no valor de:

Emprego	Valor Inscrição
Médico Pediatra	R\$ 100,00
Médico Generalista	R\$ 100,00
Psicólogo	R\$ 50,00
Odontólogo	R\$ 70,00
Auxiliar de Odontologia	R\$ 20,00
Atendente de Farmácia	R\$ 20,00

2.6. O candidato deverá realizar o depósito diretamente na Conta nº 30100-0, Agência 5450-X - Banco do Brasil de Luzerna, do valor referente ao emprego pretendido.

2.7. A inscrição somente poderá ser realizada mediante apresentação do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, acompanhada do RG e CPF.

2.8. Às inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato.

2.9. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.10. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.11. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.12. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do emprego/função descrito no Anexo I, deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para contratação do candidato.

2.13. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.14. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.15. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.16. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.17. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do Processo Seletivo por conveniência da Administração Pública.

2.18. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

2.19. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

### III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo.

3.2. Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4.º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.3. Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante do Requerimento de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.4. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

3.5. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do emprego.

3.6. O candidato portador de necessidades especiais, no ato da inscrição, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do emprego pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, na Prefeitura Municipal, até às 17h00min do dia 18 de Janeiro 2012, impreterivelmente.

3.6.1. Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.6.2. O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Luzerna, que verificará a existência da deficiência declarada no Requerimento de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do emprego.

3.7. O candidato portador de necessidades especiais participará deste processo seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.

3.9. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.10. A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

3.11. Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

### IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV deste Edital e estarão disponíveis no Mural Público da Prefeitura Municipal e na internet, nos endereços eletrônicos [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) e/ou [www.aprendersc.com.br](http://www.aprendersc.com.br).

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

### V - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

**VI - DAS PROVAS**

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará de prova objetiva de conhecimentos para todos os empregos.

6.2. Todos os candidatos deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme o cronograma constante do Anexo IV deste Edital, sendo que as provas não poderão ser realizadas individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital ou em suas alterações posteriores.

6.3. As provas escritas serão realizadas no Seminário São João Batista, sito à Rua Frei João, 601, Luzerna(SC), dia 29 de Janeiro de 2012, com início às 08:00 horas.

6.3.1. Os candidatos deverão estar no local das provas com antecedência mínima de quarenta e cinco (45) minutos em relação ao início da mesma, sendo vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.4. As provas escritas serão realizadas em etapa única de três (3) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.5. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

6.5.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.5.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.5.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.5.4. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.5.5. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.6. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.7. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.8. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no processo seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.9. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.10. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma (1) hora de seu início.

6.11. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão - resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.12. Todos os cartões respostas serão rubricados ou assinados

no verso pelos três últimos candidatos de cada sala, independente do emprego.

6.13. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local, simultaneamente.

6.14. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital.

**VII - DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS**

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Português, Matemática, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes do Anexo III, parte integrante deste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos será objetiva e constará de trinta (30) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina será a seguinte:

Disciplina	Número de questões	Peso individual	Peso total
Português	05	0,30	1,5
Matemática	05	0,30	1,5
Conhecimentos Informática	05	0,30	1,5
Conhecimentos Gerais	05	0,30	1,5
Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,0
Total	30		10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;

b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

c) espaço(s) não assinalado (s) no cartão-resposta;

d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. Será considerado aprovado na prova objetiva de conhecimentos o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

7.9. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 09:00h do primeiro dia útil após a realização da referida prova, nos endereços eletrônicos [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) e [www.aprendersc.com.br](http://www.aprendersc.com.br) e também no Mural da Prefeitura Municipal.

7.10. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

7.10.1. O formulário de impugnação de questão estará disponível na sala de prova e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

7.10.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

7.10.3. A questão anulada será computada como resposta correta



para todos os candidatos.

#### VIII - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco).

8.2. A nota final será calculada através da soma dos acertos conforme pontuação específica na tabela 7.3.

8.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

8.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de português;
- c) maior nota na prova de matemática;
- d) maior nota na prova de informática;
- e) maior nota na prova de conhecimentos gerais;
- f) maior idade.

#### IX - DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Processo Seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

9.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografado ou digitado em duas vias e assinadas;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) conter nome do candidato, CPF, emprego para o qual se inscreveu e número de inscrição.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, na Prefeitura Municipal, cabendo à Comissão Especial do Processo Seletivo a apreciação, juntamente com a equipe técnica da GEORGEO ALMEIDA ME - (APRENDER.COM)

9.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

9.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente.

9.7. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva de conhecimentos.

9.8. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.8.1. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8.2. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

#### X - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e nos endereços eletrônicos [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) e [www.aprendersc.com.br](http://www.aprendersc.com.br).

#### XI - DA CONTRATAÇÃO

11.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da

cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;

b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;

c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;

d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;

e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)
2. Cadastro de Pessoa Física
3. Certidão de Casamento
4. Certidão de Nascimento de Filhos
5. Carteira de Trabalho
6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

11.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

11.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

#### XII - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência à GEORGEO ALMEIDA ME - (APRENDER.COM) para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

#### XIII - DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

14.2. Este Processo Seletivo terá validade por um ano, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.4. O candidato classificado no Processo Seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

14.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.6. Será excluído do certame, por ato da GEORGEO ALMEIDA ME - (APRENDER.COM), o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em

comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

c)for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

d)ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

14.8. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.9. O gabarito da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) e/ou [www.aprendersc.com.br](http://www.aprendersc.com.br) e também no Mural Público da Prefeitura Municipal.

14.10. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela GEORGEO ALMEIDA ME e pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

14.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos: ANEXO I - Dos Empregos Temporários, Salários e Habilitações Mínimas;

ANEXO II - Do Conteúdo Programático para todos os empregos;

ANEXO III - Do Conteúdo Específico para os empregos;

ANEXO IV - Do Cronograma Previsto.

14.12. Será publicado um extrato do presente Edital para fins de publicidade, sendo que o mesmo estará disponível no Mural Público da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br), a partir do dia 04 de Janeiro de 2012.

Luzerna(SC), 04 de Janeiro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### DOS EMPREGOS, CARGA HORÁRIA,VENCIMENTOS E HABILITAÇÕES

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO	VA-GAS	CADASTRO DE RESERVA
Médico Generalista	40 h/s	R\$ 9.392,61	Habilitação legal para o exercício da profissão e registro no CRM.		1
Médico Pediatra	10 h/s	R\$ 2.348,15	Habilitação legal para o exercício da profissão e registro no CRM.		1
Psicólogo	20 h/s	R\$ 1.083,08	Habilitação legal para o exercício da profissão e registro no CRP.		1
Odontólogo	40 h/s	R\$ 3.519,99	Habilitação legal para o exercício da profissão e registro no CRO.		1
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	R\$ 801,18	Ensino médio completo e curso de auxiliar de odontologia com habilitação legal para o exercício da profissão		1

Atendente de Farmácia	40 h/s	R\$ 850,00	Ensino médio completo e curso de atendente de farmácia com habilitação legal para o exercício da profissão	1	1
-----------------------	--------	------------	--	---	---

#### ANEXO II

#### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS EMPREGOS

Língua Portuguesa: leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, advérbios, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal e nominal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, estilística. Gramática em geral.

Conhecimentos em Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos em Informática:

Sistemas Operacionais; Windows XP/Seven; Noções de Hardware: instalação, uso e conceitos; Noções de Rede; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup's, Antivírus, Internet Explorer, Mozilla Firefox, Protocolos da Internet, Outlook Express, Microsoft Office 2007/2010 e BrOffice.org.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - amplamente veiculados, nos últimos dois anos, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos e políticos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna. Aspectos econômicos, históricos, geográficos e culturais do Município de Luzerna.

#### ANEXO III

#### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO AO EMPREGO

##### 1 - MÉDICO GENERALISTA

Conhecimentos Específicos Operacionalização da Estratégia Saúde da Família; SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 - Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência

renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefroletíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tufus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do cotágono; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptocociais, estafilocociais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Noções básicas de informática.

## 2 - MÉDICO PEDIATRA

Conhecimentos Específicos: Morbidade e mortalidade infantil. Crescimento e desenvolvimento: Neuropsicomotor, normalidade e distúrbios mais comuns, monitorização do crescimento, puberdade. Alimentação: nutrição, anemias, necessidades e higiene alimentar. Aleitamento materno: aspectos nutricionais, imunológicos, psicoafetivos e sócios-econômicos. Imunização: composição das vacinas, contra-indicações, reação vacinal, calendário atual da secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Higiene do ambiente físico: habitação, creche, escola. Neonatologia: exame físico e diagnóstico das condições do recém-nascido (RN), cuidados ao RN de termo e prematuro. Acidentes na infância: causas mais comuns e prevenção. Distrofias: desnutrição protéico-calórica, raquitismo carencial. Distúrbios hidroeletrólíticos e do equilíbrio ácido-básico: desidratação, terapia de reidratação oral (TRO), Fluidoterapia parenteral. Afecções agudas do aparelho respiratório mais comuns na infância. Afecções agudas do aparelho digestivo mais comuns na infância. Diarria aguda e crônica na criança; Parasitoses intestinais; Afecções ortopédicas na infância: infecciosas (osteomielite e artrite), congênitas e posturais (pé torto, luxação do quadril, pés planos, escoliose). Afecções do aparelho cardíaco-circulatório: endocardite infecciosa, cardiopatias congênitas, insuficiência cardíaca congestiva. Afecções do aparelho urinário: infecções do trato urinário, glomerulonefrite aguda, síndrome nefrótica. Afecções endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo congênito. Afecções do sistema nervoso central: síndrome convulsiva, meningite e encefalite Convulsões na criança; Imunopatologia: AIDS (aspectos epidemiológicos), asma, febre reumática, artrite reumatóide juvenil. Doenças hematológicas: anemia ferropriva, anemia falciforme. Doenças onco-hematológicas, Neoplasias mais frequentes na infância. Doenças infecto-contagiosas próprias da infância e tuberculose, parasitoses mais comuns na infância: aspecto clínicos e epidemiológicos. Afecções dermatológicas mais comuns na infância. Afecções cirúrgicas de urgência mais comuns na infância. Relação médico-paciente. A criança vitimizada. Doenças pulmonares da infância. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde - SUS: (princípios e diretrizes), conceitos, fundamentação legal, diretriz e princípios, participação popular e controle social; A organização social e comunitária; O Conselho de Saúde; Noções Gerais de Epidemiologia; Noções Gerais de Vigilância Epidemiológica; Doenças de Notificação Compulsória; Imunização; Estatísticas Vitais em Indicadores de Saúde; Saneamento Básico e Meio Ambiente; Programa de Saúde; Código de Ética Médica; Disciplinas Básicas da Especialidade (Currículo Básico).

## 3 - ODONTÓLOGO:

Conhecimentos Específicos: Prontuário odontológico; Revisão dos sistemas orgânicos; Anestesiologia; Exodontia; Inclusão dental; Cistos e tumores de origem odontogênica; Emergências odontológicas; Emergências médicas no consultório odontológico;

Biossegurança e controle de infecção na clínica e cirurgia odontológicas; Promoção de saúde; Saúde bucal coletiva: políticas, administração e epidemiologia; Cariologia: diagnóstico, decisão de tratamento e tratamento não-invasivo; Doenças periodontais: diagnóstico, tratamento periodontal associado à causa, medicina periodontal; Procedimentos restauradores diretos: materiais odontológicos e técnicas restauradoras; Tratamento conservador do complexo dentinopulpar; Tratamento endodôntico radical; Noções de oclusão aplicada à clínica odontológica; Prótese Parcial Removível.

## 4 - PSICÓLOGO

Conhecimentos Específicos: Histórico da Psicologia; Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005); Resolução CFP nº 001/2009; Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento; Teoria e pensamentos referentes à Piaget, Freud, Bandura; Métodos da Psicologia; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia Social; Psicologia Hospitalar; Psicologia da Gestalt; Psicologia Organizacional; Psicologia Comportamental - Behaviorismo; Psicoterapia Breve; Psicoterapia de Grupos; Testes psicológicos; Psicomotricidade; Noções de LDB e Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. DSM-IV TR (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 4º Ed. texto revisado); CID-10 (Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento). Atualidades sobre a profissão.

## 5 - ATENDENTE DE FARMÁCIA

Conhecimentos Específicos: Conceitos básicos em farmacologia; noções de droga, fármaco, medicamentos, denominações comum brasileira, especialidade farmacêutica. Sistema métrico decimal: medidas de massa e volume. Armazenamento e conservação de medicamentos. Princípios básicos de farmacotécnica: formas sólidas, semi-sólidas, líquidas, retais e vaginais, oftálmicas, auriculares e parenterais. Práticas adequadas em farmácia. Atendente de Unidade de Saúde: Conceito de saúde, doença e higiene. Direitos do paciente. Planejamento: programação de trabalho, organização de tarefas; Conceitos de autoridade e responsabilidade, relacionamento interpessoal, comunicação, motivação e liderança; Controle: tipos de controle; Organização de arquivos; Noções gerais sobre elaboração de documentos (quadros demonstrativos, orçamentos, tabelas, relatórios, cartas). Lei nº 5.991, de 17 de Dezembro de 1973. Noções sobre a Lei nº 3.820, de 11 de Novembro de 1960. Noções básicas de Informática.

## 6 AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

Conhecimentos Específicos: Conceitos básicos sobre higiene bucal; Técnicas de agendamento; Preencher e anotar as fichas clínicas; Manutenção do arquivo e do fichário; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar no atendimento ao paciente; preparar, organizar e proceder a desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados (sugador, espelho, sonda, etc) necessários para o trabalho; instrumentalizar o odontólogo junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico. Aplicar métodos preventivos para controle de cárie dental; proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico; sob supervisão do odontólogo realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidencição de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental, acompanhar e desenvolver o trabalho com a equipe de Saúde da Família no tocante a saúde bucal; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; proceder a limpeza, conservação e manutenção do ambiente de trabalho; executar outras tarefas afins.

## ANEXO IV DO CRONOGRAMA



ATO	DATA PREVISTA
Publicação do extrato do Edital	04/01/2012
Divulgação do Edital	04/01/2012
Período de Inscrições	04/01/2012 a 18/01/2012
Divulgação da Homologação das Inscrições	19/01/2012
Recurso quanto às Inscrições	19/01/2012 a 20/01/2012
Homologação Final das Inscrições	23/01/2012
Realização das Provas	29/01/2012 08:00 às 11:00 h
Divulgação do Gabarito Provisório	30/01/2012
Recursos quanto ao Gabarito	30/01/2012 a 31/01/2012
Divulgação do Gabarito Definitivo e dos Aprovados	02/02/2012
Homologação final do Processo Seletivo sem recurso	03/02/2012
Homologação final do Processo Seletivo com recurso	06/02/2012

## Macieira

### PREFEITURA

#### Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0001/2012. Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Macieira no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA, conforme descrito no Contrato de Programa 0003/2011. Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). Valor Mensal: R\$ 240,00. Prazo: 31/12/2012.

Macieira, 03 de janeiro de 2012.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal de Macieira - SC

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Portaria n.º 010/2011

PORTARIA n.º 010/2011  
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:  
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal EVERALDO MARTINS - matrícula 1, ocupante do cargo de Diretor do SAMAE, referente ao período aquisitivo 02/03/2010 a 01/03/2011.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em

época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/01/2012.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2011.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Altera 2338 denomina Centro de Educação Complementar Cidade da Criança

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2563 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011  
ALTERA A LEI N.º 2338 DE 06 DE AGOSTO DE 2010, QUE DENOMINA LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O artigo 3.º da lei n.º 2338 de 06 de agosto de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º O Centro Municipal de Educação Complementar localizado às margens da BR-470, no Bairro São Paulo, passa a denominar-se oficialmente Centro Municipal de Educação Complementar Cidade da Criança."

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário De Administração E Logística

**Altera dispositivos da lei 1902 e desapropria área para construção de praça do PAC**

LEI Nº 2561 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1902 DE 17 DE JUNHO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 1º da lei nº 1902 de 17 de junho de 2005 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

“Art.1º - Fica, o chefe do Poder Executivo, por este ato, autorizado a desapropriar um imóvel via judicial ou extrajudicial, representado pela parte correspondente a 5.355,555 m², de um terreno com área total de 48.200 metros quadrados, sem benfeitorias, sito no lugar São Domingos, na Rua Vereador José Flávio Soares esquina com a Rua Antônio Cesário, em Navegantes/SC, registrado sob a matrícula nº 33.604 do 1º ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí/SC, parte esta que contém as seguintes medidas e confrontações: frente que faz ao leste com a Rua acima citada onde mede 121,72 metros; Fundos que faz a Oeste com terras de Santo Manoel Coelho onde mede 121,72 metros; extrema ao Norte com a Rua Natalino Cesário onde mede 44,00 metros; e extrema ao Sul com terras de Santo Manoel Coelho onde mede 44,00 metros.

Parágrafo Único - o imóvel foi declarado de utilidade pública através do Decreto nº 801 de 27 de Março de 2003, revogado posteriormente pelo Decreto nº 628 de 15 de Dezembro de 2011”.

Art.2º O artigo 2º da lei nº 1902 de 17 de junho de 2005 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

“Art.2º O valor do imóvel descrito no artigo anterior é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de conformidade com a avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação de Imóveis do Município.

§ 1º - O Valor estabelecido no caput deste artigo será pago pelo Município de Navegantes na forma e condições que este e o proprietário do imóvel acordarem, via extrajudicial ou judicial, inclusive com relação a eventuais encargos incidentes sobre o valor do aludido bem.

§ 2º - A área descrita no artigo anterior destina-se à construção de uma Praça, com recursos advindos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), visando integrar, num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras”.

Art.3º O artigo 3º da lei nº 1902 de 17 de junho de 2005 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

“ Art.3º Fica, também, por este ato, o chefe do Poder Executivo, autorizado a assinar o competente Acordo Extrajudicial de Desapropriação ou ainda eventual aditivo, caso a desapropriação se efetue através da via extrajudicial, ou ainda a assinar Acordo Judicial, dentro dos valores previstos no Art.2º desta Lei, bem como a subscrever a competente escritura pública e definitiva de aquisição do imóvel”.

Art.4º O artigo 4º da lei nº 1902 de 17 de junho de 2005 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

“ Art.4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 Secretaria Municipal de Assistência social

Unidade 01 Diretoria de Programas Sociais  
Funcional 08.244.0033.2.035 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais  
66 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

Art.5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

**Altera lei complementar 082 - Cria vagas**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI COMPLEMENTAR Nº 138 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 082 DE 13/07/2010 , CRIANDO VAGAS NO QUADRO DO PLANO DE CARREIRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes vagas para os cargos abaixo relacionados no quadro de servidores efetivos da municipalidade.

03 vagas de Enfermeiro ESF

01 Vaga de Médico Cardiologista 20 h

01 vaga de Médico Cirurgião Geral 20 h

01 vaga de Médico Endocrinologista 20 h

03 vagas de Médico ESF

02 vagas de Médico Oftalmologista 20 h

01 vaga de Médico Psiquiatra 40 h

02 vagas de Odontólogo Endodontista 20 h

03 vagas de Odontólogo ESF

50 vagas de Monitora de Educação Infantil

Art. 2º As vagas ora criadas passarão a constar do Anexo I da lei complementar nº 082 de 13 de julho de 2010, com suas respectivas atribuições e remunerações, as quais fazem parte da referida lei e suas alterações posteriores.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei complementar correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário De Administração E Logística

### **Cria cargo de Médico Reumatologista**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI COMPLEMENTAR N° 139 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

CRIA O CARGO DE MÉDICO REUMATOLOGISTA NA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Médico Reumatologista, que passa a integrar o quadro de cargos e salários da Secretaria da Saúde, cujas atribuições e requisitos de ingresso estão descritos no anexo único da presente lei.

§ 1º A carga horária de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Médico Reumatologista será de 10 (dez) horas semanais.

§ 2º - O vencimento inicial do cargo de Médico Reumatologista será de R\$ 2.125,00 (dois mil, cento e vinte e cinco reais).

Art. 2º Fica criada 01 (uma) vaga para o cargo de Médico Reumatologista, devendo ser preenchida através de Concurso Público de Provas, ou Provas e Títulos.

Parágrafo Único: As normas e condições do concurso serão fixadas no respectivo Edital.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente na época dos respectivos dispêndios.

Art. 4º Esta lei complementarará entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário De Administração E Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR N° 139 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

### **ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO REUMATOLOGISTA**

- Participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- Cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
- Integrar a equipe de padronização de medicamentos e protocolos para utilização dos mesmos;
- Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;
- Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;
- Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes;
- Realizar consultas pré-operatórias, procedimentos cirúrgicos e procedimentos ambulatoriais;
- Efetuar a notificação compulsória de doenças;
- Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado;
- Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis;
- Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes;
- Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades;
- Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos;
- Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população;
- Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe;
- Atuar em equipe multidisciplinar e interdisciplinar do Programa de Saúde da Família;
- Efetuar regulação médica, otimizando o atendimento do usuário SUS, na rede assistencial de saúde: ambulatorial, hospitalar, urgência/emergência;
- Dar assistência a pacientes que estão em internação domiciliar e /ou acamados;
- Prestar atendimento em urgências e emergências;
- Encaminhar pacientes para internação hospitalar quando necessário;
- Acompanhar os pacientes com risco de morte no transporte até um serviço de maior complexidade;
- Encaminhar pacientes para atendimento especializado quando necessário;
- Realizar exames em centros desportivos para aferir aptidão para atividades esportivas;
- Realizar exames nas crianças e jovens admitidos em creches e abrigos;
- Realizar exames em crianças e jovens quando solicitado pelo Juiz da Vara de Infância e Juventude;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

- Participar de perícias, juntas médicas e afins;
- Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;
- Participar de auditorias e sindicâncias médicas quando solicitado;
- Participar, junto com profissionais das outras áreas, da elaboração e execução de programas de saúde dirigidos a grupos específicos de pessoas;
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais;
- Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área;
- Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
- Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo;
- Realizar outras atribuições afins.

#### REQUISITOS DE INGRESSO NO CARGO DE MÉCICO REUMATOLOGISTA

Ser portador de Diploma de Curso Superior na referida função, com registro no respectivo órgão de classe, com especialidade na área específica.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

JONAS DE SOUZA  
Secretário De Administração E Logística

#### Denomina Escola de Marcenaria Evaldo Bunde

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2562 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011  
INSTITUI GRATIFICAÇÃO PARA OS COORDENADORES E MEMBROS DE EQUIPES DE SAÚDE PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação para Coordenadores e membros de equipes de Saúde participantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pela Portaria MS/GM nº 1.654, de 19 de julho de 2011, no âmbito do município de Navegantes.

Art. 2º A gratificação será concedida aos Coordenadores e membros das equipes de saúde que aderirem à Unidade de Saúde à qual pertencerem e se qualificarem, de acordo com os critérios do PMAQ-AB, durante sua vigência.

Art. 3º A gratificação será correspondente à classificação obtida através da avaliação externa realizada pelo PMAQ-AB, sendo os seguintes percentuais:

- a) para desempenho insatisfatório: sem gratificação;
- b) para desempenho regular: R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada Coordenador e R\$ 100,00 (cem reais) para cada membro da equipe de Saúde;
- c) para desempenho bom: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada Coordenador e R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada membro da equipe de saúde;
- d) para desempenho ótimo: R\$ 600,00 (seiscentos reais) para cada coordenador e R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada membro da equipe de saúde.

Parágrafo Único: Excepcionalmente entre a adesão das equipes ao PMAQ-AB e a primeira classificação emitida pela avaliação externa do PMAQ-AB, será concedida a gratificação de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada Coordenador e R\$ 100,00 (cem reais) para cada membro da equipe de saúde, como incentivo a adesão.

Art. 4º Os coordenadores das referidas equipes serão indicados por Portaria emitida pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário De Administração E Logística

#### Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias

LEI N° 2560 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011  
"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder à anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 163.700,00 (Cento e Sessenta e Três Mil e Setecentos Reais) da seguinte dotação:

#### 13 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

##### 02 - Diretoria Pedagógica

12.361.0008 - 2.038 - Manut. e Func. da Diretoria Pedagógica - EF  
Fonte de Recursos: 135 - Receita de Impostos e Transf. Result. de Impostos

85 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos - Aplicações Diretas  
R\$ 56.200,00

88 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R \$  
41.500,00

12.365.0007 - 2.055 - Manut. e Func. da Diretoria Pedagógica - EI  
Fonte de Recursos: 135 - Receita de Impostos e Transf. Result. de Impostos

113 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos - Aplicações Diretas  
R\$ 66.000,00



Total R\$ 163.700,00

Art. 2º Os recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

**13 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

02 - Diretoria Pedagógica

12.365.0007 - 2.042 - Manutenção e Func. dos Recursos do Fundeb - 60% - EI

Fonte de Recursos: 137 - Transferências do Fundeb - 60%

104 - 3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 122.200,00

12.361.0008 - 1.019 - Construção, Ampliação e Reforma de Unid. Escolares - EF

Fonte de Recursos: 138 - Transferências do Fundeb - 40%

73 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R \$ 41.500,00

Total R\$ 163.700,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

**Dispõe sobre anulação parcial de dotações orçamentárias**

LEI Nº 2559 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder à anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 377.000,00 (Trezentos e Setenta e Sete Mil Reais) das seguintes dotações:

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

01 - Diretoria de Comunicação Social

04.131.0003 - 2.008 - Manut. e Func. da Diretoria de Comunicação Social

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

17 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.750,00

02 - Diretoria de Imprensa

04.131.0003 - 2.009 - Manut. e Func. da Diretoria de Imprensa

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

19 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

02 - Diretoria de Captação de Recursos

04.121.0015 - 2.012 - Manut. e Func. Diretoria de Captação de Recursos

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

24 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.600,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

**02 - Diretoria de Bens Materiais e Serviços**

04.122.0005 - 2.015 - Manut. e Func. da Diretoria de Bens Materiais e Serviços

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

30 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

03 - Diretoria de Tecnologia da Informação

04.126.0005 - 2.016 - Manut. e Func. Diretoria de Tec. Da Informação

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

33 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

34 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 7.700,00

04 - Diretoria de Gestão Patrimonial

04.122.0005 - 2.017 - Manut. e Func. Diretoria de Gestão Patrimonial

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

35 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

**10 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

01 - Diretoria de Contabilidade

04.123.0006 - 1.081 - Programa de Modernização Administrativa e Tributária

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

196 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 43.450,00

02 - Diretoria do Tesouro

28.843.0006 - 0.001 - Amortização da Dívida Pública

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

191 - 4.6.90.00.00.00 - Amortização da Dívida R\$ 12.300,00

03 - Diretoria de Receita

04.129.0006 - 2.020 - Manut. e Func. da Diretoria de Receita

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

41 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 34.200,00

**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

01 - Diretoria de Apoio à Indústria e ao Comércio

22.661.0056 - 2.022 - Manut. e Func. da Dir. de Apoio a Ind. ao Comércio

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

161 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicação Direta Decorr.Op.Entre Órgãos R\$ 17.700,00

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01 - Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 - 1.082 - Ampliação do Centro de Referência e Assistência Social

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

214 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

**17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

03 - Diretoria de Pavimentações

26.782.0020 - 2.063 - Manut. e Func. Diretoria de Pavimentações

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

185 - 3.3.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 77.800,00

04 - Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

15.452.0019 - 2.064 - Manut. e Func. Dir. de Controle de Mat. e Serviços

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

140 - 3.3.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 22.500,00

26.782.0021 - 2.066 - Manut. e Func. da Frota Municipal

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários

189 - 3.3.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 25.000,00

Total R\$ 377.000,00

Art. 2º - Os recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

**17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

01 - Diretoria de Operações

25.752.0018 - 2.065 - Manut. e Func. dos Recursos da Cosip

Fonte de Recursos: 149 - Contribuição p/Custeio dos Serviços de Iluminação Pública

179 - 3.3.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 377.000,00

Total R\$ 377.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

**Institui gratificação para Coordenadores e membros de equipes da Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2562 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

INSTITUI GRATIFICAÇÃO PARA OS COORDENADORES E MEMBROS DE EQUIPES DE SAÚDE PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação para Coordenadores e membros de equipes de Saúde participantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pela Portaria MS/GM nº 1.654, de 19 de julho de 2011, no âmbito do município de Navegantes.

Art. 2º A gratificação será concedida aos Coordenadores e membros das equipes de saúde que aderirem à Unidade de Saúde à qual pertencerem e se qualificarem, de acordo com os critérios do PMAQ-AB, durante sua vigência.

Art. 3º A gratificação será correspondente à classificação obtida através da avaliação externa realizada pelo PMAQ-AB, sendo os seguintes percentuais:

- a) para desempenho insatisfatório: sem gratificação;
- b) para desempenho regular: R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada Coordenador e R\$ 100,00 (cem reais) para cada membro da equipe de Saúde;
- c) para desempenho bom: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada Coordenador e R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada membro da equipe de saúde;
- d) para desempenho ótimo: R\$ 600,00 (seiscentos reais) para cada coordenador e R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada membro da

equipe de saúde.

Parágrafo Único: Excepcionalmente entre a adesão das equipes ao PMAQ-AB e a primeira classificação emitida pela avaliação externa do PMAQ-AB, será concedida a gratificação de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada Coordenador e R\$ 100,00 (cem reais) para cada membro da equipe de saúde, como incentivo a adesão.

Art. 4º Os coordenadores das referidas equipes serão indicados por Portaria emitida pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

**Fixa valor da UFM para 2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 001 DE 2 DE JANEIRO DE 2012

FIXA O VALOR DA U.F.M. - UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - VIGENTE PARA O ANO DE 2012

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 396 da lei complementar 6 de 31 de dezembro de 2002 e no § 2º do art. 97 do Código Tributário Nacional,  
CONSIDERANDO que, de acordo com o IBGE, o índice acumulado de 12 meses do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - até 31 de dezembro de 2011 é de 6,56%,  
DECRETA:

Art. 1º Os tributos, os preços públicos e as multas municipais serão atualizados monetariamente em 2 de janeiro de 2012 pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA -, acumulado entre os meses de dezembro de 2010 a dezembro de 2011, no percentual de 6,56%.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 102,38 (cento e dois reais e trinta e oito centavos) o valor da U.F.M. - Unidade Fiscal do Município - a partir de 2 de janeiro de 2012, corrigido com base no índice do artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JANEIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.



Navegantes, 2 de janeiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

### **Institui Comissão Permanente de Licitações para o ano de 2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

PORTARIA N° 028 DE 3 DE JANEIRO DE 2012

INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O ANO DE 2012

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I INSTITUIR a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES para o ano de 2012, cujos integrantes são os seguintes:

- \* Jonas de Souza - Presidente;
- \* Karlile Cugnier Pivatto - Membro;
- \* Humberto Galvez Júnior - Membro;
- \* José Carlos Santos de Oliveira - Membro;
- \* Nelson da Cunha - Membro.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JANEIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de janeiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

### **Nomeia Pregoeiros para atender às licitações na modalidade Pregão**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

PORTARIA N° 029 DE 3 DE JANEIRO DE 2012

NOMEIA PREGOEIROS PARA ATENDER ÀS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO E REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, e de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002, RESOLVE:

I NOMEAR os servidores para exercerem a função de PREGOEIRO para atender às licitações na modalidade "Pregão", de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002, cujos nomes são os seguintes:

- Titular: Nelson da Cunha;
- Substituto: Mairon Atílio Arceno;
- Equipe de Apoio: Daiane Cristina Lourenço;
- José Carlos Santos de Oliveira.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n° 3075 de 30 de setembro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JANEIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de janeiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial n° 150/2011PMN**

PREGÃO PRESENCIAL N° 150/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE LOCAÇÃO DE TRANSPORTE DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN EXECUTIVA PARA ATENDER A PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 18/01/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 18/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 02 de janeiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial n° 191/2011PMN**

→PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 191/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (PREDIAL) NAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, PREVENTIVA E CORRETIVA E MANUTENÇÃO NOS PARQUES INFANTIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 16/01/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 16/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 04 de janeiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Decreto 1918/2011

DECRETO Nº 1.918, de 29 de Dezembro de 2011.

Dispõe sobre o deferimento de inscrição para o Curso Superior de Tecnologia em produção leiteira e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto na Lei 413/2010 e Edital nº 092/REITORIA/2011;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam deferidas as inscrições para o Curso Superior de Tecnologia em produção leiteira dos candidatos abaixo relacionados:

- 1 - ANTONIO CARLOS BORTOLUZ;
- 2 - CLEIMIR RENATO KUNZLER;
- 3 - RICARDO CHIOT;
- 4 - JUNIOR VIECELI;
- 5 - DIEGO CASAGRANDE.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC, em 29 de Dezembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### Lei 1485-2012

LEI Nº. 1485 DE 03 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar convênios e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional EBENEZER, inscrita no CNPJ sob o nº 85.411.098/0001-22, com sede na Rua João de Souza, 220 - centro - Paulo Lopes - SC, objetivando a sua manutenção, aquisição de móveis, equipamentos, edificação de salas para o cumprimento de suas finalidades, e obrigações sociais.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação Comunitária Integrada da Saúde e Assistência Social, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.887.188/0001-48, com sede na Rua José Pereira da Silva - centro - Paulo Lopes - SC, doravante denominada ASSIPA, objetivando a sua manutenção, aquisição de móveis, equipamentos, edificação de salas para o cumprimento de suas finalidades,

pagamento de servidores e obrigações sociais.

Art.3º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, entidade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.626.330/0001-84, com sede na Rua Ana Raupp de Sá, s/n - Nova Belem - Paulo Lopes - SC, objetivando a sua manutenção, aquisição de móveis, equipamentos, edificação de salas para o cumprimento de suas finalidades, pagamento de servidores e obrigações sociais.

Art.4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Ação Social Paroquial de Paulo Lopes, inscrita no CGC sob o nº 85.209.617/0001-14, com sede na Praça Sagrado Coração de Jesus, s/n - centro -Paulo Lopes - SC, objetivando a sua manutenção, aquisição de móveis, equipamentos, edificação de salas para o cumprimento de suas finalidades.

Art. 5º - O Termo do Convênio fixará, dentre outras, as seguintes obrigações:

I - Para a associação:

- a) O dever de movimentar os recursos repassados, por meio de cheques nominais;
- b) O dever de prestar contas de cada parcela dos recursos recebidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do depósito em conta corrente, anexando:

- 1 - extrato de conta
- 2 - cópia dos cheques; e
- 3 - documentos que comprovem a correta aplicação dos recursos.

- c) O compromisso de prestar assistência social e educacional à população de Paulo Lopes, sem qualquer discriminação, comprovando o referido atendimento mediante relatório.

Art. 6º - A despesa desta lei corre por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 03 de janeiro de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios em 04 de janeiro de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

### Aviso de Tomada de Preço 02/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

TOMADA DE PREÇO 02/2012

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, para aquisição de medicamentos para o ano de 2012, com abertura das propostas às 09:00 horas do dia 20 de janeiro de 2012. Edital Completo disponível no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br). Maiores informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no telefone (48) 3253-0161.

Paulo Lopes, 04 de janeiro de 2012.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### Aviso Tomada de Preço 03/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
TOMADA DE PREÇO 03/2012

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de combustível (óleo diesel, gasolina comum, álcool comum, lubrificantes e filtros) para abastecimento da frota municipal no ano de 2012, com abertura das propostas às 08:00 horas do dia 20 de janeiro de 2012. Edital Completo disponível no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br). Maiores informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no telefone (48) 3253-0161 e no site.

Paulo Lopes, 04 de janeiro de 2012.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### Errata processo Seletivo 08/2011 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Errata do Processo Seletivo 08/2011

Do Quadro de Vagas - Área 5 - Professor 2

Onde se lê: Escolaridade mínima cursando Pedagogia no mínimo 100 horas de curso na área de Educação. Leia-se: Escolaridade mínima cursando Pedagogia no mínimo 100 horas de curso na área de Educação Especial.

Paulo Lopes, 04 de janeiro de 2012.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria Nº. 01/2012

PORTARIA Nº. 01/12

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Autorizar a servidora efetiva, ALESSANDRA ANA FERNANDES DE SOUZA, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 09 de janeiro de 2012 a 09 de fevereiro de 2012.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, de 03 de janeiro 2012.  
MARIZE MENEZES WHEELER  
Presidente

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2012.

## Porto Belo

### PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 1.978/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.978/2011

"ALTERA A LEI MUNICIPAL NÚMERO 1936/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador Altino Torquato dos Santos Junior

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O artigo 6º (sexto) da Lei Municipal nº 1936/2011, passará a contar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Devem acompanhar os projetos de utilidade pública os seguintes documentos:

I - (     );

II - Cópia da ata de eleição e posse da diretoria e do conselho fiscal em exercício de mandato, devidamente registrada e autenticada em cartório bem como a declaração e atos constitutivos;

II - (     );

IV - (     );

V - (     );

VI - (     );

VII - (     );

VIII - (     );

IX - Cópia do comprovante de residência devidamente autenticado em cartório."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.  
ALBERT STADLER

Prefeito

### Lei Municipal Nº 1.979/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.979/2011

"Dispõe sobre a obrigatoriedade das Escolas Municipais e dos Centros de Educação Infantil instalarem lixeiras seletivas nos seus estabelecimentos". Autor: Vereador Altino Torquato dos Santos Junior

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade das escolas públicas municipais bem como os Centros de Educação Infantil, instalarem lixeiras seletivas nos estabelecimentos de ensino.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal ficará responsável pela instalação gradativa num prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias nos estabelecimentos de ensino das lixeiras para receberem os detritos como "plástico, vidros, papéis e metais", separadamente.

Art. 3º Cada estabelecimento de ensino criará uma comissão responsável pela viabilização do destino final (venda) dos produtos da coleta que reverterá a Associação de Pais e Mestres ou similar, para aquisição de materiais didáticos, pedagógicos e apoio ao estudante.

Art. 4º O poder público municipal poderá receber incentivo da

iniciativa privada (pessoas jurídicas) para viabilização do referido projeto, podendo inclusive receber através de doação os equipamentos utilizados no programa.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

## Porto União

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 1040/2011 - RH

PORTARIA Nº 1040, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Giovana Muller, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### Portaria N.º 1041/2011 - RH

PORTARIA Nº 1041, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Davi Damasceno dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Esportivo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 1041, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Davi Damasceno dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Esportivo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura



**Portaria N.º 1042/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1042, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo maio de 1998 a maio de 2003, da servidora Laureci Freisleben, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N.º 1043/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1043, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1999 a outubro de 2004, do servidor Osni José Borges de Camargo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N.º 1044/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1044, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1999 a outubro de 2004, do servidor Odair Borges Muniz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N.º 1045/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1045, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser

pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo julho de 2001 a julho de 2006, da servidora Neusa Lucia Benoni, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 1046/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1046, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo junho de 2002 a junho de 2007, do servidor Sandro Márcio Boruch, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 1047/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1047, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores

do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo fevereiro de 2003 a fevereiro de 2008, do servidor João Batista Rodrigues, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 1048/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1048, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Jucimara Aparecida Marques dos Anjos Ientz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura



**Portaria N.º 1049/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1049, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Solange Aparecida Scarton Eisenberg, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção - isolado de Zeladora do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N.º 1050/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1050, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo abril de 2006 a abril de 2011, do servidor Jair Silva Pinto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N.º 1051/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1051, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Cecília Clarete Kopko Tidre, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N.º 1052/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1052, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1999 a outubro de 2004, da servidora Raquel Dias Barbosa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais e Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 1053/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1053, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Dezembro/2011, referente ao período aquisitivo outubro de 1999 a outubro de 2004, da servidora Jane Aparecida Ferreira Rodrigues, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 1054/2011 - RH**

PORTARIA Nº 1054, de 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 31 de dezembro de 2011, o contrato de trabalho de Vinicius André Makiak, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

## **Salto Veloso**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de TA 001/2011 Ata SRP Nº 0051/2011**

Extrato de TA 001/2011  
Ata SRP nº 0051/2011  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO MEIO OESTE CATA-  
RINENSE - ASSAMEC.

Objeto: Contratação de Arbitragem com Mesário  
Justificativa: aditiva o prazo de vigência até 10/11/12.

Base Legal: Processo licitatório 0098/2011  
Modalidade Licitatória: PP 0026/2011.  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 29 dezembro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

## **Santa Terezinha do Progresso**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de Edital**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 02/2012 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO POR RADIODIFUSÃO DOS ATOS MUNICIPAIS E AVISOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 16/01/12, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: [www.staterezinha-progresso.sc.gov.br](http://www.staterezinha-progresso.sc.gov.br). Santa Terezinha do Progresso (SC), 02/01/12. Itacir Detofol - Prefeito Municipal.

**Extrato de Edital**

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 1/2012, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPEUTA, PSICÓLOGA, FARMACÊUTICA, SERVIÇOS HOSPITALARES E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 16/01/12, até às 16:00 horas, unto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 16:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: [www.staterezinha-progresso.sc.gov.br](http://www.staterezinha-progresso.sc.gov.br). Santa Terezinha do Progresso (SC), 02/01/12. Itacir Detofol - Prefeito Municipal

**Extrato de Edital p Publicacao**

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2012 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 2/2012, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade para AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE MEDICAMENTOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 16/01/12, até às 17:00 horas, unto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 17:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: [www.staterezinha-progresso.sc.gov.br](http://www.staterezinha-progresso.sc.gov.br). Santa Terezinha do Progresso (SC), 02/01/12. Itacir Detofol - Prefeito Municipal.

**São Bento do Sul****PREFEITURA****Extrato Dispensa Nº 1/2012**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 1/2012

OBJETO: Prestação de serviços de publicações de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do município de São Bento do Sul no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) administrado pelo CIGA, conforme Lei Municipal nº 2905 de 01/11/2011, a contar de 01/01/2012 à 31/12/2012.  
CONTRATADO: Consórcio de Informática Gestão Pública Ltda.  
VALOR: R\$ 12.960,00.

SÃO BENTO DO SUL, 03 de janeiro de 2012.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimento e Patrimônio

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Justificativa Dispensa Nº 1/2012****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de publicações de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do município de São Bento do Sul no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) administrado pelo CIGA, conforme Lei Municipal nº 2905 de 01/11/2011, conforme institui a Lei 8.666/93 no seu art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93.

II - Contratado: Consórcio de Informática Gestão Pública Municipal (CIGA).

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: Tendo em vista a necessidade de publicação no Diário Oficial dos Municípios, conforme institui a Lei 8.666/93, dos editais de licitação e outros documentos das diversas Secretarias Municipais, sendo que a publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet. A dispensa de licitação se funda no inc. XXVI do art. 24 da Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa foi escolhida pelas razões acima elencadas, e por ser entidade integrante da Administração Pública, criada para esse fim específico.

V - Justificativa do Preço: O Diário Oficial do Município foi criado por lei para desempenho de funções públicas descentralizadas. Em tais casos, a contratação é feita pelos preços fixados pela contratada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração, Marco Rodrigo Redlich, para ratificação.

JAYME FUCK

Diretor de Suprimentos e Patrimônio.

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário Municipal de Administração

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Decreto Nº 4.348, de 02 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº 4.348, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01.15.695.4511.1.044.4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 145  
Aplicação Direta R\$ 116.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de janeiro de 2012.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 4.349, de 02 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº 4.349, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

Estabelece o calendário de pagamentos de fornecedores e servidores públicos municipais para o exercício de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de São Lourenço do Oeste, a partir do mês de janeiro do exercício de 2012, serão agrupados por período e serão efetuados pela tesouraria, junto a contadoria geral do município, da seguinte forma:

I - quando se referirem a fornecedores da entidade prefeitura serão efetivados nas datas estabelecidas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação e a disponibilidade financeira das fontes de recursos;

II - quando se referirem a fornecedores da entidade Fundo Municipal de Saúde serão efetivados até dois dias antes das datas previstas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação e a disponibilidade financeira das fontes de recursos.

Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo I recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão prorrogados até o dia útil imediatamente posterior.

Art. 2º Ficam excetuados da previsão constante do artigo 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - obrigações relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação,

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - compras on-line de produtos cujos pagamentos ocorram de forma antecipada;

VII - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente.

Parágrafo único. Os pagamentos das obrigações, previstas nos incisos de I a III, serão levados a efeito nas datas estabelecidas nos respectivos instrumentos, obedecidas as próprias fontes de recursos.

Art. 3º Ficam estabelecidas as datas limites para pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais e o Vale Alimentação para o exercício de 2012, de acordo com a tabela constante do Anexo II, deste Decreto.

§ 1º Na hipótese das datas constantes no Anexo II recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão antecipados para o dia útil imediatamente anterior.

§ 2º A remuneração de servidor admitido após o dia 15 do mês, relativamente aos dias trabalhados no mês de admissão, será paga no mês subsequente, de acordo com as datas constantes no Anexo II.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 2º de janeiro de 2012.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de janeiro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### **ANEXO I**

(Decreto nº 4.349, de 02 de janeiro de 2012).

#### **PAGAMENTOS DE FORNECEDORES**

RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	DATA DE PAGAMENTO
De 01/01 a 27/01/2012	10/02/2012
De 28/01 a 11/02/2012	Penúltimo dia útil de fevereiro
De 11/02 a 27/02/2012	12/03/2012
De 28/02 a 11/03/2012	Penúltimo dia útil de março
De 12/03 a 27/03/2012	12/04/2012
De 28/03 a 11/04/2012	Penúltimo dia útil de abril
De 12/04 a 27/04/2012	11/05/2012
De 28/04 a 11/05/2012	Penúltimo dia útil de maio
De 12/05 a 27/05/2012	12/06/2012
De 28/05 a 11/06/2012	Penúltimo dia útil de junho
De 12/06 a 27/06/2012	12/07/2012
De 28/06 a 11/07/2012	Penúltimo dia útil de julho
De 12/07 a 27/07/2012	10/08/2012
De 28/07 a 11/08/2012	Penúltimo dia útil de agosto
De 12/08 a 27/08/2012	12/09/2012
De 28/08 a 11/09/2012	Penúltimo dia útil de setembro
De 12/09 a 27/09/2012	11/10/2012
De 28/09 a 11/10/2012	Penúltimo dia útil de outubro
De 12/10 a 27/10/2012	12/11/2012
De 28/10 a 11/11/2012	Penúltimo dia útil de novembro
De 12/11 a 27/11/2012	12/12/2012
De 28/11 a 31/12/2012	Até último dia útil de dezembro

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de janeiro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### **ANEXO II**

(Decreto nº 4.349, de 02 de janeiro de 2012).

#### **DATAS LIMITES PARA PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL**

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA LIMITE PARA PAGAMENTO	DATA LIMITE PARA DEP. VALE ALIMENTAÇÃO
Janeiro	25	15/02/2012
Fevereiro	24	15/03/2012
Março	23	13/04/2012
Abril	25	15/05/2012
Maio	25	15/06/2012
Junho	25	13/07/2012
Julho	25	15/08/2012
Agosto	24	14/09/2012
Setembro	25	15/10/2012
Outubro	25	14/11/2012
Novembro	23	14/12/2012
Dezembro	24	Até 24/12/2012
13º salário	20/12	---xxx---



São Lourenço do Oeste, SC, 02 de janeiro de 2012.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação 02/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/01/2012, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 420 E SÉRIE KMW1324. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal



**Schroeder****PREFEITURA****Ata de Registro de Preço Pregão 38/2011-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2011****Número do Registro de Preços: 27/2011****Data do Registro: 04/07/2011****Válido até: 04/07/2012****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços da Administração Municipal de Schroeder (SC), com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços da Administração Municipal de Schroeder (SC), com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 5.000 exemplares.	UN	GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA (10543)		0	9,8000	1
			RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. (10358)		0	9,9000	2

SCHROEDER, 4 de Julho de 2011.

**Ata de Registro de Preço PRESENCIAL Nº 53/2011-PMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2011****Número do Registro de Preços: 34/2011****Data do Registro: 30/09/2011****Válido até: 30/09/2012**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Horas de Serviço de mão de obra elétrica, (instalação e manutenção): em redes elétricas a serem executadas em diversos equipamentos públicos do Município. (Escolas, Ginásios, Postos de Saúde, Cemitério, Semáforo, Prédios da Administração e Estação de Tratamento).	H	ROMEY RUDIGER (11923)		0	14,9500	1

SCHROEDER, 30 de Setembro de 2011.

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CRONOGRAMA MENSAL de DESEMBOLSOS 2012

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSOS 2012														
ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL ORÇADO 2012	
TOTAL DAS DESPESAS	1.246.539,71	952.691,77	902.792,91	854.316,43	907.457,41	888.323,76	985.255,29	962.733,85	882.882,97	983.786,93	963.074,16	1.098.903,64	11.628.758,84	100%
DESPESAS CORRENTES	1.217.291,71	911.709,77	849.056,91	785.754,43	809.083,41	749.596,76	795.494,29	784.044,85	785.601,97	923.383,93	909.401,85	1.020.282,64	10.540.702,53	90,64%
3.1.00.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas	534.526,51	388.746,55	388.746,55	379.027,89	393.605,88	359.590,56	369.309,23	374.168,56	364.449,89	408.183,88	413.043,21	485.933,19	4.859.331,91	41,79%
3.2.00.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas	2.400,00	2.350,00	2.185,00	2.090,00	975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,09%
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	680.365,20	520.613,22	435.125,36	404.636,54	414.502,53	390.006,20	426.185,06	409.876,29	421.152,08	515.200,05	496.358,64	534.349,45	5.648.370,62	48,57%
9.9.99.00.00.00.00.00 - Reserva Contingência	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,20%
DESPESAS DE CAPITAL	29.248,00	40.982,00	53.736,00	68.562,00	98.374,00	138.727,00	189.761,00	178.689,00	97.281,00	60.403,00	53.672,31	78.621,00	1.088.056,31	9,36%
4.4.00.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas	25.650,00	37.360,00	50.090,00	64.890,00	94.680,00	135.000,00	186.000,00	174.900,00	93.460,00	56.560,00	49.776,31	74.690,00	1.043.056,31	8,97%
4.6.00.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas	3.598,00	3.622,00	3.646,00	3.672,00	3.694,00	3.727,00	3.761,00	3.789,00	3.821,00	3.843,00	3.896,00	3.931,00	45.000,00	0,39%

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2012

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

JANETE REMPEL BIEGER  
Contadora CRS/SC 027.120-O/5

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## METAS BIMESTRAIS de ARRECADAÇÃO 2012

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO 2012							
ESPECIFICAÇÃO RECEITA	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL PREVISTO 2012
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>1.783.832,99</b>	<b>1.933.531,00</b>	<b>1.895.826,42</b>	<b>1.921.787,49</b>	<b>1.969.465,31</b>	<b>2.124.315,62</b>	<b>11.628.758,84</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.109.184,23</b>	<b>2.232.312,79</b>	<b>2.210.215,33</b>	<b>2.238.590,78</b>	<b>2.319.500,68</b>	<b>2.510.022,78</b>	<b>13.619.826,59</b>
<b>RECEITAS TRIBUTARIAS</b>	<b>77.511,43</b>	<b>144.398,99</b>	<b>85.985,79</b>	<b>77.691,58</b>	<b>70.728,93</b>	<b>72.450,36</b>	<b>528.767,08</b>
Receitas de Impostos	45.624,87	91.039,40	62.443,08	58.003,55	53.595,28	53.411,48	364.117,66
I.P.T.U	125,25	42.856,36	14.852,36	6.879,58	4.563,25	2.206,12	71.482,92
I.S.S	22.574,25	23.456,20	22.148,69	24.789,45	23.498,21	21.332,17	137.798,97
I.T.B.I	9.875,14	11.470,10	12.145,88	13.478,08	12.145,36	16.341,83	75.456,39
I.R.R.F	13.050,23	13.256,74	13.296,15	12.856,44	13.388,46	13.531,36	79.379,38
<b>Taxas</b>	<b>31.560,87</b>	<b>45.502,94</b>	<b>17.650,35</b>	<b>14.731,15</b>	<b>11.477,33</b>	<b>13.726,78</b>	<b>134.649,42</b>
Taxas	31.560,87	45.502,94	17.650,35	14.731,15	11.477,33	13.726,78	134.649,42
<b>CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>325,69</b>	<b>7.856,65</b>	<b>5.892,36</b>	<b>4.956,88</b>	<b>5.656,32</b>	<b>5.312,10</b>	<b>30.000,00</b>
<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>16.879,54</b>	<b>14.879,52</b>	<b>13.789,58</b>	<b>14.896,36</b>	<b>13.897,49</b>	<b>14.554,54</b>	<b>88.897,03</b>
<b>RECEITAS PATRIMONIAL</b>	<b>7.508,45</b>	<b>8.402,42</b>	<b>9.977,43</b>	<b>11.027,41</b>	<b>12.280,83</b>	<b>15.144,89</b>	<b>64.341,43</b>
<b>RECEITAS AGROPECUÁRIAS</b>	<b>325,64</b>	<b>290,25</b>	<b>384,56</b>	<b>310,77</b>	<b>289,48</b>	<b>364,69</b>	<b>1.965,39</b>
<b>RECEITAS DE SERVIÇOS</b>	<b>48.977,58</b>	<b>47.658,20</b>	<b>49.899,61</b>	<b>52.189,58</b>	<b>46.872,19</b>	<b>68.285,40</b>	<b>313.882,56</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>1.951.846,24</b>	<b>2.010.096,87</b>	<b>2.043.305,28</b>	<b>2.076.792,98</b>	<b>2.169.171,21</b>	<b>2.331.811,41</b>	<b>12.583.023,99</b>
Transferências Intergovernamentais	1.951.846,24	2.010.096,87	2.043.305,28	2.076.792,98	2.169.171,21	2.331.811,41	12.583.023,99
Transferências da União	926.591,54	939.464,90	970.099,85	983.426,55	1.067.674,24	1.152.433,92	6.039.691,00
Cota Parte FPM	811.225,36	795.125,63	823.588,19	836.144,53	891.155,18	998.091,89	5.155.330,78
Cota Parte ITR	38,56	158,25	145,23	1.589,56	102,20	54,12	2.087,92
Cota Parte FEP	8.514,26	9.212,98	10.841,46	9.785,56	10.505,80	10.448,50	59.308,56
Outras Transf.Compensação Financeira	2.156,80	2.856,50	3.212,22	3.115,44	2.896,45	4.512,59	18.750,00
Transf.Auxílio Financeiros p/Exp. - FEX	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
ICMS Desoneração - Lei Kandir	3.825,69	3.450,12	3.846,89	5.123,21	4.979,48	5.113,62	26.339,01
Demais Transferências da União	0,00	3.249,99	3.000,00	0,00	0,00	0,00	6.249,99
Transferências de Recursos do SUS	74.125,89	76.147,88	78.149,35	79.185,27	82.156,91	86.365,02	476.130,32
Transferências do FNAS - Assist.Social	11.888,46	12.879,83	12.155,58	12.478,99	12.546,74	11.135,40	73.085,00
Transferências do FNDE - Educação	14.816,52	36.383,72	35.160,93	36.003,99	38.331,48	36.712,78	197.409,42
Salário Educação	14.816,52	13.858,28	12.635,49	13.478,55	14.154,33	14.187,34	83.130,51
Transf.Diretas do FNDE - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.651,71	0,00	1.651,71
Transf.Diretas do FNDE - PNAE	0,00	4.212,00	4.212,00	4.212,00	4.212,00	4.212,00	21.060,00
Transf.Diretas do FNDE - PNATE	0,00	18.313,44	18.313,44	18.313,44	18.313,44	18.313,44	91.567,20
Transferências dos Estados	880.129,38	924.087,75	926.880,25	945.211,62	957.793,20	1.024.612,22	5.658.714,42
Cota Parte do ICMS	813.506,09	801.489,82	825.478,23	839.145,33	851.156,25	909.120,87	5.039.896,59
Cota Parte do IPVA	29.156,45	32.149,56	34.563,25	38.189,25	36.149,56	43.654,86	213.862,93
Cota Partes IPI sobre Exportação	15.623,12	16.938,15	15.941,79	15.443,61	18.253,21	20.425,41	102.625,29
Cota Parte CIDE	3.815,63	3.725,21	3.741,80	3.985,25	3.925,79	3.702,37	22.896,05
Transf.Recursos do Estado p/Programas Saúde	15.682,09	14.899,33	18.652,35	19.852,35	20.148,56	19.177,88	108.412,56
Convênio de Transporte Escolar Estado	0,00	51.381,68	25.690,83	25.690,83	25.690,83	25.690,83	154.145,00
Outras Transferências dos Estados	2.346,00	3.504,00	2.812,00	2.905,00	2.469,00	2.840,00	16.876,00
Transferências Multi Governamentais	145.125,32	146.544,22	146.325,18	148.154,81	143.703,77	154.765,27	884.618,57
Transferências de Recursos Fundeb	145.125,32	146.544,22	146.325,18	148.154,81	143.703,77	154.765,27	884.618,57
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>6.135,35</b>	<b>6.586,54</b>	<b>6.873,08</b>	<b>5.682,10</b>	<b>6.260,55</b>	<b>7.411,49</b>	<b>38.949,11</b>
Receita de Dívida Ativa	4.563,25	4.980,38	5.354,88	4.156,58	4.635,25	5.455,29	29.145,63
Multa e Juros de Mora	922,10	894,16	866,20	838,27	977,99	1.257,43	5.756,15
Receitas Diversas	650,00	712,00	652,00	687,25	647,31	698,77	4.047,33
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9.323,81</b>	<b>31.080,52</b>	<b>26.323,81</b>	<b>30.323,81</b>	<b>10.323,81</b>	<b>9.585,00</b>	<b>116.960,76</b>
Alienações de Bens	0,00	15.000,00	0,00	20.000,00	2.000,00	0,00	37.000,00
Operações de Créditos Internos	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Amortização de Empréstimos	8.323,81	9.080,52	8.323,81	8.323,81	8.323,81	9.585,00	51.960,76
Transferências de Convênios	1.000,00	4.000,00	17.000,00	2.000,00	0,00	0,00	24.000,00
Convênios da União	1.000,00	2.000,00	11.000,00	2.000,00	0,00	0,00	16.000,00
Convênios do Estado	0,00	2.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>334.675,05</b>	<b>329.862,31</b>	<b>340.712,72</b>	<b>347.127,10</b>	<b>360.359,18</b>	<b>395.292,16</b>	<b>2.108.028,51</b>
Dedução do FPM - Formação Fundef	162.245,07	159.025,13	164.717,64	167.228,91	178.231,04	199.618,38	1.031.066,16
Dedução Lei Kandir - Formação Fundef	765,14	690,02	769,38	1.024,64	995,90	1.022,72	5.267,80
Dedução ICMS - Formação Fundef	162.701,22	160.297,96	165.095,65	167.829,07	170.231,25	181.824,17	1.007.979,32
Dedução IPI Exportação - Formação Fundef	3.124,62	3.387,63	3.188,36	3.088,72	3.650,64	4.085,08	20.525,06
Dedução ITR - Formação Fundef	7,71	31,65	29,05	317,91	20,44	10,82	417,58
Dedução IPVA - Formação Fundef	5.831,29	6.429,91	6.912,65	7.637,85	7.229,91	8.730,98	42.772,60
<b>Total Líquido de Receitas Correntes</b>	<b>1.774.509,18</b>	<b>1.902.450,48</b>	<b>1.869.502,61</b>	<b>1.891.463,68</b>	<b>1.959.141,50</b>	<b>2.114.730,62</b>	<b>11.511.798,08</b>

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2012

ENOÍ SCHERER  
Prefeito MunicipalCLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria InternaJANETE REMPEL BIEGER  
Contadora CRC/SC 027.120-O/5

# Turvo

## PREFEITURA

### Decreto 117/2011

DECRETO NO 117/11, de 28 de dezembro de 2011.

FIXA HORARIO DE FUNCIONAMENTO PARA O PLANTÃO DAS FARMÁCIAS AOS DOMINGOS E FERIADOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 56 da Lei Federal no 5.991/73 e Lei Municipal nº 040/51,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica fixado o horário de funcionamento para o plantão das farmácias aos domingos e feriados nacionais e municipais, para o exercício de 2012, conforme tabela em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Escala de Plantão das farmácias nos domingos e feriados nacionais e municipais, na sede do Município de Turvo (Lei no 040/51, art. 3º, inciso II, letra b), a partir de 1º de janeiro de 2012.

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
02 - Vita Farma	06 - Biofarma	05 - Cararo	02 - Med Farma
09 - Med Farma	13 - Vita Farma	12 - Santa Rita	09 - Anjo Gabriel
16 - Anjo Gabriel	20 - Med Farma	19 - Biofarma	16 - Cararo
23 - Cararo	27 - Anjo Gabriel	26 - Vita Farma	23 - Santa Rita
30 - Santa Rita			30 - Biofarma
Maio	Junho	Julho	Agosto
07 - Vita Farma	04 - Santa Rita	02 - Anjo Gabriel	06 - Med Farma
14 - Med Farma	11 - Biofarma	09 - Cararo	13 - Anjo Gabriel
21 - Anjo Gabriel	18 - Vita Farma	16 - Santa Rita	20 - Cararo
28 - Cararo	25 - Med Farma	23 - Biofarma	27 - Santa Rita
		30 - Vita Farma	
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
03 - Biofarma	01 - Cararo	05 - Anjo Gabriel	03 - Vita Farma
10 - Vita Farma	08 - Santa Rita	12 - Cararo	10 - Med Farma
17 - Med Farma	15 - Biofarma	19 - Santa Rita	17 - Anjo Gabriel
24 - Anjo Gabriel	22 - Vita Farma	26 - Biofarma	24 - Cararo
	29 - Med Farma		31 - Santa Rita

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

### Decreto 118/2011

DECRETO NO 118/11, de 28 de dezembro de 2011.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO 035/11

O Prefeito Municipal DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.838/2007, de 25 de abril de 2007 e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecido que o mandato dos conselheiros, nomeados através do Decreto 035/11, teve início em 04 de julho de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

### Convenio PMT 18/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 018/2011

CONVENIADA: Organização Educacional João XXIII

OBJETO: Ajuda financeira para custear despesas com sua manutenção e funcionamento.

VALOR: R\$ 10.000,00

VIGÊNCIA: Dezembro/2011

## CÂMARA MUNICIPAL

### Termo de Contrato Nº 01/2012.

TERMO DE CONTRATO Nº 01/2012.

Proponente: MARCHI & MARCHI ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Assessorar e Orientar Juridicamente os atos da Comissão Processante, Constituída para apurar responsabilidade Político-administrativa.

Valor: R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).

Vigência: De 02 de janeiro a 16 de março de 2012.

### Termo de Contrato Nº 02/2012.

TERMO DE CONTRATO Nº 02/2012.

Proponente: BETHA SISTEMAS LTDA.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Locação dos Sistemas de Contabilidade Pública e Folha de Pagamento.

Valor: R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais) mensais.

Vigência: De 02 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012.

### Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

CÂMARA DE VEREADORES DE TURVO/SANTA CATARINA. COMISSÃO PROCESSANTE. Avenida Municipal, nº 2.547, Cidade Alta, Município de Turvo (SC). Presidente da Comissão: Izaltino Antônio Ribeiro. EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS. Espécie do Processo: Denúncia. Denunciante: Edson Jair Dagostin.



Denunciado: LUIZ MARIANO DE SOUZA, Exmo. Sr. Vereador, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Turvo (SC). Considerando, o dever de informar que, 40ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Turvo, realizada em 12 de dezembro de 2011, foi recebida, pelo plenário, Denúncia contra Vossa Senhoria por infração política-administrativo; Considerando, a entrevista do Denunciado na Rádio Imigrantes no dia 13 de dezembro de 2011 declarando estar ciente do recebimento da denúncia; Considerando, a entrevista do Denunciado na Rádio Imigrantes no dia 13 de dezembro de 2011 declarando estar presente na sessão extraordinária convocada para 14 de dezembro de 2011, faltando sem qualquer justificativa para evitar a notificação; Considerando, que o Denunciado não fora encontrado em seus endereços habituais pelo Presidente da Comissão Processante em duas oportunidades, dia 15 e 16 de dezembro de 2011; Considerando, que o Denunciado não fora encontrado em seus endereços habituais pelo Oficial do Cartório de Títulos e Documentos em três oportunidades, dia 19, 20 e 21 de dezembro de 2011; Considerando, a entrevista do Denunciado em emissora de rádio imigrantes no dia 13 de dezembro de 2011 declarando ausentar-se do Brasil em 20 de dezembro, prejudicando o andamento dos trabalhos; Considerando, não haver qualquer prejuízo ao direito de defesa e devido processo legal, bem como, as disposições do Decreto-Lei 201/67. Por intermédio do Presente, a pessoa acima identificada, atualmente ausente no Município, fica ciente de que na 40ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, realizada no dia 12 de dezembro de 2011, foi recebida, pelo plenário, Denúncia contra Vossa Excelência por infração político-administrativo, bem como NOTIFICADO para que, no prazo de dez dias, contados do transcurso do prazo deste edital, conforme Ofício nº01/11-CP, apresente defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e arrolando testemunhas, até no máximo de dez (art. 5º, inc. III, do DL 201/67). A cópia da denúncia e os documentos que a instruem, poderão ser retirado na Câmara de Vereadores, pessoalmente ou por procurador habilitado, a qualquer tempo. E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Turvo (SC), 29 de dezembro de 2011. Izaltino Antônio Ribeiro Presidente da Comissão Processante.

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial Nº. 06/2012 - REFORMA e MELHORIA NAS INSTALAÇÕES da SECRETÁRIA de ESPORTES**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 06/2012

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para contratação de empreiteira de construção civil na finalidade aplicar implantar reforma e melhorias nas instalações da Secretária Municipal de Esportes, cozinha, lanchonete e anexos do Ginásio de Esportes Karl Stoltenberg, não contemplados na reforma anteriormente contratada.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 06/2012,

do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:00 hrs do dia 12 de janeiro de 2012.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:00 hrs do dia 12 de janeiro de 2012, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 03 de janeiro de 2012.  
NABOR JOSÉ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

#### **Tomada de Preços Nº. 07/2012 - LICENÇA de USO de SISTEMAS de BGESTÃO PUBLICA**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2012  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2012

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO, contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como implantação e execução de serviços complementares. Os sistemas de Gestão Pública a serem contratados são o Sistema de Avaliação Funcional, Sistema de Controle Patrimonial e Sistema de Geração e Publicações dos Relatórios de Contas Públicas (Lei 9.755e 10.520) e o Sistema de Controle Patrimonial para as demais Unidades Gestoras que compõe a Administração Municipal.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Prefeitura - Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br)

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 18 de janeiro 2012, devem ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do 18 de janeiro de 2012, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2012.  
NABOR JOSÉ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### Decreto Nº 9.912/12

DECRETO Nº 9.912/12, DE 02 DE JANEIRO DE 2012

Designa secretária para responder pela Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Secretário Municipal de Administração, Valmor Luiz Dall'Agnol, retornará às suas atividades na data de 02 de janeiro de 2012,

#### DECRETA

Art. 1º Fica designada a Secretária Municipal da Assessoria Jurídica, MARIA APARECIDA BOSCATTO, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Administração, na data de 02 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

### Decreto Nº 9.913/12

DECRETO Nº 9.913/12, DE 02 DE JANEIRO DE 2012

Altera o valor da UFM - Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, VI, da Lei Orgânica do Município, e no art. 191 da Lei Municipal nº 69/85 - Código Tributário Municipal e suas alterações,

#### DECRETA

Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, passa a vigorar com o valor de 2,3918 (dois inteiros, três mil novecentos e dezoito milésimos).

Art. 2º O novo valor corresponde a aplicação do IGP-M/FGV acumulado do ano de 2011, no percentual de 5,0977% (cinco inteiros e novecentos e setenta e sete centésimos por cento), sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente no ano de 2011, nos termos do artigo 191 do Código Tributário Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em exercício

### Decreto Nº 9.913/12

DECRETO Nº 9.913/12, DE 02 DE JANEIRO DE 2012

Altera o valor da UFM - Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, VI, da Lei Orgânica do Município, e no art. 191 da Lei Municipal nº 69/85 - Código Tributário Municipal e suas alterações,

#### DECRETA

Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, passa a vigorar com o valor de 2,3918 (dois inteiros, três mil novecentos e dezoito milésimos).

Art. 2º O novo valor corresponde a aplicação do IGP-M/FGV acumulado do ano de 2011, no percentual de 5,0977% (cinco inteiros e novecentos e setenta e sete centésimos por cento), sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente no ano de 2011, nos termos do artigo 191 do Código Tributário Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em exercício

### Portaria Nº 0001/12

PORTARIA nº 0001/12

Nomeia Membro do Conselho Tutelar

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,  
Considerando o contido na Ata nº 160 - Ata da solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos para a gestão 2012-2014;

#### NOMEAR

EDUARDO ALISSON SPÖRR, para exercer a função de Conselheiro Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0002/12**

PORTARIA nº 0002/12  
Nomeia Membro do Conselho Tutelar

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,  
Considerando o contido na Ata nº 160 - Ata da solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos para a gestão 2012-2014;

NOMEAR  
JULIANA WEBER, para exercer a função de Conselheira Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0003/12**

PORTARIA nº 0003/12  
Nomeia Membro do Conselho Tutelar

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,  
Considerando o contido na Ata nº 160 - Ata da solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos para a gestão 2012-2014;

NOMEAR  
ROSA CRISTINA DUTRA, para exercer a função de Conselheira Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0004/12**

PORTARIA nº 0004/12  
Nomeia Membro do Conselho Tutelar

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,  
Considerando o contido na Ata nº 160 - Ata da solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos para a gestão 2012-2014;

NOMEAR  
MARILENE VANZ DOS SANTOS, para exercer a função de Conselheira Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0005/12**

PORTARIA nº 0005/12  
Nomeia Membro do Conselho Tutelar

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,  
Considerando o contido na Ata nº 160 - Ata da solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos para a gestão 2012-2014;

NOMEAR  
ZELI DO PRADO, para exercer a função de Conselheira Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0006/12**

PORTARIA nº 0006/12  
Revoga a Portaria nº 0020/10

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 16946/2011,

**RESOLVE**

Tornar sem efeito, a partir de 13 de janeiro de 2012, a Portaria nº 0020/10, que concedeu Licença sem Vencimentos a ROSELI APARECIDA DA SILVA DA SILVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 16946/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de janeiro de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em exercício

**Portaria Nº 0007/12**

PORTARIA nº 0007/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 0008/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável o servidor REGINALDO ITAMAR DOS SANTOS LÍRIO, Agente Operacional de Vigilância, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 27 de dezembro de 2011.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em exercício

**Portaria Nº 0008/11**

PORTARIA nº 0008/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 0010/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável o servidor ADRIANO ZUFFO, Analista de Sistemas, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2011.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em exercício

**Portaria Nº 0008/12**

PORTARIA nº 0008/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 0010/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável o servidor ADRIANO ZUFFO, Analista de Sistemas, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2011.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em exercício

**Portaria Nº 0009/12**

PORTARIA nº 0009/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 0009/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora IZABEL APARECIDA BALBINOTT, Agente Administrativo II, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de novembro de 2011.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em exercício



**Portaria Nº 0010/12**

PORTARIA nº 0010/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16917/2011,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARINILCE DAL PIZZOL, Auxiliar de Enfermagem, de 1º de abril de 2012 até 1º de julho de 2012, referente ao quinquênio de 31 de julho de 1999 até 30 de julho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0011/12**

PORTARIA nº 0011/12

Concede Licença Sem Vencimentos

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 108 da Lei Complementar nº 007/97 e alterações e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15229/11,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder, a pedido, Licença Sem Vencimentos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a REGINALDO ITAMAR DOS SANTOS LIRIO, Agente Operacional de Vigilância, a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0012/12**

PORTARIA nº 0012/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelos períodos de 02 a 08 de janeiro de 2012 e de 16 a 31 de janeiro de 2012, o gozo de férias da servidora EZEQUIEL WEGNER, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 13 de dezembro de 2010 até 12 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0919/11**

PORTARIA nº 0919/11

Concede Licença Gestão

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 5º da Lei nº 1942/07 e art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

**RESOLVE**

Conceder Licença Gestão de 120 (cento e vinte) dias à servidora MÁRCIA DOS SANTOS MENDES, Agente Comunitário de Saúde - ESF, a partir do dia 24 de dezembro de 2011 até 21 de abril de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de dezembro de 2011.

Videira, 23 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0923/11**

PORTARIA nº 0923/11

Admite Rejane Zonta Farinon Flores de Matias para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria de Nomeação nº 0798/11, de 20 de outubro de 2011 e o Termo de Posse nº 024/2011,

**RESOLVE**

Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, REJANE ZONTA FARINON FLORES DE MATIAS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2012.

Videira, 26 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

#### **Portaria Nº 0924/11**

PORTARIA nº 0924/11

Admite Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e no Memorando nº 847/2011 - SAU, da Secretaria de Saúde e Ação Social, bem como na Portaria de Nomeação nº 0763/11 e no Termo de Posse nº 025/2011,

RESOLVE

Admitir, JANINE LOUISE DA SILVA, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2011.

Videira, 26 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

#### **Portaria Nº 0936/11**

PORTARIA nº 0936/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

TEREZINHA LORENI KUCZKOWSKI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

#### **Portaria Nº 0937/11**

PORTARIA nº 0937/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

MARIA LAUDELINA DOS SANTOS MALLMAN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

#### **Portaria Nº 0938/11**

PORTARIA nº 0938/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

CLAIRTON CÉSAR BURLIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0939/11**

PORTARIA nº 0939/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

SUELI APARECIDA PIMENTEL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0940/11**

PORTARIA nº 0940/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ÂNGELA BALESTRIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0941/11**

PORTARIA nº 0941/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ELÉIA ANDRIN EHLERT, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0942/11**

PORTARIA nº 0942/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

JIOVANA SILBIA SPERANDIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0943/11**

PORTARIA nº 0943/11

Nomeia Técnico de Higiene Dental

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ADILES APARECIDA ZAGO CORREA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Higiene Dental, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

### **Pregão Presencial Nº 01/2012 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012 - FMAS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2012 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM PARA USO NOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 18 de Janeiro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 15:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 03 de Janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial Nº 02/2012 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL PARA AS SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, FINANÇAS, CHEFIA DE GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 18 de Janeiro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 03 de Janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato n. 0675/2011**

Extrato do Contrato n. 0675/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROZA MARIA FACCHIN MÂNICA

CPF: 020.626.559-08

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANA APARECIDA TRINDADE DO ROSÁRIO

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

### **Extrato do Termo de Rescisão n. 0127/2011**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0127/2011

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0668/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCELI DE FÁTIMA RODRIGUES

CPF: 064.503.959-40

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 01 de novembro de 2011.

### **Extrato do Termo de Rescisão n. 0143/2011**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0143/2011

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0313/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA RAGADALLI

CPF: 061.149.929-06

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 31 de dezembro de 2011.

### **Edital de Convocação Nº 105/11**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 105/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecerem no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomarem posse no cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público nº 001/2008:

CONVOCADOS	CARGO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1. TEREZINHA LORENI KUCZKOWSKI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0936/11, DE 27/12/2011
2. MARIA LAUDELINA DOS SANTOS MALLMAN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0937/11, DE 27/12/2011
3. CLAIRTON CÉSAR BURLIN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0938/11, DE 27/12/2011
4. SUELI APARECIDA PIMENTEL	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0939/11, DE 27/12/2011
5. ÂNGELA BALESTRIN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0940/11, DE 27/12/2011
6. ELÉIA ANDRIN EHLERT	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0941/11, DE 27/12/2011
7. JIOVANA SILBIA SPERANDIO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0942/11, DE 27/12/2011
8. ADILES APARECIDA ZAGO CORREA	TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL	0943/11, DE 27/12/2011

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 27 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

## Consórcios

### ARIS

#### Extrato Contrato Administrativo Nº 07/2011

Contrato de Prestação de Serviços nº. 07/2011

Objeto: contratação da prestação de serviços (locação de veículos) para o deslocamento de funcionários da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, conforme descrito no edital do Pregão Presencial nº. 04/2011, procedimento licitatório nº. 27/2011.

Contratada: Capvel Veículos LTDA.

CNPJ: nº. 01.347.983/0001-08

Valor: a quantidade mensal pelo aluguel de dois veículos, conforme descrito no edital do pregão presencial nº 04/2011, será de 2.080,00 (dois mil e oitenta reais).

Vigência: O contrato se inicia no dia 05/12/2011, perdurando sua vigência até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado sempre que restar demonstrado o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, e limitado ao prazo disposto no artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor Geral da ARIS

#### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 03/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2011.

Primeiro termo aditivo ao contrato nº 03/2011, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst, e a empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA, estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, n. 1.109, Bairro Jardim das Acácias, São José/SC, inscrita no CNPJ sob o número 05.497.780/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Israel Fontanella da Silva, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA:

A Cláusula sétima passa a vigorar com a seguinte redação:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2012, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

MARCOS FEY PROBST

Diretor Geral da ARIS

ISRAEL FONTANELLA DA SILVA

Representante Legal da ADSERVIG

CLARICE TEREZINHA LENZ

Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI

Procurador Jurídico da ARIS

#### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 06/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2011.

Primeiro termo aditivo ao contrato nº 06/2011, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa Capvel Veículos LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst, e a empresa Capvel Veículos LTDA, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 40, Centro, Tubarão, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o número 01.347.983/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. Sérgio Luiz Soares, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

A Cláusula quinta passa a vigorar com a seguinte redação:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2012, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as



partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

MARCOS FEY PROBST  
Diretor Geral da ARIS

SÉRGIO LUIZ SOARES  
Sócio Administrador da Capvel Veículos

CLARICE TEREZINHA LENZ  
Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI  
Procurador Jurídico da ARIS

---

## CIGA

---

### Portaria Nº 01/2012

Portaria nº 01/2012, de 03 de janeiro de 2012  
Concede provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital de Convocação para provimento de vaga referente ao Concurso Público CIGA Nº 02/2011, publicado em 01 de dezembro de 2011, e a Portaria nº 05/2011 de 15 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º Conceder provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA ao Sr. Wendel Fabiano Ribeiro da Silva, CPF nº 026.372.699-10, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2012.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito de Garuva  
Presidente do CIGA

### Extrato Contrato 009 - Rateio - Tunápolis

Extrato de Contrato nº 009/2012  
Contrato de Rateio - Tunápolis

CONTRATANTE: Município de Tunápolis  
CNPJ: 78.486.198/0001-52  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2012  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12  
OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Tunápolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 10/2009.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN  
Diretor Executivo do CIGA

### Extrato Contrato 010 - Rateio - Catanduvas

Extrato de Contrato nº 010/2012  
Contrato de Rateio - Catanduvas

CONTRATANTE: Município de Catanduvas  
CNPJ: 82.939.414/0001-45  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2012  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12  
OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Catanduvas e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 13/2009.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN  
Diretor Executivo do CIGA

### Extrato Contrato 011 - Rateio - Alto Bela Vista

Extrato de Contrato nº 011/2012  
Contrato de Rateio - Alto Bela Vista

CONTRATANTE: Município de Alto Bela Vista  
CNPJ: 01.614.374/0001-60  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2012  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12  
OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Alto Bela Vista e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 015/2010.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN  
Diretor Executivo do CIGA

---

## CIS/AMARP

---

**Resolução Nº 018/2011 de 18 de novembro de 2011**  
RESOLUÇÃO Nº 018/2011 de 18 de Novembro de 2011.  
APROVA O ORÇAMENTO GERAL DO CIS-AMARP PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;



O Conselho Deliberativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP, reunidos ordinariamente no dia 18 de Novembro de 2011, por decisão de seus membros presentes, com fundamento nas disposições do protocolo de intenções aprovado e ratificado,

#### RESOLVE:

Art. 1º O Orçamento Geral do CIS-AMARP, para o exercício de 2012, Estima a Receita em R\$ 2.628.150,00 (dois milhões seiscentos e vinte mil cento e cinquenta reais). E Fixa Despesa em igual valor R\$ 2.628.150,00 (dois milhões seiscentos e vinte mil cento e cinquenta reais).

Art. 2º A Receita Orçamentária do CIS-AMARP, para o exercício de 2012, no valor de R\$ 2.628.150,00 (dois milhões seiscentos e vinte mil cento e cinquenta reais), terá a seguinte classificação:

#### DEMONSTRATIVO DA RECEITA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.620.818,00
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.000,00
1110.00.00	RECEITA DE IMPOSTOS	14.000,00
1112.04.00	IMPOSTO SOBRE O PAT. E A RENDA	14.000,00
1112.04.31	Imposto de Renda Sobre Proventos	14.000,00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.018,00
1320.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.018,00
1320.25.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.018,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.605.800,00
1723.00.00	Transferências dos Municípios	2.605.800,00
1723.37.00	Transferências dos Municípios a Consórcios Públicos	2.605.800,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.332,00
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.332,00
2423.00.00	Transferências dos Municípios	7.332,00
2423.37.00	Transferências dos Municípios a Consórcios Públicos	7.332,00
	TOTAL	2.628.150,00

#### FONTES DA RECEITA

FONTES	VALOR
01 – Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	58.692,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Caçador	385.704,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Calmon	109.716,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	193.728,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	65.640,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	51.852,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	193.764,00

01 – Fundo Municipal de Saúde de Macieira	44.976,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	43.788,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto	97.800,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Rio das Antas	79.812,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	73.824,00
01 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	1.213.836,00
TOTAL	2.613.132,00

Art. 3º A Despesa Orçamentária do CIS-AMARP, para o exercício de 2012, no valor de R\$ 2.628.150,00 (dois milhões seiscentos e vinte mil cento e cinquenta reais), terá a seguinte classificação:

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.670.090,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	140.400,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	140.400,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.532.310,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.532.310,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.872,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	7.332,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	7.332,00
	TOTAL	1.677.962,00

Art. 4º Fica o Presidente do CIS-AMARP – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Vale do Rio do Peixe, através de Resolução, autorizado a movimentar dotações orçamentárias nas respectivas modalidades, utilizando para isso o excesso de arrecadação e anulações de dotações.

Art. 5º a presente Resolução vigorará durante o exercício financeiro de 2012.

Videira, 18 de novembro de 2011  
**CLAUDIO SPRICIGO**  
 Prefeito Municipal de Arroio Trinta  
 Presidente do CIS-AMARP

#### PLANÍLHAS DO ORÇAMENTO CIS-AMARP – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

##### ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA CORRENTE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.613.132,00
1700.00.00	Transferências Correntes	2.613.132,00
1723.00.00	Transferências dos Municípios	2.613.132,00
1723.37.00	Transferências à Consórcios	2.613.132,00
1723.37.01	Fundo de Saúde de Arroio Trinta	
1723.37.01.01	Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	10.800,00
1723.37.01.02	Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	2.400,00
1723.37.01.03	Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	45.000,00

1723.37.02	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	
1723.37.02.01	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	10.800,00
1723.37.02.02	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	2.400,00
1723.37.02.03	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	372.000,00
1723.37.03	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	
1723.37.03.01	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	10.800,00
1723.37.03.02	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	2.400,00
1723.37.03.03	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	96.000,00
1723.37.04	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	
1723.37.04.01	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	10.800,00
1723.37.04.02	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	2.400,00
1723.37.04.03	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	180.000,00
1723.37.05	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	
1723.37.05.01	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	10.800,00
1723.37.05.02	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	2.400,00
1723.37.05.03	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	51.900,00
1723.37.06	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	
1723.37.06.01	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	10.800,00
1723.37.06.02	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	2.400,00
1723.37.06.03	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	38.100,00
1723.37.07	Fundo de Saúde de Lebon Régis	
1723.37.07.01	Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	10.800,00
1723.37.07.02	Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	2.400,00
1723.37.07.03	Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	180.000,00
1723.37.08	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	
1723.37.08.01	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	10.800,00
1723.37.08.02	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	2.400,00
1723.37.08.03	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	31.200,00
1723.37.09	Fundo de Saúde de Matos Costa	
1723.37.09.01	Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	10.800,00
1723.37.09.02	Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	2.400,00
1723.37.09.03	Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	30.000,00
1723.37.10	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	

1723.37.10.01	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	10.800,00
1723.37.10.02	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	2.400,00
1723.37.10.03	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	84.000,00
1723.37.11	Fundo de Saúde de Rio das Antas	
1723.37.11.01	Fundo de Saúde de Rio das Antas	10.800,00
1723.37.11.02	Fundo de Saúde de Rio das Antas	2.400,00
1723.37.11.03	Fundo de Saúde de Rio das Antas	66.000,00
1723.37.12	Fundo de Saúde de Salto Veloso	
1723.37.12.01	Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	10.800,00
1723.37.12.02	Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	2.400,00
1723.37.12.03	Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	60.000,00
1723.37.13	Fundo Municipal de Saúde de Videira	
1723.37.13.01	Fundo Municipal de Saúde de Videira	10.800,00
1723.37.13.02	Fundo Municipal de Saúde de Videira	2.400,00
1723.37.13.03	Fundo Municipal de Saúde de Videira	1.200.000,00

## ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.332,00
2400.00.00	Transferências de Capital	7.332,00
2423.00.00	Transferências dos Municípios	7.332,00
2423.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	7.332,00
2423.37.01	Fundo de Saúde de Arroio Trinta	492,00
2423.37.02	Fundo de Saúde de Caçador	504,00
2423.37.03	Fundo de Saúde de Calmon	516,00
2423.37.05	Fundo de Saúde de Fraiburgo	528,00
2423.37.07	Fundo de Saúde de Ibiam	540,00
2423.37.08	Fundo de Saúde de Iomerê	552,00
2423.37.09	Fundo de Saúde de Lebon Régis	564,00
2423.37.10	Fundo de Saúde de Macieira	576,00
2423.37.11	Fundo de Saúde de Matos Costa	588,00
2423.37.12	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	600,00
2423.37.14	Fundo de Saúde de Rio das Antas	612,00
2423.37.15	Fundo de Saúde de Salto Veloso	624,00

2423.37.16	Fundo de Saúde de Videira	636,00
------------	---------------------------	--------

## PLANÍLHAS DO ORÇAMENTO CIS-AMARP

## ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA POR CONSORCIADO

ÓRGÃO – 01	CIS-AMARP
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 01	CIS-AMARP
FUNÇÃO – 10	Saúde
SUB-FUNÇÃO – 301	Atenção Básica
PROGRAMA – 0001	Saúde para Todos
ATIVIDADE – 2.001	Manutenção do Consórcio CIS-AMARP – RATEIO

CÓDIGO	MODALIDADE	VALOR
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	144.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	42.218,00
4.4.90.00	Investimentos	7.332,00
	TOTAL	193.950,00

## PLANÍLHAS DO ORÇAMENTO CIS-AMARP

## ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA POR CONSORCIADO

ÓRGÃO – 01	CIS-AMARP
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 01	CIS-AMARP
FUNÇÃO – 10	Saúde
SUB-FUNÇÃO – 301	Atenção Básica
PROGRAMA – 0001	Saúde para Todos
ATIVIDADE – 2.002	Manutenção do Consórcio CIS-AMARP – Prestação de Serviços Médicos, Laboratoriais e Outros.

CÓDIGO	MODALIDADE	VALOR
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.434.200,00
	TOTAL	2.434.200,00

## TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

MUNICÍPIO	VALOR ANUAL	% DE RATEIO	MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
ARROIO TRINTA	45.000,00		3.3.90.00	3.750,00
	492,00		4.4.90.00	41,00

	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	372.000,00		3.3.90.00	31.000,00
CAÇADOR	504,00		4.4.90.00	42,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	96.000,00		3.3.90.00	8.000,00
CALMON	516,00		4.4.90.00	43,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	180.000,00		3.3.90.00	15.000,00
FRAIBURGO	528,00		4.4.90.00	44,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	51.900,00		3.3.90.00	4.325,00
IBIAM	540,00		4.4.90.00	45,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	38.100,00		3.3.90.00	3.175,00
IOMERÊ	552,00		4.4.90.00	46,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	180.000,00		3.3.90.00	15.000,00
LEBON RÉGIS	564,00		4.4.90.00	47,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	31.200,00		3.3.90.00	2.600,00
MACIEIRA	576,00		4.4.90.00	48,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	30.000,00		3.3.90.00	2.500,00
MATOS COSTA	588,00		4.4.90.00	49,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	84.000,00		3.3.90.00	7.000,00
PINHEIRO PRETO	600,00		4.4.90.00	50,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	66.000,00		3.3.90.00	5.500,00
RIO DAS ANTAS	612,00		4.4.90.00	51,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	60.000,00		3.3.90.00	5.000,00
SALTO VELOSO	624,00		4.4.90.00	52,00
	10.800,00		3.1.90.00	900,00
	2.400,00		3.3.90.00	200,00
	1.200.000,00		3.3.90.00	100.000,00
VIDEIRA	636,00		4.4.90.00	53,00
	140.400,00		3.1.90.00	10.400,00
	31.200,00		3.3.90.00	2.400,00
	2.434.200,00		3.3.90.00	202.850,00
TOTAL	7.332,00		4.4.90.00	564,00

## TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2012

rateio - PARTE FIXA - 3.1.71

MUNICÍ- PIO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	TOTAL
ARROIO TRINTA	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
CAÇADOR	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
CALMON	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
FRAIBUR- GO	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
IBIAM	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
IOMERE	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
LEBON RÉGIS	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
MACIEIRA	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
MATOS COSTA	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
PINHEIRO PRETO	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
RIO DAS ANTAS	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
SALTO VELOSO	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
VIDEIRA	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00

## TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2012

rateio - PARTE FIXA - 3.3.71

MUNICÍ- PIO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	TOTAL
ARROIO TRINTA	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
CAÇADOR	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
CALMON	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
FRAIBUR- GO	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
IBIAM	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00

IOMERE	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
LEBON RÉGIS	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
MACIEIRA	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
MATOS COSTA	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
PINHEIRO PRETO	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
RIO DAS ANTAS	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
SALTO VELOSO	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00
VIDEIRA	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.400,00

TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2012

rateio - PARTE FIXA - 4.4.71

MUNICÍ-PIO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	TOTAL
ARROIO TRINTA	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	492,00
CAÇADOR	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	504,00
CALMON	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	516,00
FRAIBURGO	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	528,00
IBIAM	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	540,00
IOMERE	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	552,00
LEBON RÉGIS	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	564,00
MACIEIRA	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	576,00
MATOS COSTA	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	588,00
PINHEIRO PRETO	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	600,00
RIO DAS ANTAS	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	612,00
SALTO VELOSO	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	624,00
VIDEIRA	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	636,00



## TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2012

rateio - PARTE FIXA

MUNICÍ- PIO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	TOTAL
ARROIO TRINTA	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	1.141,00	13.692,00
CAÇADOR	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	1.142,00	13.704,00
CALMON	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	1.143,00	13.716,00
FRAIBURGO	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	13.728,00
IBIAM	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	1.145,00	13.740,00
IOMERE	1.146,00	1.146,00	1.146,00	1.146,00	1.046,00	1.146,00	1.146,00	1.146,00	1.146,00	1.146,00	1.146,00	1.146,00	13.752,00
LEBON RÉGIS	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	1.147,00	13.764,00
MACIEIRA	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	1.148,00	13.776,00
MATOS COSTA	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	1.149,00	13.788,00
PINHEIRO PRETO	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00	13.800,00
RIO DAS ANTAS	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	1.151,00	13.812,00
SALTO VELOSO	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	1.152,00	13.824,00
VIDEIRA	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	1.153,00	13.836,00
total													178.932,00

## TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2012

PARTE VARIÁVEL

MUNICÍ- PIO	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	TOTAL
ARROIO TRINTA	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	45.000,00
CAÇADOR	31.000,00											372.000,00
CALMON	8.000,00											96.000,00
FRAIBURGO	15.000,00											180.000,00

[illegible]

## Resolução N° 01/2012

Resolução nº 01/2012

Cláudio Sprigigo, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

## RESOLVE:

Art. 1º Ficam Credenciados os Prestadores de Serviços Médicos (Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas), em conformidade com o edital 01/2010, a relação a seguir:

- LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDAL LTDA, CNPJ 07.807.348/0001-34, Termo de Credenciamento Nº 01/2012.
- CLÍNICA DE OLHOS DR. AUREDY A. S. AGUIAR LTDA, CNPJ 07.198.579/0001-98, Termo de Credenciamento Nº 02/2010.
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA PRONTOFISIO S/C LTDA, Termo de Credenciamento Nº 03/2012.
- SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ, CNPJ 33.543.356/0020-93, Termo de Credenciamento Nº 04/2012.
- WYLER MARINHO ROBERT, CPF 767.746357-68, Termo de Credenciamento Nº 05/2012.
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VIDEIRA S/C LTDA, CNPJ 00.786.265/0001-67, Termo de Credenciamento Nº 06/2012.
- MACCAGNINI & LIMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ 07.628.155/0001-16, Termo de Credenciamento Nº 07/2012.
- CLÍNICA E CIRURGIA DE OLHOS DR. SEIKO S/S LTDA, CNPJ 07.182.522/0002-81, Termo de Credenciamento Nº 08/2012.
- CLÍNICA MÉDICA E IMAGEM LTDA, CNPJ 05.213.743/0001-63, Termo de Credenciamento Nº 09/2012.
- CÍCERO PEREIRA, CPF Nº 667.233.298/72, Termo de Credenciamento Nº 10/2012.
- MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI, CPF 728.182.809-82, Termo de Credenciamento Nº 11/2012.
- IEAS- HOSPITAL SALVATORIANOS DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, Termo de Credenciamento Nº 12/2012.
- SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA, C NPJ 09.035.294/0001-61, Termo de Credenciamento Nº 13/2012.

- J&F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 08.542.283-0001-05, Termo de Credenciamento Nº 14/2012.
- EDI- EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA, CNPJ 08.110.690/0001-43, Termo de Credenciamento Nº 15/2012.
- LABORATÓRIO BIOCLÍNICO FLEMING LTDA, CNPJ 76.874.858/0001-47, Termo de Credenciamento Nº 16/2012.
- OPEN MEDICINE S.S, CNPJ 09.234.041/0002-06, Termo de Credenciamento Nº 17/2012.
- BERNARDY E BALBIZAN S/S LTDA, CNPJ 09.675.940/0001-55, Termo de Credenciamento Nº 18/2012.
- POLICLÍNICA GLOBO LTDA, CNPJ 03.556.450/0001-53, Termo de Credenciamento Nº19/2012.
- ANTONIO CARLOS GONÇALVES & CIA LTDA, CNPJ 12.794.381/0001-07, Termo de Credenciamento Nº 020/2012.
- ORTOCLIN SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS S/S, CNPJ 10.570.520/0001-93, Termo de Credenciamento Nº 21/2012.
- REABILITAR CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA, CNPJ 04.793.891/0001-31, Termo de Credenciamento Nº 22/2012.
- CLÍNICA MÉDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA, CNPJ 07.157.075/0001-20, Termo de Credenciamento Nº 23/2012.
- CLÍNICA MEDICA MOZZAQUATRO LTDA, CNPJ 01.323.664/0001-54, Termo de Credenciamento Nº 24/2012.
- CLÍNICA ODONTOLÓGICA ADRIANA/UGO LTDA, CNPJ 05.209.140/0003-50, Termo de Credenciamento Nº 25/2012.
- ORL- CLÍNICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA S/C LTDA, CNPJ 04.238.431/0001-41, Termo de Credenciamento Nº 26/2012.
- CLÍNICA DR. EDUARDO LTDA, CNPJ 08.771.844/0001-48, Termo de Credenciamento Nº 27/2012.
- CRAVI- CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA, CNPJ 02.011.065/0002-49, Termo de Credenciamento Nº 28/2012.
- CRENEE-CENTRO DE REABILITAÇÃO NEEMIAS, CNPJ 11.699.435/0001-92, Termo de Credenciamento Nº 29/2012.
- CLÍNICA REVIVER LTDA, CNPJ 01.728.890/0001-15, Termo de Credenciamento Nº 30/2012.
- COMUNIDADE TERAPEUTICA DIGNIDADE PARA A VIDA LTDA, CNPJ 10.615.019/0001-04, Termo de Credenciamento Nº 31/2012.
- COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO, CNPJ 11.722.291/0001-48, Termo de Credenciamento Nº 32/2012.
- LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA, CNPJ 86.891.173/0001-62, Termo de Credenciamento Nº 33/2012.

- SAMET- SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 01.087.464/0001-40, Termo de Credenciamento Nº 34/2012.

- CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA, CNPJ 10.582.077/0001-70, Termo de Credenciamento Nº 35/2012.

- CDIPSUL- CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA, CNPJ 09.427.099/0002-68, Termo de Credenciamento Nº 36/2012.

- GOMES E GOMES S/S LTDA, CNPJ 01.803.301/0001-16, Termo de Credenciamento Nº 37/2012.

- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIODONTO LTDA, CNPJ 05.514.300/0001-02, Termo de Credenciamento Nº 38/2012.

- CLÍNICA AMER & GOUVEIA SS LTDA, CNPJ 05.055.871/0001-26, Termo de Credenciamento Nº 39/2012.

- EQUILIBRIUM- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, CNPJ 07.428.994/0001-90, Termo de Credenciamento Nº 40/2012.

- FREIBERGER E ZINI LTDA- LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EXAME, CNPJ 81.607.830/0001-83, Termo de Credenciamento Nº 41/2012.

- CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM CAÇADOR LTDA, CNPJ 12.573.823/0001-95, Termo de Credenciamento Nº 42/2012.

- BRITO REIS CLÍNICA MÉDICA LTDA, CNPJ 08.333.356/0001-59, Termo de Credenciamento Nº 43/2012.

- ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO, CNPJ 33.543.356/0023-36, Termo de Credenciamento Nº 44/2012.

- CLÍNICA NELSON YOKOMIZO LTDA, CNPJ 10.297.909/0001-07, Termo de Credenciamento Nº 45/2012.

- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO- CISAMURC, CNPJ 03.887.256/0001-50, Termo de Convênio Nº 01/2012.

- INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ 12.234.834/0001-40, Contrato de Locação de Sistemas- CARTA CONVITE Nº 01/2001.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 02 de janeiro de 2012.

CLÁUDIO SPRICIGO  
Presidente CIS-AMARP

### Extrato Contrato de Rateio 09/2012

Extrato Contrato de Rateio 09/2012  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.  
CONTRATO DE RATEIO Nº. 09/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.149,00 (Hum mil e cento e quarenta e nove reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Darcy Batista Bendlin pelo Município Contratante.

### Extrato Contrato de Rateio 08/2012

Extrato Contrato de Rateio 08/2012  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.  
CONTRATO DE RATEIO Nº. 08/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE MACIEIRA/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.148,00 (Hum mil e cento e quarenta e oito reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Emerson Zanella pelo Município Contratante

### Extrato Contrato de Rateio 01/2012

Extrato Contrato de Rateio 01/2012  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.  
CONTRATO DE RATEIO Nº. 01/2012

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:  
a) A importância fixa de R\$ 1.141,00 (Hum mil e cento e quarenta e um reais) que serão utilizadas para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 3.750,00 (Três mil e setecentos e cinquenta reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Cláudio Spricigo pelo Município Contratante.

### Extrato Contrato de Rateio 02/2012

Extrato Contrato de Rateio 02/2012  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.  
CONTRATO DE RATEIO Nº. 02/2012

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.142,00 (Hum mil e cento e quarenta e dois reais) que será utilizada para cobertura das despesas

administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Imar Rocha pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de Rateio 03/2012**

Extrato Contrato de Rateio 03/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 03/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE CALMON/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.143,00 (Hum mil e cento e quarenta e três reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Alcides Francisco Boff pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de Rateio 04/2012**

Extrato Contrato de Rateio 04/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 04/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.144,00 (Hum mil e cento e quarenta e quatro reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Nelmar Pinz pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de Rateio 05/2012**

Extrato Contrato de Rateio 05/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 05/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE IBIAM/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.145,00 (Hum mil e cento e quarenta e cinco reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 4.325,00 (Quatro mil e trezentos e vinte e cinco reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Nelson Grassi pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de Rateio 06/2012**

Extrato Contrato de Rateio 06/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 06/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE IOMERÊ/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.146,00 (Hum mil e cento e quarenta e seis reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 3.175,00 (Três Mil e Cento e Setenta e Cinco Reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Antoninho Baldissera pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de rateio 07/2012**

Extrato Contrato de Rateio 07/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 07/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:



a) A importância fixa de R\$ 1.147,00 (Hum mil e cento e quarenta e sete reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Ludovino Labas pelo Município Contratante

#### **Extrato Contrato de Rateio 10/2012**

Extrato Contrato de Rateio 10/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 10/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMAR CONTRATADO: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.150,00 (Hum mil e cento e cinquenta reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 7.000,00 (Sete Mil Reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Euzébio Vieceili pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de Rateio 11/2012**

Extrato Contrato de Rateio 11/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 11/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMAR CONTRATADO: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.151,00 (Hum mil e cento e cinquenta e um reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 5.500,00 (Cinco Mil e Quinhentos Reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Alcir José Bodanese pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de Rateio 12/2012**

Extrato Contrato de Rateio 12/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 12/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMAR CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.152,00 (Hum mil e cento e cinquenta e dois reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Pedrinho Ansileiro pelo Município Contratante.

#### **Extrato Contrato de Rateio 13/2012**

Extrato Contrato de Rateio 13/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 13/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMAR CONTRATADO: MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.

VALOR:

a) A importância fixa de R\$ 1.153,00 (Hum mil e cento e cinquenta e três reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b) A importância variável até o máximo de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

VIGÊNCIA: de 2 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Cláudio Spricigo pelo CIS-AMARP e Wilmar Carelli pelo Município Contratante.